

Universidade da Beira Interior

Departamento de Letras



Não só, apenas Azeredo Perdigão.

Mestrado em Letras

- Estudos Artísticos, Linguísticos, Literários, e Culturais -

Liliana Filipa Mendes da Silva

Orientador: Professor Doutor António dos Santos Pereira
(Professor Associado com Agregação da Universidade da Beira Interior)



Não só, apenas Azeredo Perdigão.

**«L’homme est essentiellement
un être de culture»¹.**

¹ Denys Cuhe, *La notion de culture dans les sciences sociales*, Paris Editions La Découverte. 1996.

Índice

Introdução	6
1- Breve Biografia	8
2- O homem e a sua alma	14
2.1- O homem	17
2.1.1- O Crescer da Fé	25
2.1.2- O democrata	28
2.1.3- O homem não maçom	33
2.2- As Três Premissas	34
2.2.1- A História	35
2.2.2- A Cultura	37
2.2.3- O Direito	39
3- O homem e a sua obra	41
3.1-O Advogado	42
3.2- As relações com as grandes figuras do seu tempo	46
3.2.1- O Grupo do Restaurante Irmãos Unidos	47
3.2.2- O Grupo da Biblioteca Nacional	48
3.2.3- «O Senhor 5 por cento»	50
a)- Lord Cyril Radcliffe	60
a).1- A posição de Lord Radcliffe	61
a).2- A posição de Azeredo Perdigão	65
b)- Nubar Gulbenkian	70
c)- Kevork Essayan	75
3.2.4- «Senhor Doutor Oliveira Salazar, Presidente do Conselho»	78
d)- A mágoa «o caso Béjart»	84
3.2.5- «O Professor Doutor Marcelo Caetano»	87
3.2.6- Polícia Internacional de Defesa do Estado	89
3.3-A Fundação Calouste Gulbenkian	91
3.3.1- O Presidente do Conselho de Administração	96

3.3.2 - As Crises	99
e)- A Revolução de Abril	99
f)- O A Criação do Museu/Centro de Arte Moderna	104
g)- «Fico até estoirar!»	106
Conclusão	109
Bibliografia	111
Agradecimentos	122
Anexos	123

Introdução

Só partindo dos mundos percorridos pelo Homem, analisando as suas experiências, meditando sobre os valores, reflectindo sobre as mentalidades, é possível abrir perspectivas para a compreensão do presente. José Henrique de Azeredo Perdigão primou pela singularidade, não se limitou a ser um só, apenas o só, foi uno e múltiplo. É inegável o seu enorme contributo para a construção do mundo moderno e, mais ainda, do mundo contemporâneo. Olhar para o seu percurso é reflectir acerca da actualidade. Encarnou um modo de trabalhar único e legou-nos quase um século de história.

O presente estudo visa traçar, de algum modo, o percurso de vida sob dois vectores essenciais, que ele mesmo estipulou para um trabalho desta envergadura. Assim, analisaremos de forma sequenciada; o *homem interior*, aquilo a que de mais próximo poderemos atingir, através das referências que existem sobre o seu carácter; e o *homem exterior*, desde as suas relações até à presidência da Fundação Calouste Gulbenkian. Esse foi o ponto de partida, e será sempre o horizonte final. Muito embora, o desejo de levantar exaustivamente a sua actuação em todos os domínios muitas das vezes representasse um trabalho utópico, devido, ora às lacunas na informação, ora à amálgama da mesma.

Esta metodologia de trabalho poderá não resultar no modelo mais proficiente, contudo parece ser o único à nossa disposição, uma vez que o presente, ainda não terá dado o devido valor à personalidade, frequentemente enjeitada por jornalistas e historiadores. Ficamos pela tentativa de discernir algumas linhas mestras, de desenhar eixos de evolução. Apenas a veleidade de desvendar uma ínfima parte do que se conhece, servindo-nos, muitas vezes de ideias, palavras que, no essencial foram tomadas de empréstimo.

Nascido em 1896 vive a instauração da Primeira República, o Salazarismo, a Revolução de Abril, vê Portugal entrar na Comunidade Europeia e falece com 97 anos, em 1993. Vive em Portugal afirmando-se como uma personalidade de destaque. Do pequeno José Henrique, chegamos ao advogado José de Azeredo Perdigão e, entretanto, ao Presidente do Conselho de Administradores, Azeredo Perdigão.

Assinalam-se duas fases essenciais na sua vida: a de Advogado, desenvolvendo actividade forense até aos anos sessenta; e a de Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian até ao final da sua vida, que foi sem dúvida, um dos períodos mais fecundos da sua existência. Decerto assumiu-se sempre como elemento dinamizador da cultura portuguesa. No entanto, parece existir uma colossal dificuldade em separar, nele, o homem, do Presidente. Devemos ter sempre em conta que é redutor pensar as sociedades em função do modelo da nossa e não atender à diversidade e à multiplicidade das civilizações e dos povos, à singularidade específica das diversas experiências. E com tanto enriquecimento, continua a ser uma personalidade em que os estudos relativos à sua actuação são raros ou muito superficiais.

O *corpus* de análise apresenta-se vasto. Esta obra, porque tem limites materiais obrigou-nos a opções, a seleccionar acontecimentos, a deixar inevitavelmente muitos silêncios. Procedemos ao levantamento de características consideradas marcantes e que se afiguram como essenciais, nesta caminhada de dois séculos.

Cada capítulo é introduzido por uma síntese interpretativa, visando relacionar os acontecimentos, perspectivados na sua múltipla dimensionalidade. Esse contexto histórico-cultural vigente reflecte-se, inevitavelmente sob o aspecto transversal nos discursos e ovações existentes acerca da sua pessoa e, meritoriamente, do seu trabalho. Além de todas as obras desde o seu tempo de estudante, de advogado, tal como a correspondência da qual existem alguns registos, e que demonstram ser de relevo, completamos este trabalho estabelecendo contactos com algumas instituições associadas às suas vivências. Nomeadamente, a Fundação Calouste Gulbenkian, que muito prontamente viabilizou alguns dos pedidos, a consulta de alguns arquivos, a concessão de entrevistas; a Fundação Mário Soares; o Arquivo da Torre do Tombo, entre outros. A investigação a desenvolver passará pela recolha de todos os elementos oriundos do autor e sobre o mesmo; jornais da época; arquivos disponíveis e entrevistas que se apresentam como imprescindíveis para corroborar alguma informação errónea.

O nosso objectivo implica por um lado uma orientação biográfica representativa da sua individualidade, e manifesta por outro lado, a ambição de realizar um verdadeiro alicerce da comunhão de conhecimentos e informações dispersas que espelham a sua personalidade aliada às suas relações.

1- Breve Biografia

Esta sucinta biografia apresenta apenas linhas forçosamente sucintas que vão sendo desenvolvidas adequadamente em cada ponto. São unicamente referências para que façamos uma eficaz contextualização. A finalidade é que cada ponto suprima essa lacuna inicialmente apresentada.

José Henrique de Azeredo Perdigão nasce por volta das 10 horas da manhã do dia 19 de Setembro de 1896 em Viseu. Filho de José Perdigão² e Raquel Azeredo³ herda José do pai, e Henrique em homenagem ao seu padrinho e avô paterno. Morre a nove dias de completar 97 anos de idade no Hospital Santa Maria, em Lisboa, onde estava internado desde Abril de 1993, devido a consequências de carácter pulmonar.

Baptizado na Sé de Viseu foi o primogénito de três irmãs: Alda, Maria Helena e Raquel. A irmã mais velha falece com trinta e três anos devido à tuberculose, Maria Helena e José Henrique também a contraíram, tendo estado em tratamento em Pau, nos Pirinéus. Devido às influências paternas republicanas e anticlericais, José Henrique chega à 4ª classe sem qualquer contacto com o mundo religioso. Foi apelidado de “o ateu de calções”⁴ por dois jornais católicos de Viseu.

No ano de 1910 e após a proclamação da República, José Perdigão é eleito deputado por Lamego para a Assembleia Constituinte, sendo também nomeado Delegado da Companhia

² José Perdigão, pai de José Henrique Azeredo Perdigão, foi durante toda a sua vivência um republicano convicto, e esta militância, trouxe-o à falência. Descende de uma família de comerciantes, proprietário de terras e de um armazém de venda de lanifícios e algodões. Criou juntamente com Ricardo Paes Gomes o jornal *A Beira*, que se assumiu como órgão republicano do Distrito de Viseu, do qual era proprietário. Empenhou a sua fortuna lutando pelos ideais republicanos. Recebia em sua casa opositores do regime vigente na altura, e políticos. Esteve quase a ser deportado para Timor pela ditadura de João Franco, mas, devido ao regicídio de 1908 e as subsequentes medidas levadas a cabo pelo D. Manuel II, não lhe foi aplicada nenhuma sanção. Ao contrário do que se encontra referenciado no livro *Fundação Calouste Gulbenkian Cinquenta anos 1956-2006*.

³ Raquel Azeredo, mãe de José Henrique Azeredo Perdigão, era proveniente das melhores famílias de Viseu, frequentadora dos meios aristocráticos da região. O seu avô tinha sido o Major Roque Rangel de Azeredo, um dos liberais exilados em Inglaterra. Alguns elementos da família possuíam formação universitária, aspecto invulgar no século XIX.

⁴ Segundo Júlio Cruz «Azeredo Perdigão Humanista e Democrata» in *Homenagem ao Doutor José de Azeredo Perdigão na Comemoração do Primeiro Centenário do seu Nascimento*, Santa Casa da Misericórdia de Viseu, Provedoria, 1996.

dos Fósforos⁵ do governo chefiado por João Chagas. Partem em 1911 para a capital. José Henrique tem catorze anos e vão habitar no número três da Travessa das Amoreiras. Termina o sétimo ano no Liceu Camões com média de treze valores nas duas áreas: Letras e Ciências⁶. Anteriormente, havia frequentado o Liceu de Viseu até ao quinto ano⁷. Com dezoito anos matricula-se na recém criada Faculdade de Estudos Sociais e Direito da Universidade de Lisboa, ingressando no curso de Direito. Entretanto, paga os seus estudos com o trabalho no Ministério das Finanças como Terceiro Oficial, juntamente com as explicações de matemática e latim que doutrinava. Em 1915 conhece António Ferro na Faculdade de Direito e passa a integrar as tertúlias modernistas, o chamado grupo dos Irmãos Unidos⁸. Confraternizou com os intelectuais da época: Fernando Pessoa, Almada Negreiros, Santa Rita Pintor, Alfredo Guisado, Amadeu Sousa Cardoso, entre outros. Acompanha a criação e o nascimento da Revista *Orpheu*, nunca participando com artigos, uma vez que «não reconheceu em si talento literário»⁹.

Com uma vida académica intensa, os anos de 1915 e 1916 também se caracterizam pela escrita. Escreve *A Indústria em Portugal* (1915) e, um ano mais tarde, as *Lições de Economia Social* e as *Lições de Direito Internacional Público*.¹⁰ Conhece, durante os anos de estudante universitário, a sua primeira esposa Alice Raquel Dantas. É muito bom aluno, tendo como resultados do primeiro, segundo e terceiro grupos as notas de dezanove nos dois primeiros, e dezoito valores no terceiro grupo.

⁵ Cit. A.N.T.T. *Ministério da Finanças, caixa 226*, processo H1.

⁶ Segundo o seu filho que muito prontamente cedeu em ser entrevistado Pedro Paulo Biscaia Azeredo Perdigão faz num só ano Letras e Ciências, visto que apesar do seu desejo de ser engenheiro, o seu padrinho que o ajudava economicamente nos estudos, só o financiava se este ficasse em Lisboa. Então, apressadamente cursou Letras, também.

⁷ Reportamo-nos aqui especialmente, e a título de curiosidade, que enquanto aluno em Viseu, afirmou numa entrevista «(...) juntamente com colegas, troçava do jovem prefeito do Colégio da Via-sacra, de seu nome António Oliveira Salazar.» Não sabia que no futuro iria desenvolver uma relação de respeito com o Presidente do Conselho de Estado. Cfr ponto 3.2.4- «Senhor Doutor Oliveira Salazar, Presidente do Conselho». Luís Almeida Martins, “O século de Azeredo Perdigão,” *Revista Visão*; 16 de Setembro de 1993.

⁸ Um grupo de frequentadores do restaurante lisboeta Irmão Unidos, onde foi desenhado o famoso retrato de Fernando Pessoa por Almada Negreiros. Cfr. Ponto 3.2 a- O Grupo do Restaurante dos Irmãos Unidos.

⁹ Luís Almeida Martins, “O século de Azeredo Perdigão,” *Revista Visão* de 16 de Setembro de 1993.

¹⁰ Editados em conjunto, retratam sob uma perspectiva diacrónica as circunstâncias, o contexto socio-económico das classes de trabalhadores, e apontam possíveis sugestões, ao abrigo de exemplos de sucesso noutros países. Trazem-lhe grande reconhecimento, ora devido à idade com que os publica, ora da forma como contraria os que defendiam que Portugal era um país na sua grande maioria agrícola, que na realidade era.

No último ano do curso, em 1919, defende Augusto Cunha¹¹, cunhado de António Ferro, seu grande amigo, ao acusar os professores de terem cometido uma grave injustiça, por este ter prestado boas provas, mas que fora mal avaliado. Inscreve-se para terminar a licenciatura em Coimbra, que executa com sucesso no ano seguinte com a classificação de dezoito valores. O júri era constituído pelo Juiz - Desembargador José Diniz da Fonseca e pelos professores José Alberto dos Reis e José Caeiro da Mata. Casa nesse mesmo ano, a 26 Julho de 1920, com Alice Raquel Dantas da Silva,¹² ele com vinte e quatro e ela com vinte e nove anos. Vão viver para o rés-do-chão onde moravam os pais de José de Azeredo.

Abre, entretanto, escritório em Lisboa na Rua de S. Nicolau, número 23, 1.º Direito, onde desenvolve a sua profissão como advogado e consultor jurídico de diversas empresas. Ao mesmo tempo, rege também, entre 1920 e 1921, um curso de “Economia Social” na Universidade Popular Portuguesa. Continua a participar nas tertúlias e Aquilino Ribeiro leva-o para o Grupo da Biblioteca Nacional, onde se destacam os mais profícuos intelectuais. Mais tarde, em 1921, funde, com Jaime Cortesão, Aquilino Ribeiro, Raul Proença, entre outros a revista *Seara Nova*¹³. Para além de fazer parte da direcção, também escreve alguns artigos de carácter económico, financeiro e jurídico¹⁴. Mas a participação apenas durou dois anos, tendo deixado o Corpo Directivo da Revista no ano de 1923.

A 4 de Novembro de 1921,¹⁵ nasce o seu primeiro filho, José Pedro Dantas Perdigão e, mais tarde, a 9 de Junho de 1923, a filha, Maria Alice Dantas Perdigão. Com a primeira causa jurídica ganha, vão morar para Paço de Arcos, para a moradia Curry Cabral. «E esta foi apenas uma das dez mudanças de residência e de sítio».¹⁶

¹¹ Augusto Cunha, amigo de curso de José Henrique Azeredo Perdigão, foi o motivo pelo qual se deveu a atitude que culminou com a sua expulsão.

¹² Alice Raquel Dantas foi uma das primeiras mulheres a licenciar-se em Direito, porém não chegou a exercer a profissão dedicando-se a tempo inteiro à família.

¹³ Revista *Seara Nova* fundada em Lisboa, no ano de 1921.

¹⁴ Cfr com o ponto 3.2.2 - *O Grupo da Biblioteca Nacional*.

¹⁵ As datas de nascimento em diversas biografias são incongruentes, a diferença é de pelo menos de um ano, em cada uma delas.

¹⁶ Uma vez que Paço de Arcos se encontra distante da baixa lisboeta onde tinha o seu escritório, mudam-se para um primeiro andar em Campo de Ourique. Com o seu desempenho, amealha dinheiro e estatuto, transfere-se para outra moradia na Travessa do Abarracamento de Peniche. No início da década de 40 compra um palacete no Paço do Lumiar. Tem nesta altura, para além dos criados habituais, uma nurse irlandesa, o carro, um Packard, e o seu respectivo motorista, uma charrete e um cocheiro. (Afinal estávamos em plena guerra mundial.) Compra mais uma casa a Vila de São Paulo, em São João do Estoril, onde passa férias com a família. Depois da morte da esposa oferece aos filhos, que a vendem, a vivenda de São João do Estoril. Compra a Quinta do Paul na Amoreira de Óbidos que doa após o segundo casamento a José Pedro, e à filha, o Palacete do Paço do Lumiar., “A primeira Vida de José Henrique,” Maria José Mauperrin *Jornal Expresso*, de 1 de Maio de 1993.

Com trinta anos, em 1926, concorre para o cargo de conservador na 8ª Conservatória do Registo Predial em Lisboa, tendo obtido a classificação de vinte valores. Exerceu o cargo até 1954. Foi exonerado, a seu pedido, em Fevereiro de 1958. Como funcionário, recebe a classificação de Muito Bom. Na qualidade de Conservador desempenha também as funções de Vogal no Conselho Superior Judiciário.

Em 1942, encontra-se pela primeira vez com o Sr. Calouste Sarkis Gulbenkian no Hotel Avis. Após sete anos, a 8 de Julho de 1949, morre a esposa, Alice Raquel, vítima de doença prolongada: cancro. Continua a desenvolver trabalho na área de advocacia e, em 1956, assume o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian, abandonando, com muito pesar, os quase quarenta anos de serviço na área de advocacia. A partir do momento em que assume a Presidência do Conselho, abandona as suas anteriores actividades, dedicando-se exclusivamente à mesma. Encontra-se agora com sessenta anos e está viúvo há onze.¹⁷ Casa-se pela segunda vez, a 6 de Novembro, com a Dr.^a Maria Madalena Biscaia¹⁸, na Capela do Patriarcado, com a bênção do Cardeal Cerejeira. Tem como padrinho o Duque de Palmela, um dos administradores da Fundação, e, dois anos mais tarde, no dia 23 de Abril de 1962, nasce o terceiro filho Pedro Paulo Biscaia de Azeredo Perdigão.

Para além do que foi referido, nos triénios 1945-48 e 1948-50 fez parte do Conselho Geral dos Advogados e foi Presidente do Instituto da Conferência da mesma instituição nos anos de 1951-1954 e 1957-1960. Pertenceu ao Banco Nacional Ultramarino e presidiu à Assembleia-geral do Banco Fonseca, Santos & Viana, hoje Fonsecas & Burnay. Foi, entretanto, Administrador de diversas sociedades e empresas. Regeu ainda um Curso na

¹⁷ Ao contrário do que é postulado nos artigos de Maria José Mauperrin que refere que se encontra viúvo há catorze anos.

¹⁸ Dr.^a Maria Madalena Biscaia de trinta e três anos, licenciada na área de Matemática e com o Curso Superior de Piano, estivera em Paris, ao lado do seu marido, João Farinha, (um dos primeiros bolsiros da Fundação Calouste Gulbenkian em Paris) como bolsira do Instituto de Alta Cultura para complementar a sua aprendizagem de piano. Dera alguns concertos, mas devido a uma tendinite foi obrigada a desistir. O seu marido falece de repente, e ela, juntamente com o seu pai, desloca-se de Coimbra a Lisboa para agradecer pessoalmente ao Presidente do Conselho a forma como tratou prontamente do caso do seu marido, e com a intenção de regressar a Coimbra no mesmo dia, Dr.^a Maria Madalena Biscaia dirige-se ao escritório pessoal na baixa lisboeta, visto que não se encontrando de momento na Fundação,. Uma vez lá, Azeredo Perdigão convida-a para trabalhar com ele, e que para além das suas habilitações, dizem que se deslumbrou pelos seus encantos femininos, e pela dor que a ambos unia. Em 1958 regressa à Fundação e aceita o convite. Assume o cargo da Música e mais tarde, como lembra Dr. Rui Vilar o projecto ACARTE.

Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra sobre: «Constituição e funcionamento dos órgãos das sociedades de responsabilidade limitada no direito português».

Como Presidente do Conselho de Administração da Fundação desempenhou funções de embaixador da cultura portuguesa no mundo, e, assim sendo, viajou muito, participou em inúmeras conferências e palestras. Fez parte do Conselho de Estado, de Março de 1974 a Março de 1975. Em 1977, fez uma delicada operação cirúrgica, da qual recuperou e, muito prontamente, voltou aos comandos da Fundação. Desde 1978, exerceu funções como Presidente do Conselho de Auditoria do Banco de Portugal, função que renunciou no início de 1993. Aos noventa anos, apresenta-se com toda a força e motivação para trabalhar¹⁹. Muito embora esses últimos anos tenham sido bastante complicados. Existiam muitas vozes que discordavam da sua postura. Fragilizado pela idade, agudiza-se a luta entre os que desejam que ele se resigne e os que se opõem. De um lado, tem os dois filhos do primeiro casamento que defendem a resignação da Presidência do Conselho de Administração da Fundação, e, do outro lado, o filho do segundo casamento que apoia a vontade do pai. Está sepultado por vontade própria no cemitério da cidade de Viseu, junto à campa dos seus pais, tendo tido como mortalha, a toga de advogado e o capelo. Para selar, transcrevemos o poema de David Mourão Ferreira dedicado a Azeredo Perdigão, a 19 de Setembro de 1986²⁰:

*Exactos mil e oitenta os meses deste Mês
Em que atinge o seu auge os sazonar dos frutos:
De mais nenhuma mãos Setembro alguma vez
Soube desentranhar-se em frutos tão fecundos!*

*Quase trinta e três mil dias deste Dia
Sob um único Sol sempre a vibrar no zénite.
Que outro destino assim? Que outra luz? Que outra vida?
Na plenitude astral de um dia tão completo?*

*Já perto de um milhão as horas desta hora
Que nos reúne aqui na grande expectativa
De que não tenham conta as horas desta Hora,
Os meses deste Mês, os dias deste Dia.*

¹⁹ Cfr. *Doutor José de Azeredo Perdigão no seu 90º Aniversário*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian; 19 de Setembro de 1986.

²⁰ *Doutor José de Azeredo Perdigão no seu 90º Aniversário*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian; 19 de Setembro de 1986.

No que concerne ao legado literário, representa, na sua maioria, edições de carácter jurídico que patenteiam os casos que defendeu, nomeadamente aqueles de pendor mais conceituado e polémico. A título de exemplo: *Covões no pretório*, *O Caso Torlades*, entre outros.²¹

Em Portugal e além fronteiras, proferiu palestras, homenagens, publicou e realizou inúmeras comunicações em conferências, ora sobre assuntos jurídicos, ora sobre matérias de carácter geral. Recebeu um extenso rol de distinções, tendo sido homenageado pelo trabalho que desenvolveu em toda a sua vivência em diversas áreas²².



2- “Presidente da República, Ramalho Eanes, condecora o doutor Azeredo Perdigão no Dia de Portugal no Porto.”



3- “O conde Hans Ulrich Schaffgotsch, embaixador da Soberana Ordem Militar de Malta, condecora o doutor Azeredo Perdigão com a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Melitense.”

²¹ A alusão às obras que se associam à advocacia será exposta no Anexo 1, bem como, numa referência bibliográfica mais completa, na bibliografia do trabalho.

²² Cfr. Anexo 3- As Distinções.

2- «O homem e a sua alma»²³

«Quem se abalance a tão difícil quão sedutor empreendimento deverá estudar primeiro o homem considerado em si mesmo, isto é o homem interior, as suas faculdades morais e os seus sentimentos dominantes. Deverá estudar, depois, o homem exterior, isto é, o homem nas suas relações com a sociedade, no desenvolvimento das suas faculdades intelectuais e na realização do seu poder criador.»²⁴

O presente ponto visa traçar para melhor contextualização do leitor o percurso de vida do homem, do membro de família, do religioso, do democrata e do homem não *maçon* que foi. Aqui, o intuito é revelar a criança, o adolescente, o adulto, nas suas vivências e experiências, na inevitabilidade das opções. Os pontos de referência baseiam-se nas entrevistas, comentários, atitudes parafraseadas, bem como discursos proferidos, que permitem uma compreensão mais eficaz e completa. Se o objectivo da biografia era ser sucinta, partimos neste ponto da necessidade de um esclarecimento mais intenso, coerente, debruçado sobre a pessoa, o seu ambiente e a sua forma de ser, por forma a enriquecer ainda mais o resultado desta pesquisa.

Afigura-se manifestamente essencial encontrar uma certa lógica de evoluções e procurar explicações estruturais sobre a vida de Azeredo Perdigão. Mencionar um período tão marcante e tão rico para o qual existe uma avassaladora massa de elementos e uma avalanche de materiais, implica uma breve exposição, de forma a contextualizar e estabelecer linhas de força que enquadrem a personalidade no seu tempo. Entendemos balizar este período cronológico a montante de 1820. Com o objectivo de contextualizar a sociedade progenitora de José Henrique de Azeredo Perdigão.

²³ José Azeredo Perdigão, *O Conselheiro Martins de Carvalho - Elogio feito na sessão Inaugural do Instituto da Conferência de Lisboa da Ordem dos Advogados*, 1957; pp.10-11.

²⁴ *Idem, Ibidem.*

Portugal oitocentista regista profundas modificações. Com a revolução de 1820, o Antigo Regime sofre os primeiros golpes. Através da tentativa de colocar um fim para todos os males da pátria abrem-se as portas para uma monarquia constitucional assente numa Constituição. O processo liberal português. Estes anos reflectem lutas constantes, a vitória do liberalismo (1834); o triunfo do setembrismo (1836-42); o cabralismo e a auto denominada Regeneração, com o subsequente rotativismo governativo. Sujeito a severas críticas o tema «decadência» assume outra importância com a geração de 70, e a respectiva Questão Coimbrã. Ao sopro dos ventos da República Espanhola (1868), da Republica Francesa (1870) e da Comuna de Paris (1871), as Conferências do Casino alertam para a crise económica política e cultural com que se debate o país, propondo um novo rumo, em sintonia com os valores do socialismo e do republicanismo.

Nas artes e nas letras salienta-se o nascimento de uma cultura de feição burguesa onde se integra o romantismo português exprimindo-se numa pluralidade de géneros literários, na arquitectura, e na pintura. A partir da década de sessenta, o romantismo cruza-se com o realismo, claramente marcado pelas doutrinas europeias do positivismo, do socialismo.

Emergem, entretanto reivindicações políticas que com as comemorações do tricentenário de Camões (1880), as comemorações do centenário do Marques de Pombal (1882), a questão colonial e, acima de tudo o Ultimato Inglês, a respectiva crise do Ultimato (1890) que culminaram na Instauração da República em 5 de Outubro de 1910. Foram muitas as transformações. No campo político assiste-se ao consolidar do Estado-nação. No campo económico aposta-se num processo de industrialização, para além de profundas alterações culturais e mentais nos campos da educação e do ensino. A grande efervescência artística, do último quartel do século, manifesta-se com especial fulgor na pintura, e na literatura onde se verificam experiências mais revolucionárias. Novos temas são abordados, novas técnicas ensaiadas e experimentadas. A inovação e a liberdade estavam-lhe no âmago. Quase todos os filhos da década de setenta / oitenta continuavam a ser os ícones da modernidade. Em suma, uma tentativa de abertura à actualização europeia.

Porém, apesar dos progressos da indústria, no final da Primeira Republica, Portugal ainda revelava fortes carências: a principal riqueza do país continuava a assentar na agricultura; existia um grande número de analfabetos; altos níveis de mortalidade; emigração e de mendicidade.

O ano de 1914 inaugura os conflitos bélicos a uma escala muito mais vasta que os séculos anteriores e Portugal entra na guerra, com a oposição por parte de políticos e sindicatos. A Europa de entre guerras caracteriza-se por um fenómeno de fundo: a crise no sistema liberal. E em Portugal de 28 de Maio de 1926 a 25 de Abril de 1974 decorrem os anos que medeiam dois golpes militares emblemáticos.

O primeiro, a Ditadura Militar que abre caminho à implantação do Estado Novo, depois de ter colocado um ponto final ao liberalismo monárquico e republicano. O Estado Novo, um regime ditatorial de tipo autoritário nacionalista. Sob a liderança de António Oliveira Salazar o Estado Novo consolidou-se como uma alternativa estável, apoiada por sectores maioritários da burguesia, Igreja Católica, aparelhos do Estado e Forças Armadas. O regime conhece, ao longo da sua vida, múltiplas crises, resultantes de diversos factores, em que se sobrepõem ora os internos, ora os externos, ora a acção conjugada de ambos. Sobre os efeitos da Segunda Guerra Mundial. Portugal representava um centro de paz num mundo de guerra. A eclosão da guerra colonial, entretanto marca a fase final do colonialismo português e revela uma prolongada agonia do regime, em especial com o marcelismo. Origina o colapso do regime com o que inicialmente começou por ser um golpe militar e se transformou numa crise revolucionária. Experimentaram-se, nos anos que se seguiram, algumas fases da independência e da consolidação da identidade nacional.

Em 1986, a 1 de Janeiro, Portugal adere à Comunidade Económica Europeia, que anos mais tarde se virá a chamar Comunidade Europeia. A década de 90 que se seguiu levou a que se repensasse a organização mundial.

2.1- O homem

Enquanto criança, vive na mansão paterna chamada de Casa do Mirante com os seus familiares. Teve uma «infância tranquila²⁵» e por lá ficou até concluir o seu quinto ano de escolaridade. José Henrique filho de um republicano convicto atinge a 4ª classe sem



4- Doutor Azeredo Perdigão

qualquer contacto com a religiosidade. Apesar de constar nos programas de Instrução Primária, a disciplina de Religião, num país católico, essa tarefa estava incumbida, usualmente, aos progenitores. Porém, no exame da quarta classe e desconhecendo todos os contextos e fundamentos católicos, quando lhe perguntam sobre o Padre-nosso, embaraçado, responde que não sabe. «Diga então o Credo, também não sabia».²⁶ É ridicularizado pelos seus colegas e tema de dois jornais católicos da região, que aproveitam a ocasião para atacar o pai. Entretanto, vem para Lisboa onde continua os seus estudos. Aos dezoito anos, «usa monóculo e bengala e é um femeeiro aperaltado»!²⁷ Durante a sua adolescência, ocupava os seus tempos livres «a ler, a estudar ou então no convívio com os intelectuais».²⁸ Frequenta o curso de Direito em

Lisboa e conclui-o em Coimbra, mas afirma que gostaria de ter sido Engenheiro.²⁹ Uns anos mais tarde, declara que, há quarenta anos, acalentava também o desejo de desenvolver a sua carreira no âmbito «...universitário, que lhe negaram ao pedir que não o separassem, nem da toga forense, nem do capelo e da borla doutorais.³⁰». Apesar disso, refere que lhe

²⁵ Entrevista cedida muito gentilmente pelo Dr. Miguel Azeredo Perdigão, neto de Azeredo Perdigão e de Alice Raquel Dantas, sua primeira esposa. Filho do primogénito, José Pedro Dantas Perdigão.

²⁶ «A segunda Vida de José Henrique»; Maria José Mauperrin, *Jornal Expresso* de 18 de Setembro de 1993.

²⁷ «A primeira Vida de José Henrique» Maria José Mauperrin, *Jornal Expresso* de 1 de Maio de 1993.

²⁸ *Idem, Ibidem*, p.12

²⁹ *Idem, Ibidem*, p.12.

³⁰ Cit. por Adriano Moreira, *Homenagem ao Doutor José de Azeredo Perdigão na Comemoração do primeiro centenário do seu nascimento*, Santa Casa da Misericórdia de Viseu, Provedoria.

foi reparada a justiça, após a recepção do Doutoramento *Honoris Causa*, pela Universidade de Coimbra.³¹



5- “Decano da Universidade Nova, impõe as insígnias do grau de “Doutor Honoris Causa” ao doutor Azeredo Perdigão, em reconhecimento do seu alto mérito científico, humanístico e académico.”

Encontrando-se no segundo ano do curso escreve, com dezanove anos, *A Indústria em Portugal* (1915) e, com vinte, as *Lições de Economia Social, Lições de Direito Internacional Público* (1916), que lhe proporcionam reconhecimento, ora devido à idade com que os publica, ora também pela forma como contraria os que defendiam que Portugal era um país na sua maioritariamente agrícola. Deixa-nos antever o seu interesse, o seu nível de conhecimentos, o seu fervor de interventivo, em suma, manifesta-se como um estudioso da sociedade.

Num acto desenfreado, e contra o que ele chamava uma injustiça, para defender o seu colega Augusto Cunha:

«Empunha a bengala e parte o vidro do quadro onde estavam expostas as classificações. Depois pega nas pautas e rasga-as aos bocados. É-lhe instaurado um processo disciplinar. Recusa-se a falar com os professores e é expulso»³².

³¹ Cfr. Dr. Eduardo Correia In *Discurso de Elogio ao Dr. Azeredo Perdigão*, Boletim da Faculdade de Faculdade de Direito, vol. XXXVIII; 1962.

³² “A primeira vida de José Henrique” Maria José Mauperrin, Jornal *Expresso* de 1 de Maio de 1993.

Gradua-se, depois da expulsão da Faculdade de Lisboa, na Faculdade de Direito de Coimbra, com excelentes notas, dezoito valores. É, tal como verificamos, uma característica sua, talvez devido à sua inteligência e perseverança.

Constrói família, casando aos vinte e quatro anos com Alice Raquel Dantas da Silva, uma das primeiras mulheres portuguesas a licenciar-se em Direito em Portugal, e tem dois filhos. Com a projecção do seu trabalho como advogado vai mudando de casa mediante as melhorias no seu estatuto económico. Devido ao reconhecimento do seu trabalho o Sr. Calouste Gulbenkian manda chamá-lo. Desenvolvem uma relação profissional e de amizade, que se prolongou até ao falecimento a 20 de Julho de 1955, do Sr. Calouste Gulbenkian.

A sua esposa com a qual tem dois filhos falece vítima de cancro e permanece onze anos viúvo. Porém, sempre muito «sedutor» como salienta o seu neto o Dr. Miguel Azeredo Perdigão. Em 1956 assume as funções na Presidência do Conselho da recém por ele criada Fundação Calouste Gulbenkian. Casa-se uma segunda vez, em 1960, com uma diferença etária de trinta anos, com Madalena Biscaia Farinha e tem mais um filho. Nesta altura com sessenta e seis anos. Permanece nas suas funções durante trinta e sete anos, até à data da sua morte.

Após esta breve contextualização sumária em torno da vida de Azeredo Perdigão podemos, agora sim, recordar outros acontecimentos que pautam o seu carácter. Enquanto homem defendia a máxima que tentava inculcar no seu seio familiar: **Ceder no que é acessório, nunca no essencial!** Esta frase repercute-se nas suas acções ao longo da sua vida, como vamos poder inferir ao longo do trabalho. Era considerado «uma personagem fascinante: Irónico, arguto inteligentíssimo, elegante no trato, conversador



6- Doutor Azeredo Perdigão.

excepcional, com uma experiência de vida única, quer pela sua riqueza intrínseca, quer

pela longevidade»³³. E «se lhe dissessem que era um homem de sucesso, franziria um sobrolho, desagradado por ser apreciado por critérios que se lhe afiguravam provir de hebdomadários cronicadores de mundanidades sociais»³⁴.

Consta tal como foi exposto anteriormente, que adorava participar em tertúlias, locais de discussão onde permeava o conhecimento. Continua a ser durante toda a sua vivência um elemento presente em cafés característicos na praça de Lisboa. Tal, descreve Cardoso Pires no seu livro sobre Lisboa, como o café Portugal, café da resistência ao regime, e onde se encontravam os mais profícuos escritores da resistência: «...vigiados, mesa sim, mesa não (...) Mário Soares e Azeredo Perdigão tinham ali poiso certo. Como também Abel Salazar». Esta contextualização literária evidencia a posição apolítica de Azeredo Perdigão em relação aos regimes instalados pois coloca-o entre Mário Soares exilado durante o regime do Estado Novo, e o revolucionário, Abel Salazar.³⁵

Tinha interesse em diversos âmbitos da cultura, quer da vanguarda, como as representativas da essência da alma portuguesa. O Dr. Miguel Azeredo Perdigão, seu neto, na entrevista que nos gentilmente cedeu, chega a revelar uma pequena história que de uma forma muito reduzida transcreveremos. Tinham ido assistir a uma actuação, e uma vez lá, estava um rancho folclórico a actuar. E enquanto todos as outras pessoas falavam de outros assuntos alheios à performance, o seu avô estava vidrado, depositando toda atenção perante a forma e a actuação do grupo, desligado completamente do mundo exterior. E complementa:

«Era um homem que trabalhou sempre muito intensamente, não era um homem de prazeres pessoais, não caçava, não jogava, não passeava. Era um homem de ter uma vida de luxo próprio. O trabalho marcava tudo, e gostava. Um homem com muitas qualidades (...) muito interessado, um sedutor, curioso, interessado»³⁶.

No que respeita às relações familiares, não existe muito, para além do que já consta. Na verdade, e se inicialmente, enquanto advogado foi sempre um homem solitário e sempre

³³ Mário Soares Presidente da Fundação Mário Soares.

³⁴ Rui Chancerle de Manchete, *Sobre as Fundações e Azeredo Perdigão*, Lisboa; Fundação Luso-Americana para o desenvolvimento, 1994; p.31

³⁵ Cfr. Com os pontos 3.2.4. «senhor Doutor Oliveira Salazar» e o ponto 3.2.5. «Professor Doutor Marcelo Caetano.»

³⁶ Entrevista cedida pelo neto, Dr. Miguel Azeredo Perdigão.

tivera, porque assim o desejara, pouca vida social, prezava a sua intimidade e privacidade. Aquando a sua nomeação para a direcção para o Conselho de Administração da Fundação, a obrigação de passar a ser uma figura pública foi algo que lhe trouxe algum descontentamento. Mas que depressa foi ultrapassado.

Sob o ponto de vista afectivo, o neto comenta:

«Teve a sorte de ter duas mulheres de quem gostou muito. A primeira era advogada, uma das primeiras (...) e a segunda com quem também foi muito feliz, que o complementou muito, era uma mulher de cultura (...) Ambos viveram para a Fundação. Portanto, vida pessoal tinham muito pouca. Moravam no Estoril, mas viveram intensamente para a Fundação. **Ele realmente viveu para isso**».

De facto, o amor que sentia pela Dr.^a Madalena é um aspecto de relevo que todos referenciam.: «um amor assolapado», refere o filho de ambos, «ele gostava muito da minha mãe». E segundo o Dr. Rui Vilar, com o falecimento da esposa, Azeredo Perdigão «foi-se muito abaixo, pois de algum modo foi invertida a ordem natural das coisas...a diferença etária entre ambos era grande, e ela era bem mais nova»³⁷.

A nível profissional, através do seu esforço, veio a transformar-se num dos três principais advogados da altura. Segundo afirma o seu neto: «Trabalhava das oito da manhã e só saía do escritório às onze da noite». Envolve-se em algumas discussões acesas, chegando estas a duelos para defender a honra, complementa:

«Era destemido, teve um desentendimento e desafiou-o para um duelo. Andou a aprender espadachim no horário de almoço, era completamente sensato, mas era destemido e corajoso. Não sei se foram dois duelos, mas um foi de certeza!»

Sob o ponto de vista pessoal: «A memória privilegiada, o talento para contar histórias, a ironia e a malícia dos seus comentários, a elegância do trato eram encantadores»³⁸. Devido ao ensinamento do seu pai, José Azeredo, refere que entendeu a necessidade de poupar. Com esta qualidade, e devido ao poder financeiro que alcançou, pode auxiliar os que se

³⁷ Entrevista cedida pelo Dr. Emílio Rui Vilar, actual Presidente da Fundação.

³⁸ <http://Jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/noticias/noticais/discursos-306.htm>

encontravam ao seu redor. Invertendo através dos seus meios financeiros o seu percurso: «por questões económicas tive de trabalhar para terminar o curso. Principiei como terceiro oficial num ministério. Depois da formação com altíssimas classificações, fui a pouco e pouco amealhando, a pouco a pouco acumulando»³⁹.

Declara que «Sou sobretudo um humanista. Orgulho-me muito disso»⁴⁰. Defende que foi um dos princípios básicos pelos quais sempre se orientou, e que se «nem todos nascemos iguais, temos a obrigação de nos ajudarmos reciprocamente. Estou pronto para ajudar os outros, no que me é possível»⁴¹. Mas, também salienta: «(...) Nunca me privei de fazer aquilo que me dá prazer ou que pode ser útil aos outros e com o tempo fui gastando, cada vez mais, cada vez mais»⁴².

«Sentou na sua mesa a filha da ama (de José Pedro e Maria Alice), além de lhe custear o curso de medicina. Deu idêntico estatuto a um rapaz das barracas do Paço do Lumiar, que se diplomaria como regente agrícola. O filho do seu motorista é hoje quadro na Gulbenkian. E, no entanto, Azeredo Perdigão nunca foi, na aparência um homem afectuoso»⁴³.

Contudo, é ainda possível encontrar outras referências mais concretas acerca das suas acções enquanto «humanista». De apurada sensibilidade em relação aos problemas da sociedade, e tal como consta nos fins estatutários da Fundação:

«Ajudou a construir casas para os pobres desalojados; atribuiu subsídios a muitas instituições de solidariedade social, dotou vários hospitais regionais com instrumentos modernos de diagnóstico de terapia das doenças. Além disso, e isto é necessário ressaltar, podendo inferir cada um de nós acerca do seu carácter: auxiliou do seu próprio bolso muitas pessoas e famílias carenciadas de ajuda

³⁹ “A primeira Vida de José Henrique” Maria José Mauperrin, *Jornal Expresso* de 1 de Maio de 1993.

⁴⁰ “Penso ficar até estoirar - entrevista a José de Azeredo Perdigão” Paula Azevedo e Maria José Mauperrin, *Jornal Expresso*, Lisboa, 8 de Dezembro de 1989.

⁴¹ *Idem, Ibidem*, p.11.

⁴² “Penso ficar até estoirar - entrevista a José de Azeredo Perdigão” Paula Azevedo e Maria José Mauperrin, *Jornal Expresso*, Lisboa, 8 de Dezembro de 1989; p.9.

⁴³ *Idem, Ibidem*.

imediate. Não fazendo alarde os gestos de benemerência de sua natureza, pessoais e reservados, exaltando os que eram feitos em nome da Fundação»⁴⁴.

O que nos leva a concluir que o trabalho humanitário perpassava o seu carácter, e encontrava resposta através dos meios financeiros e económicos da Fundação. Numa visita a uma instituição de solidariedade social de Lisboa onde se preparavam para a vida crianças surdas-mudas de nascença, Azeredo Perdigão «comove-se até às lágrimas»⁴⁵. Foi a seu cargo que dispensou os meios necessários que permitiu o alargamento da instituição, encarregando-se também de levar a Conselho um pedido de ajuda pelo Dr. Nuno Abecasis, e que consistia em ajudar o Bairro Das Furnas, um bairro com quarenta anos de existência, entre muitos outros casos.

Estes são apenas um por cento das ajudas visíveis de que Portugal beneficiou. Enquanto homem, a Presidência do Conselho permitia-lhe auxiliar e fazer jus ao que estava escrito nos estatutos. É no fundo, um generoso apoio que a Fundação presta pela mão que desempenhou funções durante trinta e sete anos:

«Azeredo Perdigão é uma personalidade complexa: rica e variada. Nela cabem as interrogações, as inquietações todas que definem a atitude do pensador ante a vida e a própria situação existencial do homem...sempre renovado pelas coisas, pelos homens, pelas instituições, pelas civilizações»⁴⁶.

Do outro lado do espelho as críticas apresentam-no como pomposo, arrogante; prepotente; vaidoso e sedutor. Não se lhe negam os defeitos. Até porque toda a sua história demonstra atitudes que evidenciam, em especial as duas últimas características, devidas particularmente, aos «seus frequentes amores fortuitos»⁴⁷.

⁴⁴ Cit. pelo Cardeal António Ribeiro - Patriarcado de Lisboa In *Homenagem ao Doutor José de Azeredo Perdigão na Comemoração do Primeiro Centenário do seu Nascimento*, Santa Casa da Misericórdia de Viseu, Provedoria.

⁴⁵ Cit. por Nuno Krus Abecasis- Antigo Presidente da Câmara de Lisboa In *Homenagem ao Doutor José de Azeredo Perdigão na Comemoração do Primeiro Centenário do seu Nascimento*, Santa Casa da Misericórdia de Viseu, Provedoria.

⁴⁶ Cit. Professor Doutor Ferrer Correia, *Doutor José de Azeredo Perdigão no seu 90º aniversário*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

⁴⁷ “Penso ficar até estoirar - entrevista a José de Azeredo Perdigão” Paula Azevedo e Maria José Mauperrin, *Jornal Expresso*, Lisboa, 8 de Dezembro de 1989, p. 10.

A obra de Azeredo Perdigão na sociedade portuguesa transformou a sua passagem terrena em perpetuidade através da repercussão do seu nome em Largos, Ruas, Colégios de Música, Escolas Públicas, Homenagens que reflectem e agradecem. Destacam-se maioritariamente, nas áreas de Lisboa, e de Viseu, sua cidade progenitora.

«Homenagem dos Estudantes de Direito ao dr. Azeredo Perdigão

Em Assembleia-geral extraordinária da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, ontem realizada, por proposta da direcção foi eleito sócio honorário o dr. José Azeredo Perdigão. O diploma será entregue no dia da inauguração das salas de estudos Jurídico-sociais, da Associação Académica subsidiadas pela Fundação Calouste Gulbenkian.»

Jornal Republica de 11 de Fevereiro de 1962

2.1.1- O Crescer da Fé

«Mas a ciência dá-me muito pouco [...] Deus responde a tudo⁴⁸».

Toda a contextualização religiosa merece uma ressalva, visto que a sua postura é bem mais misteriosa do que a imagem mais ou menos pálida que dessa realidade, podemos inferir. Devemos estar atentos às mudanças, mas prestar atenção também às inércias, só assim poderemos compreender fenómenos situacionais que nos permitam imiscuir acerca das opções de Azeredo Perdigão.

Nos primeiros anos de José Henrique, Portugal estava inserido numa problemática política que tinha como um dos baluartes a demasiada intervenção religiosa. A Separação da Igreja do Estado surge como paradigma da República. E no seu seio familiar veicula-se a mensagem de republicano convicto. Entre a República e o Estado Novo, perpassaram crises e instabilidades governativas. Com a eleição de Oliveira Salazar como Presidente do Conselho de Ministros e a nova Constituição política, em 1940, este regime associa-se à Igreja Católica através da Concordata entre a Santa Sé e Portugal. A religião surge novamente como fazendo parte dos princípios que patenteavam a ideologia e doutrina: Deus, Pátria e Família. Após o regime e subseqüentes medidas, Portugal continuou como sendo um país de religiosos professantes da Fé Católica.

Pode-se dizer que Azeredo Perdigão atravessou duas fases, a inicial em que era ateu, devido à sua educação, inerente às influências republicanas e anticlericais do seu lado paterno: «o ateu de calções⁴⁹» como foi designado. E a segunda, em que se mostra um acérrimo defensor da ideologia e da Fé Cristã. Muitas são as tentativas de adivinhar, mas de uma forma clara e peremptória afirma:

«Foi uma busca, uma busca provocada por uma iluminação inteligente: o reconhecimento da incapacidade na ciência na explicação das coisas. Quanto mais a ciência avançava, mais novas questões e mistérios inexplicáveis se nos colocam. É

⁴⁸ “Penso ficar até estoirar - entrevista a José de Azeredo Perdigão” Paula Azevedo e Maria José Mauperrin, *Jornal Expresso*, Lisboa, 8 de Dezembro de 1989, p. 12.

⁴⁹ “A primeira Vida de José Henrique” Maria José Mauperrin, *Jornal Expresso* de 1 de Maio de 1993.

como se nos encontrássemos num túnel; estamos do lado de cá, no meio de uma luz que nos cega; começamos depois a ver, distante, do outro lado, uma pequena luz. E então, ou recuamos ou avançamos. É um salto, ou uma aventura. Tinha passado a casa dos trinta e foi terrível»⁵⁰.

Em contradição com as suas palavras existem teorias que defendem que se entrega à fé quando morre, a esposa, Alice Raquel, vítima de doença prolongada, cancro. Todavia se procedermos a uma análise comparativa iremos concluir que se a crise surge depois dos trinta anos, seria aproximadamente, a partir de 1936, e não após o falecimento da primeira esposa, em 1949. Se bem que, podemos aferir que pode ter sido apenas o despertar, e que o falecimento da esposa tenha despertado a fé. «Vai ser um dos grandes desgostos de toda a sua vida. Diz-se mesmo que se converteu ao catolicismo para encontrar forças que o ajudassem a superar a dor (...) outros afirmam que a presença da “nurse” irlandesa contribuiu para a viragem»⁵¹. Segundo uma teoria diferente, terá sido em meados de 1929, que se entrega à religião e ao catolicismo. No entanto, como podemos verificar, o único aspecto assertivo e comprovado é aquele em que justificam o motivo, de que não encontrava no racionalismo resposta suficiente para todas as coisas⁵².

Sob a mesma perspectiva, muitas vezes, o definem como católico porém, neste prisma, foi possível aferir que toda a sua argumentação se baseia, nos pilares do cristianismo e não no catolicismo. Pronuncia-se «Sou cristão, o que é um pouco diferente. Eu sou essencialmente um cristão»⁵³. Pontua o seu pensamento concebendo apenas a vida até ao desaparecimento. À morte, na qual nos separamos de tudo, completamente e «...nem notamos que nos separamos (...) ainda não cheguei à ressurreição dos mortos. (...) Fiquei aquém»⁵⁴.

Apesar disso, pratica os cultos católicos, será este o princípio, o motivo da confusão entre ser católico e ser cristão. Na correspondência trocada entre Azeredo Perdigão e o Cardeal Cerejeira, despede-se sempre em seu nome e no da sua esposa Dr.^a Madalena, e sem excepção com a morada da Fundação. Nada se torna mais claro que esta foi, de alguma forma, a sua residência oficial. Assiste à missa e confessa-se ao Cardeal Cerejeira, seu

⁵⁰ “O maior Mecenas Português” Revista *Visão*, 12 de Setembro de 1996.

⁵¹ “A primeira Vida de José Henrique” Maria José Mauperrin, *Jornal Expresso* de 1 de Maio de 1993, p.12.

⁵² “O século de Azeredo Perdigão” Luís Almeida Martins, Revista *Visão* de 16 de Setembro de 1993.

⁵³ *Idem, Ibidem.*

⁵⁴ “Penso ficar até estoirar - entrevista a José de Azeredo Perdigão” Paula Azevedo e Maria José Mauperrin, *Jornal Expresso*, Lisboa, 8 de Dezembro de 1989, p.11.

consultor espiritual, pastor e bispo, chegando a confessar-lhe: «Saiba, Senhor Embaixador: se tenho forças para lutar devo-o à oração deste terço, que diariamente rezo, quando me é possível»⁵⁵. Nos últimos anos, a ligação à igreja foi desempenhada pelo padre Vítor Melícias.

A ideologia republicana e o respeito que mantinha pelo pai obrigaram-no moralmente, em 1956 segundo nos revela o seu filho Dr. Pedro Paulo Azeredo Perdigão, a ir ao cemitério de Viseu à sua sepultura pedir-lhe desculpa pessoalmente por se identificar e praticar o cristianismo, opondo-se a todos os princípios postulados pelo seu pai, José Perdigão, republicano convicto.

Postula que o facto de muitos estudantes se encontrarem afastados das suas famílias, que não receberam a graça da Fé. (...) estão mais sós e, estar só é ser mais vulnerável. Defende o Estado, a Família, e a Igreja como sendo uma trilogia, que tem por obrigação a transmissão da verdade de um certo número de princípios. Estes, que nunca se modificarão e que devem ser mantidos no nosso íntimo, e praticados nas relações interpessoais. Desta afirmação podemos inferir que, provavelmente, esta teoria se funde na própria experiência. Nos seus tempos de estudante, nos meios boémios e intelectuais, procurava respostas, as quais só se apresentaram na religião por volta dos trinta anos. Assegura ainda, que entende-se com Deus pela falta de respostas, e só assim se refugia «na religião, por não encontrar outro lugar de refúgio»⁵⁶ e concomitantemente, é considerado um «crente em Deus..., que sempre procurou agir em concordância com a sua concepção do mundo e da vida»⁵⁷.

⁵⁵ Comentário de Azeredo Perdigão ao Cardeal António Ribeiro e ao Embaixador da União Soviética. In *Homenagem ao Doutor José de Azeredo Perdigão na Comemoração do Primeiro Centenário do seu Nascimento* Santa Casa da Misericórdia de Viseu, Provedoria, 1996.

⁵⁶ *Idem, Ibidem.*

⁵⁷ Rui Chancerele de Manchete, *Sobre as Fundações e Azeredo Perdigão*, Lisboa; Fundação Luso-Americana para o desenvolvimento, 1994, p.28.

2.1.2- O Democrata

«Nunca saí da democracia»⁵⁸.

Tal como referimos anteriormente, viveu numa época de convulsão política, desde o regime liberal em que deu os primeiros passos, passando pela República e subsequentes crises, onde se desenvolveu e afirmou como jovem advogado. Conviveu com o regime do Estado Novo e falece na democracia aberta para os apoios e ajudas da Europa.

Desde o berço que se viu envolvido nos meandros políticos. Seu pai como acérrimo republicano incutiu esses valores aos seus filhos, e Azeredo Perdigão foi catalogado como republicano durante grande parte da sua vida. E é sobre este ponto de vista que nos parece importante desenrolar esta perspectiva, de forma a contextualizar o leitor.

Cabe-nos a obrigação de evidenciar os princípios pelos quais se regeu o partido republicano. Defendiam tal como foi previsto na Constituição Política da República Portuguesa, aprovada em 1911, o direito à liberdade, à segurança individual e à propriedade, e a igualdade civil de todos os portugueses. A soberania e os poderes do Estado residiam na Nação, consignando a doutrina de 3 poderes: Executivo; Legislativo e Judicial. Regime caracterizado por várias reformas quer no seio familiar; no trabalho; na assistência; e em relação ao ensino. Contudo, como é do conhecimento geral esta Constituição gerou uma grande instabilidade governativa, juntamente com a cisão do partido republicano e a entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial.

Parece-nos evidente abrir um pequeno parêntese e explicar que todas as referências encontradas relativamente à sua posição política foram feitas enquanto Presidente do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian.

De facto, muito claramente se coloca uma questão: como manteve o equilíbrio num ambiente de alterações políticas? Clarifica que todas as mudanças que eram necessárias provir, se ajustaram essencialmente à Fundação, não eram motivo de incómodo. Assegura

⁵⁸ “Penso ficar até estoirar - entrevista a José de Azeredo Perdigão” Paula Azevedo e Maria José Mauperrin, *Jornal Expresso*, Lisboa, 8 de Dezembro de 1989, p. 11.

que «nunca tive problemas por coerência com as minhas ideias»⁵⁹. Responde que «isso é a vida! Encaro isso normalmente». E mesmo em relação à Fundação que presidia, e algumas críticas que se insurgiam e aos envolvimento político-sociais assume que «nunca houve conflitos. Nem antes nem agora. Tem havido concorrência. Isto porque procuramos os mesmos objectivos; os mesmos fins educativos e culturais. As possibilidades é que têm sido diferentes. Antes não tinham possibilidades materiais»⁶⁰.

Das suas opiniões políticas apenas sabemos que nunca se assumiu como Salazarista. Assume-se como um democrata. «Respeitava o Estado e o poder político como entidades necessárias e com um papel importante»⁶¹, e a convite de António Spínola participa no Conselho de Estado como um dos sete cidadãos «de reconhecido mérito escolhidos livremente»⁶², para além dos já seleccionados sete membros da Junta, e sete elementos da coordenadora do MFA. «A opinião do bom senso era normalmente expressa pelo Doutor Azeredo Perdigão, e muitas vezes acatada»⁶³. Os Conselheiros do Estado Civis foram afastados após o 11 de Março de 1975.

A sua incursão pelo mundo da política como podemos inferir foi curta. Apenas se manifestou, politicamente, apoiando as candidaturas após o 25 de Abril, de três personalidades: Ramalho Eanes⁶⁴, Mário Soares⁶⁵ e Cavaco Silva⁶⁶. Todavia, também afirmam que com o perfil de Azeredo Perdigão, este nunca se interessou pela política porque «lhe daria menos dinheiro do que a advocacia»⁶⁷. Nunca o saberemos, apenas que durante os anos de advogado tornou-se um homem bastante poderoso financeiramente, e a Fundação Calouste Gulbenkian trouxe-lhe a diversidade que procurava: «acho que na vida

⁵⁹ *Idem, Ibidem.*

⁶⁰ *Idem, Ibidem*, p.9.

⁶¹ Rui Chancerelle de Machete, *Sobre as Fundações e Azeredo Perdigão*; Lisboa, Fundação Luso-Americana para o desenvolvimento, 1994, p.29.

⁶² Diogo Freitas do Amaral, *Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941- 1975)*. Bertrand, 1995, p.205.

⁶³ *Idem, Ibidem*. p. 206.

⁶⁴ Apoia pública e politicamente Ramalho Eanes na recandidatura à Assembleia como Presidente da República uma vez que era a única forma viável «para uma sociedade democrata.» Comentário do filho, Dr. Pedro Paulo Azeredo Perdigão.

⁶⁵ Aparece no lançamento da campanha ao lado de seu filho, Dr. Pedro Paulo Azeredo Perdigão, apoiante de Mário Soares, para as primeiras eleições presidenciais, mas mantinham boas relações.

⁶⁶ Apoia Cavaco Silva na sua candidatura a primeiro-ministro. Foi um dos primeiros bolsiros da Fundação Calouste Gulbenkian. Segundo o Dr. Miguel Azeredo Perdigão, a esposa deste gostava muito do seu avô.

⁶⁷ A primeira Vida de José Henrique” Maria José Mauperrin, *Jornal Expresso* de 1 de Maio de 1993, p.12.

só nos devemos interessar naquilo em que ela é diversa todos os dias. O dia de ontem não é de hoje. Nem o de amanhã será o de hoje»⁶⁸.



7- No dia 13 de Outubro de 1979, o Presidente da República General Ramalho Eanes inaugurava a exposição Macau - 400 Anos de Oriente.

A Fundação tal como a define tem a sua génese no mecenato e evidencia que «nos sectores das artes, das letras, da educação e da cultura, em países mais ou menos ricos, mais ou menos desenvolvidos, com governos socialistas ou sociais-democratas, continua a haver um lugar para o mecenato»⁶⁹. E foi essa intenção que reforçou uma independência em relação ao Estado resistindo ao controle e qualquer manipulação, que se interpusesse no cumprimento dos objectivos definidos. Assume responsabilidade directa e arquitecta com rigor a política que deu à Fundação. «A forma como entendeu a vida política evidenciou-se, menos por um desejo de participação activa e pela importância atribuída às formas de governo (...) do que pela sua percepção global da maneira de encarar as questões da *respublica...*»⁷⁰.

«Não estamos, portanto, em face de um compromisso tomado por um certo Governo, mutável ou livremente revogável por um outro Governo que lhe suceda, mas, sim em face de um compromisso nacional, que todos os Governos em todas as épocas, têm de cumprir»⁷¹.

⁶⁸ “Penso ficar até estoirar - entrevista a José de Azeredo Perdigão” Paula Azevedo e Maria José Mauperrin, *Jornal Expresso*, Lisboa, 8 de Dezembro de 1989, pp. 11 e 12.

⁶⁹ José Azeredo Perdigão, *VI Relatório do Presidente 1 de Janeiro 31 de Dezembro de 1974*, Fundação Calouste Gulbenkian, p.14.

⁷⁰ Rui Chancerle de Manchete, *Sobre as Fundações e Azeredo Perdigão*, Lisboa; Fundação Luso-Americana para o desenvolvimento, 1994; p.28.

⁷¹ José Azeredo Perdigão, *VI Relatório do Presidente 1 de Janeiro 31 de Dezembro de 1974*, Fundação Calouste Gulbenkian, p.24.

Não nos podemos esquecer que a Fundação desenvolveu e proporcionou a «(...) um país como o nosso, tão estruturalmente inculto»⁷², um desenvolvimento cultural, substituindo como é do conhecimento geral o Estado em muitas funções. Não podemos refutar a liberdade que trouxe a Portugal alargando e abrindo espaços de esperança e também de valor democrático. Foi de alguma forma, inserida no seu tempo 1956 - 1974, principalmente, uma janela aberta para o mundo, para a democracia, em suma, para a liberdade. Contudo, a sua história foi-se escrevendo num contexto que exigia compromissos com o poder não democrático e apesar de não existir um compromisso, havia sobretudo um respeito pelo Governo do regime e pelas respectivas directrizes.

De facto, nunca devemos esquecer que a sobrevivência da Fundação se pautou pela tentativa de alheação a qualquer contexto político ou a quaisquer interesses da sociedade, «nas suas actividades, designadamente educacionais e culturais (...) deve observar-se uma linha de orientação apolítica...»⁷³. No entanto, deixemos em aberto que no primeiro Conselho de Administração, dois dos seus conselheiros eram conhecidos defensores do regime do Estado Novo: o embaixador Marcello Mathias⁷⁴ e o embaixador Pedro Teotónio Pereira⁷⁵. Como cita António Barreto:

«Houve certamente influências exercidas sobre a fundação: políticas, pessoais, familiares, culturais, económicas e artísticas. Essas influências poderão ter tido efeitos em certas decisões, no recrutamento, na escolha, na selecção de candidaturas, ou no estabelecimento de actividades. É possível. Mas o balanço global é de independência e de isenção»⁷⁶.

⁷² *Idem, Ibidem*, p.45.

⁷³ *Idem, Ibidem*, p.48.

⁷⁴ Marcelo Matias licenciou-se em Direito na Universidade de Lisboa. Exerceu advocacia e foi delegado do Procurador-Geral da República. Desempenhou várias funções no estrangeiro: cônsul de Portugal no Rio de Janeiro e em Atenas; Director Geral e Secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros; Embaixador de Portugal em Paris, funções que desempenhou até 1958. Foi entretanto, nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros e em 1961 regressa à Embaixada de Portugal em Paris onde se manteve como Embaixador até 1970.

⁷⁵ Pedro Teotónio Pereira. 1902-1972 Diplomata entre 1938 e 1958. Embaixador primeiro em Espanha até 1945 e depois sucessivamente no Rio de Janeiro, em Washington, e por fim em Londres onde esteve de 1953 a 58. «Manteve-se fiel e entre os grandes do regime, mesmo depois de deixar o governo⁷⁵». Regressa em 1963 de Washington, doente e assume o lugar de administrador da fundação Gulbenkian onde ficou até morrer.

⁷⁶ Citado por António Barreto, «A fundação Gulbenkian e a Sociedade portuguesa» p.58, in António Barreto, *Fundação Calouste Gulbenkian Cinquenta anos 1956-2006*, Fundação Calouste Gulbenkian, volume I, Lisboa.

«Distâncias Tácticas

Mas para que esta «entente cordial» o fosse de facto – e não se confundisse com subserviência torna-se necessário manter algumas distâncias tácticas. Daí certas «nuances» criticam que, por vezes se encontram nos relatórios do Presidente do Conselho de Administração relativamente à falta de correspondência oficial ao esforço financeiro da Fundação. Um exemplo (do IV Relatório do Presidente, triénio 1966-1968):

« (...) a situação manteve-se sem alteração: o Estado continuou sem definir as coordenadas que devem balizar a investigação científica; os estabelecimento de ensino superior e os centros criados pelo Instituto de Alta Cultura continuaram com as mesmas deficiências no tocante a equipamentos e pessoa investigador; muitos dos jovens diplomados comprovadamente dotados para estudos e trabalhos científicos e alguns dos bolsiros que haviam estagiado no estrangeiro e, ali completado a sua preparação científica, ao regressarem ao País não encontraram onde prosseguir os seus estudos e aplicar os conhecimentos que haviam adquirido, a Deus com que pesados sacrifícios; e, por último, os quadros universitários, reduzidos ao mínimo que o ensino exigia, quando não muito á quem desse mínimo, prosseguiram se poderem absorver os jovens diplomados, muitos deles, como se disse, tendo estagiado no estrangeiro, e proporcionar-lhes em condições materiais aceitáveis, uma carreira de investigadores. Para estes só existia uma alternativa: ou o êxodo e o retorno aos institutos, centros ou laboratórios onde haviam estagiado e que se mostrassem dispostos a recebe-los - hipótese que várias vezes se verificou - ou o abandono para sempre da carreira científica.»

Reprimenda de padrinho rico a afilhado imprevidente...Com efeito, a ligação estrutural entre a actividade da Fundação e a política do regime revela-se aqui claramente: não havendo contrapartida de segunda, a primeira perdia a sua finalidade.

Equilíbrio de poderes

Por outro lado, a repartição dos cargos de responsabilidade directiva na Fundação, reflectia também uma preocupação de equilíbrio e de poderes que favoreceria um certo aparato de neutralidade. Enquanto no Conselho de Administração dominava, figuras conhecidas do regime, já ao nível da direcção de serviços culturais, por exemplo manifestava-se um significativo pluralismo, que consentia no seu seio personagens correntemente associadas aos meios oposicionistas. A própria política da Fundação reflectia constantemente este termo de compromisso: uma grande receptividade a todos os gestos de boa vizinhança para com o Poder instituído e, ao mesmo tempo, uma preocupação assinalável em integrar e apadrinhar certas iniciativas - de pendor «modernista», digamos - que pudesse ser interpretada como de incentivo e simpatia discreta em relação a alguns círculos «marginais» 8 de forma não demasiado ostensiva) ao regime: é o caso do cinema, do teatro, das artes plásticas, e de certas actividades de investigação em que o carácter «independente» da orientação seguida era mais sensível. ...Embora com uma condição: a de esta independência ser suficientemente discreta e prudente para não criar situações de conflito com o Poder. O que, de resto, se revelava relativamente fácil. O jogo dos subsídios e das bolsas de estudo - a que certa «inteligentzia» de esquerda se candidatava - permitia não só neutralizar as possíveis críticas mais ásperas provenientes desses meios, como, até, estimulara reverências e preceitos de homenagem por parte dos aspirantes às benesses distribuídas ou a distribuir. Eis o que, de algum modo, ia assegurando à Fundação a pretendida caução sua independência e a imagem de instituição soberana ou neutral, pairando acima das contingências transitórias - terrenas, dir-se-ia - da política. Em suma, uma garantia de «modus vivendi» relativamente estável com gregos e troianos...».

2.1.3) - O homem não maçom

«...Sou contra todas as associações secretas»⁷⁷.

Por fim, e de forma a terminar a contextualização do homem, resta-nos traçar uma última linha de pensamento, a questão da maçonaria. Como é sobejamente conhecido, a maçonaria é uma instituição bastante hermética, muito fechada sobre si própria. Deste modo, é bastante comum que não exista ainda muita informação disponível sobre o seu funcionamento, e sobre os maçons, ou mesmo iniciados. Os objectivos, sob um aspecto muito sucinto, que presidiam ao espírito maçónico, seriam, muito genericamente, os da melhoria das condições económicas e culturais de Portugal e, conseqüentemente, dos Portugueses, facultando o progresso do país.

E como podemos observar ao longo do desenrolar deste projecto, Azeredo Perdigão defende e assume os valores morais que regem a maçonaria. Porém, na recolha de toda a informação e fundamentalmente, de entrevistas que foi fornecendo ao longo da sua vida, quando abordado sobre este tema, postula «terminantemente, não. Nunca fui»⁷⁸. Contudo, verificamos com toda a naturalidade, que se o fosse, tal como ele muito assertivamente o faz: «não sei se poderia dizer. Aqui tem a resposta»⁷⁹. Quando questionados acerca deste assunto, tanto o filho, Dr. Pedro Paulo Azeredo Perdigão, como o neto, Dr. Miguel Azeredo Perdigão rejeitam a hipótese, todavia, como afirma o primeiro, seu pai, Azeredo Perdigão tinha suspeitas que José Perdigão, o republicano convicto, seu pai, na verdade tivesse sido maçom, «quanto ao meu pai, não era de todo»⁸⁰.

Mas, para se justificar melhor, complementa «a maçonaria tem papeis teóricos e não sei se práticos. Sei pouco da vida da Maçonaria para me poder pronunciar sobre as suas vantagens ou desvantagens. Sou contra todas as associações secretas. Sou pela vida aberta, clara. Cada um é aquilo que é»⁸¹.

⁷⁷ “Penso ficar até estoirar - entrevista a José de Azeredo Perdigão” Paula Azevedo e Maria José Mauperrin, *Jornal Expresso*, Lisboa, 8 de Dezembro de 1989, p.8.

⁷⁸ *Idem, Ibidem*, p.8.

⁷⁹ *Idem, Ibidem*, p.9.

⁸⁰ Entrevista efectuada ao Filho de Azeredo Perdigão e da Dr.^a Madalena Perdigão, o Dr. Pedro Paulo Azeredo Perdigão.

⁸¹ “Penso ficar até estoirar – entrevista a José de Azeredo Perdigão”; Paula Azevedo e Maria José Mauperrin, *Jornal Expresso*, Lisboa, 8 de Dezembro de 1989, p.11.

2.2- As Três Premissas

De forma a permitir a compreensão e a relatividade dos valores culturais no espaço e no tempo histórico, pretendemos mostrar justamente a multiplicidade das relações entre as noções. Sem a consciência dessa relatividade, não é fácil entender o mundo envolvente, os movimentos históricos que desvelam pouco a pouco a multiplicidade dos percursos que Azeredo Perdigão escolheu e protagonizou. Não é algo fixo cujas noções essenciais possam ser expostas segundo uma ordem linear, uma vez que as premissas encontram-se vivas e são susceptíveis de numerosos pontos de vista. Representam as pedras angulares do seu pensamento e fundem-se na sua própria experiência. De facto, o próprio não se coíbe de demonstrar toda a importância que lhes atribui. Será esta, portanto, a pedra de toque deste ponto que apenas poderá ser inferido através dos seus escritos; partir da análise dos livros; conferências; comentários que nos legou, para compreendermos a pertinência da sua importância no seu contexto individual e social.

Deste modo, a presente dissertação desenvolver-se-á segundo três vectores essenciais. A História; a Cultura; e o Direito. A primeira busca a verdade e depois de descoberta, julga-a, revelando-nos o passado permitindo uma compreensão do futuro; a Cultura por sua vez surge como processo de enriquecimento dessa subsequente história e valorização do Homem que é o objecto de estudo do Direito. Tanto o Homem como a Sociedade em que se encontra procuram a sua essência - A Verdade. Este é o valor, pelo qual sempre regeu a sua vida, e as premissas constituem o meio de aplicar esse conceito.

2.2.1- A História

A História ressuscita o passado e acrescenta diariamente novas descobertas, novos dados ao património cultural pertencente a cada geração. O progresso técnico faz o homem transformar-se naquilo que é hoje. Essa concepção é justificada pelo juízo de Cícero, no qual a «História é testemunho das idades, luz da verdade, vida da memória, arauto na Antiguidade»⁸², uma das suas premissas de jurista.

Azeredo Perdigão defende, peremptoriamente, o papel de História como fundamental para o desenvolvimento individual de uma nação. Unicamente, tendo como base o passado se poderia viver o presente, e construir o futuro, portanto, na História os acontecimentos mostram-se e descrevem-se, não se subvertem.

Menciona palavras-chave para a definir, e todas elas nos fazem compreendê-la. Julgando-a; estamos a estudar, a integrar os factos no tempo e no espaço que elevam a correcção de possíveis erros de interpretação que eventualmente, podem deturpar a sua verdade. Essa História acarreta uma herança pródiga que acarreta conhecimento, pensamento e progresso. Elemento chave na evolução de um povo. Deste modo, a concepção de história não pode nunca ser descontextualizada do âmbito político em que se insere. O seu objecto de estudo encontra-se em constante renovação. Não nos podemos esquecer que a década de cinquenta foi o início da Fundação e nessas décadas vivia-se em Portugal, o Estado Novo, este que se limitava a uma História centralizada, comedida, e limitada:

«Deixava submerso na ignorância e no analfabetismo, onde o ensino da história tinha o propósito de justificar o nacionalismo exacerbado do regime e as artes (literatura, espectáculos, música, visuais) eram submetidos previamente a censura e convinhavam por mera propaganda»⁸³.

⁸² Cit. Doutor José de Azeredo Perdigão, *A História e o Contemporâneo – comunicação feita em Assembleia-geral Extraordinária de 5 de Janeiro de 1979*; Separata dos Anais II série, volume 27, Lisboa; MCMCXXXII.

⁸³ In António Custódio, *Azeredo Perdigão Advogado 1896-1993*; Câmara Municipal de Lisboa, 1995 p.9.

A Fundação representou e parafraseando um inúmero role de autores o tão afamado «Estado ao lado do Estado», ou o «Ministério da Cultura»⁸⁴ da época.

Não se limita à concepção do princípio para além, do seu interesse sempre demonstrado pelo papel da História, assiste sempre que pode a algumas sessões de carácter histórico, especialmente as que foram apresentadas na Academia Portuguesa de História. Quando não comparecia avisava antecipadamente devido a compromissos de trabalho. Segundo nos é comunicado através do Joaquim Veríssimo Serrão⁸⁵ apreciava os temas relativos à Idade Contemporânea, onde dizia encontrar respostas para muitos dos problemas do povo português. Apadrinhou e subsidiou⁸⁶ a construção do novo edifício do Arquivo da Torre do Tombo, e devido ao seu interesse pessoal nessa área, retirou todo o espólio histórico - o da Torre do Tombo, os Arquivos de Lisboa e de todo o país - da destruição das antigas instalações, onde se encontravam desde 1757 nas dependências do Convento de São Bento da Saúde. Demonstrava, como sempre um controle e interesse apertado a tudo o que se submetia apoiar e, no decorrer das obras, questionava, interrogava, encarregava-se pessoalmente de saber se todas as medidas estariam de acordo, consoante o que estava predefinido.

«A Fundação no domínio da história e da cultura portuguesa tem prestado ao país, serviços que podem considerar-se relevantes...e que tem sabido cumprir o mandato expresso ou tácito que o fundador C. Gulbenkian por morte lhes confiou»⁸⁷.

A História, diálogo interminável entre o presente e o passado, olhar crítico sobre a realidade, constitui num instrumento fundamental para questionar o nosso tempo, para tentar entender os conflitos que se multiplicam. Permite-nos visionar o Universo no tempo e no espaço, reflectir sobre a pluralidade das sociedades e das culturas que se desenvolvem com ritmos diferentes, mesmo dentro dos espaços nacionais. A História é indissociável da palavra cultura, uma das fontes principais do seu enriquecimento. A história aparece como

⁸⁴ São as duas designações mais utilizadas para definir os primeiros anos da Fundação em Portugal, inseridos no regime do Estado Novo.

⁸⁵ A amizade entre eles surge quando este foi o primeiro director do Centro Cultural Português (entre 1962 e 1967) que a Fundação C. G. criou em Paris.

⁸⁶ Quando referimos subsidiou, muito obviamente diz respeito à Fundação Calouste Gulbenkian, se bem que todo este processo se desenrolou devido ao interesse que sempre demonstrou.

⁸⁷ In Dr. José Pereira da Costa, *O Dr. José de Azeredo Perdigão e a Torre do Tombo*, Apenso.

enriquecedora da cultura, como sua progenitora. A Cultura, por sua vez, dignifica o Homem, valoriza-o intelectual e espiritualmente.

2.2.2- A Cultura

Visão globalizante da marcha da Humanidade dos grandes movimentos históricos, da sua interligação que permite a análise dos povos. Ao encarmos a sociedade actual como uma sociedade do conhecimento, entramos no domínio do agir de Azeredo Perdigão no qual se busca desenvolver aptidões e um sentir cultural. Teremos que, de alguma forma, tentar homogeneizar a definição de cultura que não será objecto de discussão, apenas tem como finalidade manter a mesma linha de pensamento. Figura muitas vezes através de discussões, de revelações: «la primera gran virtud de la cultura es reemplazar la ambicion del poder por la del saber; y quien más sabe, menos desea»⁸⁸.

O Homem deve possuir uma cultura geral que o liberte do círculo fechado que representa o seu sustento económico, de forma a compreender o mundo e tudo o que lhe rodeia, evitando assim a automatização. «A máquina criada para servir o homem, acaba por o escravizar»⁸⁹. No entanto, para se criar cultura, é necessário produzir cultura. Renega a hipótese de a considerarem somente o acumular de informação nos livros, e destes em bibliotecas, esta perpassa pela aquisição de conhecimentos culminando na necessidade de comunicação. E, sob essa necessidade da partilha, assume-se, por vezes, como um possuidor de cultura geral «senão rudimentar, pelo menos superficial»⁹⁰ outras vezes, como esforçado. Todavia, este excesso de humildade parece-nos uma falácia quando se auto define como um homem de notas elevadíssimas. E, como podemos observar, não se coíbe de demonstrar numa conferência, ou num discurso, referências, frases que nos remetem para grandes nomes e referências intelectuais⁹¹. O que reflecte o seu carácter meticuloso de orador e de escritor. Todo o seu pensamento encontra-se regado por influências que foi desenvolvendo ao longo da sua experiência e da literatura que devorou.

⁸⁸ José de Azeredo Perdigão, *Curso de juristas portugueses en Madrid 1971-72, Las fundaciones: su valor económico; algunos de los problemas jurídicos que suscitan*. Madrid, Real Academia de jurisprudencia y legislación, 1971, p.17.

⁸⁹ Conferência do Dr. José de Azeredo Perdigão proferida na Associação Comercial do Porto, *Reflexões sobre a Cultura Uma política Cultural*; - Separata da Revista de Etnografia n.31 Museu de Etnografia e História; Porto, Imprensa Portuguesa.

⁹⁰ *Idem, Ibidem*, p.133.

⁹¹ Cfr com todas as obras escritas por ele e que constam na bibliografia.

Essa interação demonstra que «o homem não possui simplesmente cultura, mas sempre um determinado tipo de cultura entre culturas⁹²». Tal como assume e nos parece mais plausível: «tudo o que faço, escrevo ou digo é produto de prévio estudo e reflexão»⁹³.

Afirma que os governos não devem impor, difundir um certo padrão cultural com determinada finalidade política, e nem limitar exclusivamente a transmissão dessa tarefa, já que a cultura representa a maior riqueza da humanidade. Defende que a propagação da cultura deverá ser assumida a partir dos órgãos de administração local e de instituições privadas. A tentativa de transformar a cultura como um instrumento ao serviço da política, desvirtualiza-a da sua essência. Aqui, revela uma das suas maiores certezas e que vai aplicar na criação da Fundação, combatendo a transformação a favor de desígnios políticos em que se subjugava a cultura individual a uma cultura de baixo interesse.

É a cultura nacional que mais nos afecta, e as universidades enquanto veiculadoras de conhecimento, desempenham o papel de fomentadora e divulgadora da cultura. A Universidade deve desenvolver o ser humano, a sua personalidade e o seu conhecimento, valores espirituais. É uma *Escola de valores Morais*⁹⁴. O papel fundamental da Universidade é dispor da confiança em si e no futuro em prol dos seus alunos, ser «mestra e mãe.⁹⁵» A premissa fundamental é aliar a instrução à educação, e à moral, pois é esta que confere os poderes de «auto-limitação»⁹⁶. E «fortalece sus valores espirituales, vivifica su conciencia y le proporciona un concepto más perfecto y más extenso de sus responsabilidades para con él mismo u sus semejantes»⁹⁷.

Este reparo cultural funciona como difusor dos ideais que defendia, em especial no contexto político em que se vivia uma dependência e limitação cultural. É através da missão da Fundação Calouste Gulbenkian que a nossa cultura se imiscuiu com a de outros povos e vice-versa, digamos que possibilitou a Internacionalização Cultural.

⁹² José Azeredo Perdigão, *VI Relatório do Presidente 1 de Janeiro 31 de Dezembro de 1974*, Fundação Calouste Gulbenkian, p.45.

⁹³ In Prof. Doutor Jorge Borges Macedo, *Livro de Homenagem ao Dr. José de Azeredo Perdigão (1896-1993) – Azeredo Perdigão e a Academia Portuguesa de História*; Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

⁹⁴ Cit. Dr. Manuel Augusto Rodrigues in *Homenagem ao Dr. José de Azeredo Perdigão – José de Azeredo Perdigão na Universidade de Coimbra*; Lisboa, Academia Portuguesa de História.

⁹⁵ *Idem, Ibidem*, p.125.

⁹⁶ *Idem, Ibidem*, p.125.

⁹⁷ José de Azeredo Perdigão, *Curso de juristas portugueses en Madrid 1971-72, Las fundaciones: su valor económico; algunos de los problemas jurídicos que suscitan*. Madrid, Real Academia de jurisprudencia y legislación, 1971, p.17.

Como conclusão deste pequeno trecho, Azeredo Perdigão evidencia, que não existia somente uma cultura, mas sim uma «unidade de culturas»⁹⁸. Defende a concepção de uma cultura superior sectorizada que conviva lado a lado com as diferenças, com o modo de ser, de viver nas diversas culturas, daí que cada povo interprete e defina a cultura dentro das suas próprias características, e que dentro dela a história assuma um papel de relevo.

Todos os povos enquanto possuidores e criadores de cultura coabitam com um conjunto de normas reguladoras da convivência entre as pessoas, pulsam em consonância e excluem a interrupção do processo, pois «o Direito é o espelho de uma civilização e força motriz do seu progresso. Reflecte a vida dos indivíduos e das sociedades num determinado período da sua existência»⁹⁹.

2.2.3- O Direito

O Direito, relata Azeredo Perdigão, o elemento reprodutor da vida dos indivíduos e das sociedades num determinado período da sua existência. Daí que, enquanto defensores da aplicação da Lei, os advogados devam socorrer-se de processos similares aos da investigação histórica, já que o seu objecto de estudo é o mesmo - o homem e a sociedade em que vive ou viveu.

O Direito, tal como aconteceu em todo o mundo, teve diversas fases. Inicialmente, em Portugal o Direito limitava-se ao estudo da forma, modificação das normas vigentes e ao conteúdo dos seus cânones. Entretanto, surgem algumas vozes discordantes contra os excessos de dedução e lógica abstracta, assim como o estreito legalismo. Tornara-se indispensável ao exercício da profissão nos fins do século XIX e nos começos do século XX um esforço quer no plano do ensino, quer no plano da prática judiciária e forense. Superaram-se todas as dificuldades e divergências. A dogmática jurídica nacional renova-se a partir dos anos 40. Passou a defender-se que os juristas não deveriam ficar na mera

⁹⁸ *Discurso do Dr. José de Azeredo Perdigão*; Guimarães, Congresso Histórico de Guimarães e da sua Colegiada; 1980, p.130.

⁹⁹ José de Azeredo Perdigão *Curso de juristas portugueses en Madrid 1971-72, Las fundaciones: su valor económico; algunos de los problemas jurídicos que suscitan*. Madrid, Real Academia de jurisprudencia y legislación, 1971.

explicação teórica das soluções legais, mas também lhes incumbia como tarefa prioritária, a averiguação dos «motivos práticos dessas soluções, dos interesses materiais ou ideais da finalidade que as determinaram». Com a reforma no ensino universitário de Hintze Ribeiro, houve mudanças consideráveis no ensino do direito. Este é concebido como um processo orgânico e natural através do desenvolvimento da História do Direito¹⁰⁰.

O Direito escrito ou consuetudinário dita normas e organiza, conseqüentemente, a vida da sociedade. Ordenam as relações humanas, o modo como as mesmas se processam, e concomitantemente, o grau de civilização da respectiva comunidade social. A geração de advogados de 1920, segundo o Professor Doutor Manuel Augusto Rodrigues, inaugurou uma nova fase na magistratura e advocacia. E, em 1926, criação de uma ordem que defendesse tal como acontecia noutros países da Europa. Azeredo Perdigão pertenceu a esse grupo. E é neste contexto de conturbada evolução do mundo dos «cultores da lei»¹⁰¹ que Azeredo se destaca na sua profissão.

Neste aspecto, cabe ainda expor que, tal como defende Azeredo Perdigão, o historiador tem nas leis, informações que lhe permitem investigar costumes, hábitos acerca do seu *modus vivendi*. A organização e evolução das instituições jurídicas preconizam um espelho das instituições político-sociais que evoluem ou retrocedem. Encontra uma possível interpretação de actos e factos com os quais descreve e analisa. Assim sendo, a cultura é a identidade de um povo que une estes princípios como essenciais de toda a vivência do *não só, apenas Azeredo Perdigão*.

¹⁰⁰ Sebastião Cruz, *Direito Romano (ius romanum)*, vol. II, Coimbra, 1984.

¹⁰¹ Dr. Mário Júlio de Almeida Costa, in *Homenagem ao Dr. José de Azeredo Perdigão – Azeredo Perdigão O Homem e o Jurisconsulto*; Lisboa, Academia Portuguesa de História, p.26.

3- «O homem e a sua obra»

O essencial deste ponto visa a perspectiva de acrescentar a parte do homem e as suas relações, o homem profissional que foi, dividido entre a Advocacia, uma das suas maiores paixões, e a Presidência do Conselho de Administração da Fundação que criou. Possivelmente, uma tentativa audaz de tentar encerrar dois ricos e férteis séculos de história numa obra, em que por razões metodológicas se procurou estabelecer uma relação entre o homem em si, na sua essência e, o homem social, que trabalha, que interage, que produz.

Os alicerces que sustentam este ponto foram encontrados nas obras que foram produzidas ao longo do seu crescimento profissional; nos diversos arquivos, materiais, entrevistas, cartas, e mesmo todo o material de suporte alheio ao contexto da sua pessoa, porque na verdade o seu nome está associado a um dos pontos históricos que marcaram para sempre Portugal. O nascimento de uma Fundação que hoje comemora os seus cinquenta anos.

Não ignoramos que toda a história é também a história do presente. Nunca estivemos isolados e nunca vivemos fora do mundo e toda a leitura do passado traz a marca do tempo em que é produzida. O progresso da compreensão deste trabalho implica nunca esquecermos o olhar sobre uma época de desordens e crises sucessivas, que demonstrou as fraquezas de um país mal aproveitado, mas que foi também, o tempo das extraordinárias mutações que se traduziram na produção de novas correntes de pensamento, na importante descoberta de teorias científicas e, na criação de estilos literários e artísticos inovadores.

Foi neste clima conturbado que nasceu, viveu e morreu Azeredo Perdigão. É a que compreende, entende hábitos, normas, da e na sociedade, e é a vida em toda a sua complexidade, com todos os insondáveis mistérios que a envolvem. Toda a realidade histórica e social, tecida e entretecida de incontáveis e inextricáveis fios.

3.1- O Advogado

«Um homem quando veste uma toga transforma-se numa pessoa diferente»¹⁰².

Brilhante aluno na recém-criada Faculdade de Estudos Sociais e de Direito de Lisboa foi disciplinarmente afastado¹⁰³ e licencia-se na Faculdade de Direito de Coimbra. Defendia que o verdadeiro jurista deve tudo à sua formação e não apenas à sua preparação profissional.

Abre escritório de advocacia em Lisboa, na Rua de S. Nicolau, 23, 1º Direito, (e mais tarde ocupa também o segundo andar,) e inicia actividade como consultor jurídico de várias empresas, enquanto que ao mesmo tempo rege o curso de Economia Social na Universidade Popular Portuguesa 1920/1921. Vence a sua primeira causa jurídica no Tribunal da Madeira¹⁰⁴. Sucedem-se as causas e, em 1926, concorre ao cargo de Conservador do Registo Predial em Lisboa e tira a nota mais alta, vinte valores.

Enquanto advogado afirmam que era

«...de memória rápida a responder aos incidentes da audiência, elegante na presença e no gesto, hábil a lidar com os depoentes, preciso no discurso, usando uma cortesia firme em relação aos magistrados, preservando a lealdade nas relações com os colegas. Destacou-se, frequentemente, como o primeiro entre os demais»¹⁰⁵.

Porém, também houve quem o considerasse aparatoso e «sempre que podiam, recordavam-lhe os embaraços que sofrera nos tribunais»¹⁰⁶. Todas estas características fizeram com que se destacasse no seu meio, e «ciente da sua fama não desprezava o espectáculo mediático.

¹⁰²Cit. por Maria José Mauperrin Azeredo Perdigão em entrevista «O século» (1986) “A Segunda Vida de José Henrique”; Maria José Mauperrin, *Jornal Expresso* de 1 de Maio de 1993.

¹⁰³ Tal como é justificado no Segundo ponto em que se aborda o «homem e a sua alma».

¹⁰⁴ “A primeira Vida de José Henrique”; Maria José Mauperrin, *Jornal Expresso* de 1 de Maio de 1993.

¹⁰⁵ Cit. por Adriano Moreira, in *Homenagem ao Doutor José de Azeredo Perdigão na Comemoração do primeiro centenário do seu nascimento Perdigão*; Santa Casa da Misericórdia de Viseu, Provedoria.

¹⁰⁶ «Num julgamento de divórcio do qual ele era advogado do marido, a esposa, entre outras acusações, reclamava que o marido por sofrer de insónias se levantava constantemente, impedindo-a de descansar. José de Azeredo Perdigão insistia que este ponto não deveria ser levado em consideração, e afirmou que por vezes

Apresentava-se no tribunal com um séquito: O Motorista carregava-lhe com as pastas dos processos, e os advogados, que trabalhavam com ele, assistiam, a seu lado, ao julgamento»¹⁰⁷.



Quando questionado acerca de tão rápida notoriedade afirma que foi a «persistência»¹⁰⁸. Era considerado um dos primeiros da sua linha. Integrou o grupo de profissionais do foro, do qual pertence o título de fundadores de advocacia moderna portuguesa, tais como Adelino de Palma Carlos; Bustorff Silva; José Guadalberto de Sá Carneiro; Mário de Castro, e muitos outros.¹⁰⁹ Bustorff Silva - «tão habitual e brilhante contraditor nas lidas forenses»¹¹⁰, juntamente com Azeredo Perdigão preencheram os anais judiciais com intervenções magistras, e enriqueceram a história da luta pelo direito, com «combates exemplares»¹¹¹.

8- “Partida do doutor Azeredo Perdigão e do doutor Robert Gulbenkian para a Pérsia.”

Como advogado envolve-se em algumas discussões aceras, chegando estas a duelos para defender a honra. O primeiro, entre ele e o Vasco Borges, Presidente do Tribunal do Comércio, que censurou «na sala de audiências José de Azeredo por ter defendido de forma demasiado acutilante»¹¹². O duelo acabou por não se realizar devido à pressão das

com as preocupações da vida também muitas vezes se levantava, ao qual o outro advogado, Ramada Curto contrapõe, perguntando se o mal não será da bexiga?» Maria José Mauperrin, «A primeira Vida de José Henrique»; *Jornal Expresso* de 1 de Maio de 1993.

¹⁰⁷ “A primeira Vida de José Henrique” Maria José Mauperrin, *Jornal Expresso* de 1 de Maio de 1993.

¹⁰⁸ “Penso ficar até estoirar – entrevista a José de Azeredo Perdigão” Paula Azevedo e Maria José Mauperrin, *Jornal Expresso*, Lisboa, 8 de Dezembro de 1989.

¹⁰⁹ Cit. por Adriano Moreira, in *Homenagem ao Doutor José de Azeredo Perdigão na Comemoração do primeiro centenário do seu nascimento Perdigão*; Santa Casa da Misericórdia de Viseu, Provedoria.

¹¹⁰ *Idem, Ibidem*, s/p

¹¹¹ *Idem, Ibidem*.

¹¹² Luís Almeida Martins, «O século de Azeredo Perdigão» *Revista Visão* de 16 de Setembro de 1993.

testemunhas para que se chegasse a um consenso. O caso Torlades¹¹³, tão discutido em praça pública de então, fez com que José de Azeredo desenvolvesse a arte da esgrima para enfrentar o Conde de Monte Real. Felizmente, e uma vez mais, não foi necessário chegar à confrontação física.

Segundo o Professor Doutor Ferrer Correia ele trabalhou em todas as áreas do Direito. Do privado ao público, do civil administrativo ao criminal, mas logo adverte que «nem todo o direito positivo é necessariamente direito justo. A antinomia entre norma positiva e direito justo, entre positivismo jurídico e justiça, preocupava-lhe o espírito»¹¹⁴. Refere o mesmo que José de Azeredo Perdigão distinguiu «entre norma positiva e o direito justo, entre normativismo e o direito natural, entre positivismo jurídico e justiça»¹¹⁵ através de alguns dos trabalhos que desenvolveu.

Ao longo da sua carreira, a par da sua actividade profissional poderemos citar inúmeras conferências e palestras por ele proferidas, quer sobre assuntos jurídicos, ou outras matérias de carácter mais geral. Contudo, todas estas actividades são apenas um complemento, na medida em que a sua principal actividade estava entregue à jurisprudência. Desempenhou a actividade de jurisconsulto até ao fim dos anos cinquenta e início dos anos sessenta, altura em que assume o desempenho do cargo de Presidente do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian. Publicou vários trabalhos forenses de doutrina e crítica onde ganhou reputação de jurisconsulto actualizado e atento que constam referenciados nos anexos.

Com tantas alusões e referências de carácter, questionamo-nos onde fundamenta essas características que tantas vezes lhe atribuem «de arguto e ponderado, atento e inflexível,

¹¹³ O Caso Torlades. Um dos casos mais mediáticos que representou. Diz respeito a uma sociedade, propriedade do Duque de Gouveia, e que após o seu falecimento devido a actos fraudulentos da sua administração, a esposa D. Graça da Cunha Matos Mendia, Duquesa de Gouveia, pretende dissolver a sociedade responsabilizando os gerentes de quebra fraudulenta entre os anos de 1929 e 1930. A defesa procurava declarar falência sem a audiência dos seus gerentes, já que tinham sido autores de um crime.

¹¹⁴ Cit. Professor Doutor Ferrer Correia, in *Doutor José de Azeredo Perdigão no seu 90º aniversário*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

¹¹⁵ Direito natural encontra-se enquadrado no movimento cultural do Iluminismo, na qual o Direito era analisado como «um produto da razão humana, igual para todos os povos, comum para todos os tempos.» O Positivismo Jurídico diz respeito a uma «tecnização do Direito, uma organização mecânica das normas, em que o homem é apenas uma *res* como outra qualquer.» Sebastião Cruz, *Direito Romano (ius romanum)*, vol. II Coimbra, 1984.

inteligente e global»¹¹⁶. Há quem sugira que tem como base a essência do povo português que ultrapassou os erros cometidos uma e outra vez. No entanto, o mesmo povo muitas das vezes, ou na maioria dos casos tem «com uma espécie de indiferença pelo que é indispensável: o suporte institucional da Cultura»¹¹⁷.

¹¹⁶ Macedo, *Livro de Homenagem ao Dr. Azeredo Perdigão*, Testemunho da cerimónia 9 de Fevereiro de 1994 no Palácio da Rosa.

¹¹⁷ *Idem, Ibidem.*

3.2- As relações com as grandes figuras do seu tempo

Em pleno século XIX num contexto histórico de acentuado desenvolvimento industrial, as transformações tecnológicas ocorridas imprimem um movimento extremamente acelerado às sociedades industrializadas. A vivência cultural e estética foi marcada por profundas rupturas. O modernismo caracterizado pela ruptura com o passado e pela liberdade de criação e de pesquisa estética assume o conjunto de movimentos na literatura; nas artes plásticas; na arquitectura e na música. Surgidos nos finais do século XIX que se estenderam até à II Guerra Mundial. Com o fim da Primeira Guerra Mundial a Europa entra num período de reconstrução, aumentando a procura dos bens de equipamento e de matérias-primas. Os Estados Unidos saem da Guerra como a nova potência Mundial. Após a crise de 1920/21, a recuperação é alcançada em 1925 e até 1929 vivem-se anos de prosperidade, “os loucos anos 20”. Tanto a Europa como os Estados Unidos assistem a um boom industrial. O crash da bolsa de Nova Iorque em Outubro de 1929 vai conduzir à grande depressão que se propaga a nível mundial (excepto URSS).

Em Portugal, depois da Instauração da República vive-se um período de conturbada crise política em que os partidos se vão rodando e alternando no poder. Com repetidos atentados para que assumam o poder e restaurem a ordem, em 1926 o General Gomes da Costa instaura uma Ditadura Militar, que teve como ministro das Finanças, o futuro Presidente do Conselho de Ministros. Em 1932 sobe ao poder promulgando uma nova Constituição política colocando um ponto final à ditadura e instalando o Estado Novo.

No início do século XX, Lisboa fervilhava e começam a desenvolver-se estéticas vanguardistas quer no domínio das artes plásticas quer no domínio da literatura. Como é o caso da *Revista Orpheu*, tendo sido o veículo de difusão do modernismo. Inicia-se em 1913 e termina no ano da Exposição do Mundo Português, em 1940.

O regime era muito conservador, tentando controlar o processo de modernização do país, pois temia que se esta não fosse controlada, iria destruir os valores religiosos, culturais e rurais da Nação. Contribuiu para uma afastamento progressivo em relação aos outros países da Europa, principalmente nas áreas das ciências, tecnologia e da cultura.

3.2.1- O Grupo do Restaurante Irmãos Unidos

«Eu estive no grupo Orfeu»¹¹⁸.

Em 1915, através de António Ferro que conhece na Faculdade de Direito de Lisboa integra-se nas tertúlias modernistas onde constavam Fernando Pessoa, Santa Rita Pintor, Almada Negreiros¹¹⁹, Luís de Montalvor... Era muito novo tinha apenas dezanove anos. Estas tertúlias realizavam-se em diversos espaços, em especial no Restaurante Irmãos Unidos, aberto desde 1782, inicialmente como pastelaria “Neve Italiana,” situado na Praça do Comércio, onde desde sempre se juntaram lá «políticos, intelectuais e conspiradores.¹²⁰» Mais tarde, propriedade da família do poeta Alfredo Gusado, o restaurante alimentava escritores em situação de crise financeira. Foi deste grupo que mais tarde surgiu Orpheu.

«Fernando Pessoa era meu amigo pessoal, Alfredo Bizarro, Pedro Alves Cunha e outros dessa geração...»¹²¹.

No entanto, nunca publicou nada. «Nunca reconheceu em si talento literário»¹²². Afirma José de Azeredo Perdigão numa entrevista: «Quando os Irmãos Unidos fechavam, vagueávamos por Lisboa, acompanhávamo-nos de casa em casa até altas horas da manhã»¹²³.

Quando questionado pelo porquê de ter abandonado o grupo para ingressar na *Seara Nova*, refere que nunca o fez, era apenas um companheiro, não existiam motivos, apenas a «Orfeu tinha fins essencialmente intelectuais e a *Seara Nova* fins políticos»¹²⁴. Pretende desenvolver os princípios apregoados pela ideologia republicana, um papel interventivo, activo na sociedade.

¹¹⁸ “Penso ficar até estoirar, entrevista a José de Azeredo Perdigão” Paula Azevedo e Maria José Mauperrin; *Jornal Expresso*, Lisboa, 8 de Dezembro de 1989.

¹¹⁹ Com quem manteve uma grande amizade.

¹²⁰ O Restaurante onde Almada Negreiros, a pedido do proprietário, pintou o quadro de Fernando Pessoa: “Lendo Orfeu.” In <http://www.e-cultura.pt>

¹²¹ “Penso ficar até estoirar, entrevista a José de Azeredo Perdigão” Paula Azevedo e Maria José Mauperrin; *Jornal Expresso*, Lisboa, 8 de Dezembro de 1989.

¹²² “O século de Azeredo Perdigão”Luís Almeida Martins, *Revista Visão* de 16 de Setembro de 1993

¹²³ “A primeira Vida de José Henrique” Maria José Mauperrin, *Jornal Expresso* de 1 de Maio de 1993.

¹²⁴ *Idem, Ibidem.*

3.2.2- O Grupo da Biblioteca Nacional

Através de Aquilino Ribeiro¹²⁵ entra em contacto com o Grupo da Biblioteca Nacional donde veio a surgir mais tarde o grupo da *Seara Nova*. Continuava a ser apenas um jovem estudante de Direito que pretendia, através da liberdade, intervir na sociedade.

Integrou o primeiro corpo directivo da Revista entre 1921 e 1923 juntamente com nomes como Augusto Casimiro; Aquilino Ribeiro; Câmara Reys; Faria de Vasconcelos; Ferreira de Macedo; Francisco António Correia; Jaime Cortesão; Raul Brandão; Raul Proença...

A *Seara Nova* buscava uma nova mentalidade na sociedade, e defende-se como sendo uma «revista quinzenal de doutrina e de crítica»¹²⁶, que pretende «renovar a mentalidade, defender os interesses da nação, defender e definir a grande causa da verdadeira revolução e contribuir para formar a consciência internacional»¹²⁷. Os seus esforços como homens da *Seara Nova* caminhavam no sentido de combater todas as formas de nacionalismo, «essas doutrinas anti-humanas que pretendem erguer em volta de cada país um círculo espesso de muralhas da China»¹²⁸.

Publica dois artigos de carácter económico e financeiro: *Economia e Finanças - Notas e Comentários*, onde faz referência a várias questões da actualidade da época: O Congresso Económico do Porto¹²⁹; O imposto «ad valorem»; O acordo comercial entre Alemanha e

¹²⁵ Aquilino Ribeiro, amigo do pai de Azeredo Perdigão, e um dos defensores da República, foi acolhido na sua casa, quando este era perseguido pelas autoridades. Durante o seu exílio em França tornou-se o correspondente do jornal *A Beira* em Paris. Apelidava José Azeredo do «barão do cardaço» pois dizia que apesar de republicano e comerciante de tecidos «fazia salamaleques à rainha nas passagens da soberana por Viseu» Citado por Maria José Mauperrin «A primeira vida de José Henrique»; *Jornal Expresso*, Lisboa, 1 de Maio de 1993.

¹²⁶ Revista *Seara Nova*, Lisboa, número 1 de 15 de Outubro de 1921.

¹²⁷ *Idem, Ibidem*.

¹²⁸ *Idem, Ibidem*.

¹²⁹ O Congresso Económico do Porto: Congresso realizado nos últimos dias do mês de Novembro e em que foram discutidos assuntos de carácter nacional, de forma a resolver as grandes dificuldades apresentadas e soluções, os respectivos processos mais adequados á satisfação das suas necessidades. Homens do governo, e. O imposto «ad valorem»: Atribuído pelas Câmaras Municipais consiste no acréscimo de 3% sobre qualquer produto exportado ou vendido. As receitas asseguravam alguns encargos das mesmas, terminando num agravamento dos preços e, concomitantemente, a um inconformismo por parte do consumidor. Devido a esse descontentamento foi suspensa a medida, fazendo com que as Câmaras ficassem desprovidas de receitas para os encargos anteriormente assumidos. O acordo comercial entre Alemanha e Portugal: Acordo entre o Governo português e o Alemão para a exportação de 40 mil hectolitros de vinho do Porto e 10 mil hect. de vinho da Madeira. E demonstra a importância das relações externas, em especial com países que também se encontrem em crise, de forma à não desvalorização da moeda. Junta de Provisão: A criação de uma nova

Portugal; a Junta de Provisão. O segundo artigo data do ano de 1922 e diz respeito ao *Problema do Inquilinato - o seu aspecto económico*.¹³⁰ Reflectem uma preocupação com a situação do país e demonstram a sua tentativa interventiva que tanto pretendia.

Abandona a *Seara Nova* afirmando que a profissão o obrigava a tal, tendo «deixando tudo para trás»¹³¹.

entidade que tem como objectivo controlar o abastecimento, na tentativa de sanear a economia. Segundo ele, para isso existem apenas duas soluções: «o saneamento dos câmbios e o aumento da produção agrícola e industrial» In José de Azeredo Perdigão, *Revista Seara Nova*, Lisboa, número 1 de 15 de Outubro de 1921, p.141.

¹³⁰ *O Problema do Inquilinato – o seu aspecto económico*: Perante a falta de leis claras e concretas sobre a locação, chama atenção para uma eficaz intervenção do Estado no que respeita os diferentes pontos de vista: jurídico, fiscal e económico.

¹³¹ “Penso ficar até estoirar, entrevista a José de Azeredo Perdigão” Paula Azevedo e Maria José Mauperrin; *Jornal Expresso*, Lisboa, 8 de Dezembro de 1989.

3.2.3- «O Senhor cinco por cento»¹³²

«Only the best is good enough for me»¹³³.

Calouste Sarkis Gulbenkian nasce em 1869 em Uskudar. Desde criança que se demonstra muito estudioso e a família envia-o para Londres para completar os seus estudos na área de Engenharia Civil no King's College. Foi convidado para ser assistente de Lord Kelvin, um dos maiores cientistas do século XIX, contudo a família não permitiu. Como prenda de final de curso faz uma viagem de comboio a Baku. Começa a dar conselhos aos países para se interessarem pelo ouro negro do Cáucaso, depois de ver o desperdício que fazem em



9- Calouste Sarkis Gulbenkian

Baku. Escreve um artigo e o sultão chama-o. Devido à instabilidade política consegue fugir com a sua esposa e prima Nevarte e, depois de contactos estabelecidos no barco cria um escritório em Londres, onde mais tarde se naturaliza britânico. Depois de 1914, vai para França onde compra um palácio e finalmente encontra o espaço para expor toda a colecção de arte que se encontrava encaixotada e guardada. Ainda nos anos vinte o Governo Persa, como sinal de gratidão nomeia-o como Conselheiro Comercial da Embaixada em Paris. É este o cargo que lhe permite justificar mais tarde a

sua presença em Vichy durante a Segunda Guerra Mundial. Depois de dezanove

meses, no início de 1942, e desapontado com os últimos eventos e a forma como os ingleses o trataram, vem para Portugal, pensando apenas permanecer aqui o tempo suficiente para que pudesse voltar imediatamente para Paris, e para a sua casa de Iena 21.

¹³² Apelido que lhe atribuem após intensas negociações em que as acções da empresa Turkish Petroleum Company Ltd é dividida em quatro companhias petrolíferas. Cada uma fica com 23.75 % do capital e os restantes cinco por cento ficam na mão de Calouste Gulbenkian, como remuneração, pelo esforço nas negociações.

¹³³ José de Azeredo Perdigão, *Calouste Gulbenkian – Collector*; Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Tal não se veio a verificar e ficou em Portugal até aos oitenta e seis anos, onde morre a 20 de Julho de 1955.

Devido às circunstâncias da Segunda Guerra Mundial e desempenhando as funções de Conselheiro Comercial da Embaixada do Irão, Calouste Gulbenkian inicia os trâmites para a sua mudança. Primeiramente, pensa na Suíça, um país neutro e onde sempre se sentiu bem. Seu filho, Nubar já lhe tinha falado de Lisboa, a capital de um país neutro, sossegado, e com uma governação firme. Muito prontamente, consulta Nunes de Almeida, e/ou Caeiro da Mata¹³⁴, da Embaixada de Portugal, que lhe dá a conhecer o que de melhor encontraria no nosso país. Elucidou-o quanto à qualidade exemplar dos médicos, (informação extremamente importante devido ao seu estado de saúde) da comida, do clima, das gentes, da qualidade dos hotéis e, principalmente, da paz que governava este país, ao contrário de todos os restantes onde mantinha ligações. Perturbava-o um ponto fulcral, o sistema fiscal português. Aspecto fundamental na escolha do país, «tinha a obsessão de não ser explorado¹³⁵,» e as informações muito prontamente lhe foram disponibilizadas. Envia para Portugal o seu filho Nubar, em Fevereiro de 1942, para que visitasse e o informasse acerca das condições dos hotéis, uma vez que a estadia iria ser curta. Em Abril, a bordo do seu Rolls Royce parte Calouste Gulbenkian com a sua esposa Nevarte; a Madame Theis;¹³⁶ o mordomo; Ivan Karmazin; a esposa; e o chefe oriental em direcção a Portugal para se instalarem no Hotel Avis. «Podendo viver em palácios, preferia a comodidade e a facilidade que à satisfação das necessidades da vida quotidiana oferece um bom hotel»¹³⁷.

Devido aos seus problemas de saúde faz questão de ter uma equipa médica sempre ao seu dispor. Era chefiada pelo Professor Fernando Fonseca¹³⁸, que terá sido indicado pelo

¹³⁴ Existe alguma incerteza neste primeiro contacto. Alguns referem que terá sido Nunes de Almeida, outros dizem que terá sido Caeiro da Mata. De qualquer dos pontos de vista, o que importa salientar é a prontidão com que lhe cedem toda a informação necessária.

¹³⁵ “A segunda Vida de José Henrique” Maria José Mauperrin, Jornal *Expresso* de 18 de Setembro de 1993.

¹³⁶ Madame Theis: Era sua secretária pessoal e mantinha uma relação de longa data com Calouste Sarkis Gulbenkian. De seu nome completo Isabel Theis era naturalizada inglesa, filha de pai francês e mãe austríaca, era casada com um inglês que emigrou para os Estados Unidos da América. Trabalhava no quarto contíguo à suite de Calouste Gulbenkian. Tinha jurisdição absoluta e era a intermediária para todos os assuntos. Francisco Corrêa Guedes, *Calouste Gulbenkian Uma Reconstrução*; Lisboa, Gradiva; 1992.

¹³⁷ José Azeredo Perdigão, *Relatório do Presidente 20 Julho de 1955-31 de Dezembro 1959*; Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p. 5.

¹³⁸ Fernando Fonseca: um clínico português de prestígio, que desenvolveu uma relação de grande amizade com o multimilionário C. Gulbenkian. Consta que terá sido o responsável pela alteração dos planos de Gulbenkian, que «pretendia que o acompanhasses na sua instalação em Nova Iorque, nos Estados Unidos (...) Declinou o aparentemente sedutor convite...não podia considerar qualquer afastamento da sua cidade de Lisboa.» *Fernando Fonseca memória de um médico Ilustre*, Lisboa, Âncora Editora; 2004.

Professor Pulido Valente, que declinou o convite que lhe foi proposto. Quanto aos advogados inicialmente seleccionados para tratar dos seus problemas, eram os mais proeminentes e ilustres da praça, e que sempre se defrontaram: Bustorff Silva e o Dr. Azeredo Perdigão. Terá sido o primeiro a ser seleccionado, contudo, e com a rejeição deste, devido a excesso de trabalho, a escolha recai sobre Azeredo Perdigão.

Existem duas versões sobre a forma como os dois se conheceram, que nada mais são do que complementos. Todavia, resta salientar que, não fosse Azeredo Perdigão reconhecido como um competente e exímio jurista, nunca teria travado conhecimento com Calouste Sarkis Gulbenkian.

Consta que quem forneceu os nomes quer dos médicos e advogados competentes em Portugal terá sido Caeiro da Mata. Contudo, a apresentação entre ambos foi levada a cabo pela mão do Professor Fernando Fonseca. Azeredo Perdigão é então apresentado a Gulbenkian.

Não era hábito para Azeredo Perdigão, um advogado tão conceituado, deslocar-se a casa dos clientes, e a pedido de uma chamada telefónica feita pelo professor Fernando Fonseca, rejeita a hipótese. «...Seja hotel, seja casa, seja palácio...Se o Senhor Calouste Gulbenkian quer consultar-me, tenho muito gosto em recebê-lo, no meu escritório»¹³⁹. Renunciando ao pedido, o professor insiste, tentando convencê-lo. Perante esta afirmação Azeredo Perdigão pergunta se este se encontra inviabilizado de sair do hotel. Responde-lhe que inviabilizado, não, mas que já tem setenta e três anos e que acaba de chegar de viagem. Azeredo Perdigão não cede, e afirma «então que se recomponha primeiro»¹⁴⁰! Com o prestígio que granjeava, não gostou de todas estas exigências chegando mesmo a sugerir que consultasse outros colegas seus que, muito prontamente, se deslocariam ao hotel. Porém, apelando ao seu bom-nome, à fama que o ladeava e ao facto de ter sido ele pessoalmente a sugeri-lo, na falta da sua comparência colocaria em causa o seu bom-nome de médico. E também que este gostaria muito de o conhecer e iria necessitar expeditamente da sua competência jurídica para a resolução de problemas urgentes¹⁴¹. Azeredo Perdigão cede e aceita.

¹³⁹ António Torrado, *O mundo dá muita volta – Calouste Gulbenkian e Azeredo Perdigão – um encontro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000

¹⁴⁰ *Idem, Ibidem*.

¹⁴¹ Os problemas relacionavam-se com a sua vinda para Portugal «problemas de residência, de transferências de fundos, de relações com a fiscalidade portuguesa, autorizações de permanência para os colaboradores...

Calouste Gulbenkian era conhecido pelo seu elevado bom gosto e pela sua belíssima colecção de arte a qual Azeredo Perdigão elogia:

« exceptional pieces: notably old and modern paintings, sculpture, silver and coins, ceramic from the Middle east, Chinese porcelain, manuscripts-both European and Persian, French eighteenth century, furniture, tapestries, precious carpets and *objects de haute époque*»¹⁴².

Ambos se sentiram bastante impressionados. Azeredo Perdigão apreciou a energia do homem de negócios e Calouste Gulbenkian admirou a segurança e objectividade de opiniões. Recordava-lhe o filho, Nubar Gulbenkian, com cinquenta anos e apenas com alguns meses de diferença. Contudo, se o apreciou também lhe encontrou um «defeito igualzinho aquele em que Nubar tanto o desgostava, uma vaidade invencível»¹⁴³. Azeredo Perdigão assume o cargo de Assessor e Conselheiro Jurídico.

Calouste Gulbenkian não queria objecções, nem dificuldades perante as suas propostas, mas sim soluções. O ouvido atento de Azeredo Perdigão compreendeu isso muito bem, assim lhe fazia jus. A relação profissional extravasa para o nível pessoal. Azeredo Perdigão escreve:

«At first our relationship was that of a client and his legal adviser and insensibly, as time went on, there grew up between us an affinity such as may exists between two persons who understand each other and end up by liking one another...as a client he was like many others as a man and friend he was altogether exceptional»¹⁴⁴.

Com o tempo a sua confiança foi aumentando em Azeredo Perdigão e vice-versa. E com o tempo foi capaz de «confidenciar-lhe sucessos e eventos da sua vida e a sua maneira de ver o futuro, encorajando Perdigão a aconselhá-lo nas suas incertezas»¹⁴⁵. O seu pensamento

Pouco ou nada tinha a ver com os grandes problemas do grupo Gulbenkian». Francisco Corrêa Guedes, *Calouste Gulbenkian Uma Reconstrução*; Lisboa, Gradiva; 1992.

¹⁴² José de Azeredo Perdigão, *Calouste Gulbenkian – Collector*; Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

¹⁴³ Francisco Corrêa Guedes, *Calouste Gulbenkian Uma Reconstrução*; Lisboa, Gradiva; 1992.

¹⁴⁴ José de Azeredo Perdigão, *Calouste Gulbenkian – Collector*; Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

¹⁴⁵ Cfr com o anexo 4. José de Azeredo Perdigão, *Calouste Gulbenkian – Coleccionador*; Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 50 anos, 3.^a edição.

era dominado «de um dia, em vida ou morte, essas obras de arte serem reunidas e conservadas, para fins culturais, educativos, sob o mesmo tecto»¹⁴⁶. Como podemos aferir ao analisar a comparação das finalidades dos dois objectivos dos testamentos. Na verdade, o Testamento de 1950 limita-se a recomendar que nenhuma das suas obras seja vendida e que se crie uma Instituição com o nome de Fundação Calouste Gulbenkian com os fins «educativos, artísticos e de beneficência, etc.. e a que deverão ser atribuídas pensões consideráveis especiais para assegurar a sua perpetuidade»¹⁴⁷, enquanto que no segundo testamento elaborado três anos mais tarde, a Fundação aparece-nos mais definida «e com a qualidade única e universal herdeira de todo o remanescente da herança do Fundador»¹⁴⁸.

Por outro lado, confrontando o livro de Francisco Corrêa Guedes, *Gulbenkian uma Reconstrução*, este aponta-nos outra faceta da relação existente entre ambos. Entrevista alguns dos funcionários que conviveram directamente com Calouste Gulbenkian. Entrevista o professor Francisco Leite Pinto, que foi Administrador da Fundação e após conhecer o motivo da entrevista, responde: «Ah! O Gulbenkian? Enquanto Azeredo Perdigão for vivo, não se há-de saber nada». Mas o que haverá para saber? Esta frase deixa uma névoa no ar... o que Azeredo Perdigão esconde, ou o que o Professor Francisco Leite Pinto não revela. Sugere, Aníbal Espírito Santo, mordomo no Hotel Avis. Assim o fez. Este afirma que Calouste Gulbenkian era raro ter visitas, contudo, quando pretendia falar com o Dr. Azeredo Perdigão a sua secretária avisava-o e, sempre que ele vinha, era atendido nos aposentos do primeiro andar, «mas acho que não foram muitas vezes, ao contrário do professor Fonseca que o visitava todos os dias»¹⁴⁹. Estêvão Nunes da Silva, também ao serviço do Sr. Gulbenkian durante dez anos, como seu motorista, e relativamente à amizade entre o Doutor Azeredo Perdigão e o Sr. Gulbenkian afirma:

«...Isso eram muito amigos, mas nunca os vi passearem juntos. O Dr. Perdigão não gostava muito era da Madame¹⁵⁰. Durante um tempo foram corteses um com o outro, mas depois zangaram-se mesmo, cortaram relações. Contou-me a Madame, em segredo, que o Sr. Gulbenkian era mesmo tão desconfiado que uma das últimas

¹⁴⁶ José Azeredo Perdigão, *Relatório do Presidente 20 Julho de 1955-31 de Dezembro 1959*; Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa; p 5.

¹⁴⁷ *Idem, Ibidem*, p. 23.

¹⁴⁸ *Idem, Ibidem*, p.23.

¹⁴⁹ *Idem, Ibidem*, pp.450;451.

¹⁵⁰ Entenda-se que quando se refere à Madame, está a referir-se a Madame Theis, sua secretária particular.

perguntas que lhe fez antes de entrar em coma foi a de «Se o Sr. Dr. Perdigão era sério?»

Confessa-lhe, Calouste Gulbenkian, o desgosto que lhe tinha dado o seu filho. Nubar Gulbenkian que não demonstrava nenhum interesse pelas obras do pai, apelidando-as mesmo de «tralha»¹⁵¹. Apesar da sua dedicação profissional, não mantinha os mesmos interesses e tinha mesmo intenção de as confiar a uma instituição especializada para o efeito, nunca se opondo á ideia da criação de uma instituição, por parte do pai, porque desta forma evitava «tremendos incómodos»¹⁵².

A ideia da criação de uma fundação era algo de constante no pensamento de Calouste Gulbenkian: «was constantly preoccupied with the thought of what would happen to his treasures after his death»¹⁵³ onde pudesse armazenar e expor toda a sua colecção de arte. E os modelos das grandes fundações como a Ford, a Rockefeller, entre outras, apresentavam-se como óptimas referências, e para tal, Lord Radcliffe¹⁵⁴ apoiava-o e dava-lhe conselhos. Como atestamos anteriormente, no primeiro testamento declara a sua intenção de reunir todas as obras numa instituição «my work of art are my lifelong friends»¹⁵⁵, apesar de não constar o local onde iria ser fixada. Muito embora as dúvidas, existia uma certeza convicta de quem dirigiria a mesma fundação seria Lord Cyril Radcliffe. Inicialmente, toda a sua colecção ficaria a cargo de Keneth Clark, conservador e amigo íntimo da National Art Gallery, em Londres. E ficaria instalada num novo edifício projectado para o efeito. Contudo, a guerra colocou umas reticências a todas as iniciativas, e após vários conflitos com os ingleses, no qual Calouste Gulbenkian se sentiu seriamente ofendido, jurou que jamais voltaria lá, e enviou a maioria das obras que lá se encontravam para Washington¹⁵⁶. Entretanto, como o governo inglês colocara em causa a sua neutralidade, os portugueses, Azeredo Perdigão e Fernando Fonseca¹⁵⁷, nas suas conversas iam dando-lhe a conhecer a realidade do país que o acolhera. As carências eram muitas na educação, nas artes e na

¹⁵¹ Francisco Corrêa Guedes, *Calouste Gulbenkian Uma Reconstrução*; Lisboa, Gradiva; 1992.

¹⁵² *Idem, Ibidem*.

¹⁵³ José de Azeredo Perdigão, *Calouste Gulbenkian – Collector*; Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

¹⁵⁴ Sir/Lord Cyril Jonh Radcliffe 1899-1977 – Excelente advogado britânico. Atentar no ponto seguinte: 3.2 3 a)

¹⁵⁵ José de Azeredo Perdigão, *Calouste Gulbenkian – Collector*; Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian; p.204.

¹⁵⁶ Francisco Corrêa Guedes, *Calouste Gulbenkian Uma Reconstrução*; Lisboa, Gradiva; 1992

¹⁵⁷ Se inicialmente apontava para Azeredo Perdigão, no livro de memórias de Fernando Fonseca consta que «este explicava ao arménio a realidade portuguesa e os problemas do país».

ciência. Para incitar a sua permanência e o devido ao seu «ódio aos impostos»¹⁵⁸ Azeredo Perdigão assegurava-lhe que para além da insignificância dos mesmos, o Governo português teria todo o orgulho em conceder a completa isenção de imposto sucessório sobre a sua herança.

A Azeredo Perdigão foi ordenado que compilasse informação sobre as fundações mais importantes do mundo e, posteriormente, acerca das leis portuguesas para a criação de uma Fundação em Portugal. A 9 de Agosto de 1949, Azeredo Perdigão «prepare a draft statue of Portuguese foundation with is head Office in Lisbon»¹⁵⁹.

«He decided on Portugal as the seat for his Foundation because of the advice he received from Dr. Perdigão. That advice was to effect that if he set up the Foundation under Portuguese law as a charitable body then there would be no taxes or death duties payable on it»¹⁶⁰.

E se inicialmente, Calouste Gulbenkian não morria de amores por Portugal, almejando ir para Nova Iorque e mais tarde regressar para Paris, acabou por se apaixonar, chegando mesmo a afirmar numa carta que nos chega escrita pelo embaixador Marcello Mathias a Salazar que lhe tinha confidenciado: «...fala de Portugal como um paraíso terreal e que pretendia comprar uma quinta à volta de Lisboa para aí terminar os seus dias»¹⁶¹. O filho confirma «He did think more then once of buying or renting a house in Lisbon but he never got beyond thinking about it»¹⁶². Já Francisco Corrêa Guedes contrapõe, afirmando que este apenas ficou em Portugal, uma vez que a Madame Theis lhe disse que se ele voltasse, ela não o acompanharia. E numa outra possível interpretação permanece em Portugal, uma vez que o seu médico Fernando Fonseca se nega abandonar Lisboa para ir com ele para Nova Iorque. De qualquer forma, tal como refere Nubar, na sua autobiografia «kept his base in Lisbon, partly, because tax purposes it was more convenient to have is domicile in Portugal (...)»¹⁶³ e apesar das opiniões diversas «he was in a comfortable rut and did not wish to get out of it again»¹⁶⁴.

¹⁵⁸ Francisco Corrêa Guedes, *Calouste Gulbenkian Uma Reconstrução*; Lisboa, Gradiva; 1992

¹⁵⁹ *Idem, Ibidem.*

¹⁶⁰ Nubar Gulbenkian, *An Autobiography Pantaraxia*, Hutchinson of London, 1965, p.259.

¹⁶¹ Marcello Mathias, *Correspondência Marcello Mathias/ Salazar1947/68*; Lisboa, Difel Difusão Editorial.

¹⁶² Nubar Gulbenkian, *An Autobiography Pantaraxia*, Hutchinson of London, 1965, p, 221.

¹⁶³ *Idem, Ibidem*, p. 218.

¹⁶⁴ *Idem, Ibidem.*

Em 1953, a sua esposa que «had not liked Portugal much; apart from her difficulties with the language, she found Lisbon society was too confined for her taste»¹⁶⁵, falece em Paris. Calouste Gulbenkian sofre muito, não pelo desenlace da doença, mas pelo desgosto que afirma que o filho lhe infligiu. A esposa Nevarte deixa uma carta na qual rejeita ser enterrada no mausoléu mandado erigir por Calouste Gulbenkian, mas sim, no jazigo onde constava o corpo do seu irmão favorito, Yervant Essayan, em Nice. E reclama a construção de um orfanato, ou uma escola (não deixa bem preciso) em seu nome, para crianças arménias.¹⁶⁶ Porém, faz algumas confidências privadas sobre alguns acontecimentos e factos que dizem respeito ao seu marido. Se Calouste Gulbenkian dominasse o conteúdo dessa carta teria uma enorme desgosto, e assim sendo, Nubar preserva-o: «my mother made me promise that her last wishes should be respected (...)»¹⁶⁷ rejeita por completo a hipótese de mostrar a carta ao pai, mesmo após a exigência do mesmo. Este culpa-o, e «saw only a disobedient son frustrating his rightful wishes»¹⁶⁸. Todo este desenvolvimento de acontecimentos fez com que Azeredo Perdigão fosse chamado para elaborar com todas as formalidades jurídicas, um segundo testamento.

«...His anxieties on this score were resolved when he drew up his two wills in Portugal, the first on 6th May 1950 and the second which entirely superseded the earlier will, on 18th June 1953»¹⁶⁹.

Inicialmente pondera excluir o filho, mas aconselhado pelo advogado, Azeredo Perdigão, afasta essa hipótese. Inclui um artigo produzido exclusivamente para evitar que o filho trouxesse problemas «...no caso de qualquer dos beneficiários deste testamento...contestar a sua validade.., perderá, ipso juro, todo o benefício que do mesmo testamento lhe possa resultar»¹⁷⁰, visto que segundo Calouste Gulbenkian a «sua conduta para com ele tem sido, sob vários aspectos, verdadeiramente lamentável»¹⁷¹. Depois de formalizado, quando chamado para dar o seu parecer, Lord Radcliffe que, após a tomada de conhecimento, escreve uma carta aberta a Gulbenkian aconselhando-o a alterar a cláusula, porque doutra

¹⁶⁵ *Idem, Ibidem.*

¹⁶⁶ Acabam por construir em sua homenagem uma escola para o ensino da comunidade arménia.

¹⁶⁷ Nubar Gulbenkian, *An Autobiography Pantaraxia*, Hutchinson of London, 1965, p.235.

¹⁶⁸ *Idem, Ibidem*, p.238.

¹⁶⁹ José de Azeredo Perdigão, *Calouste Gulbenkian – Collector*; Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

¹⁷⁰ *No XX aniversário da Morte de Calouste Gulbenkian Breve história da sua vida e obra*; Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian, 1975 pp.23 – 29

¹⁷¹ *Idem, Ibidem*, p.14.

forma: «there would be trouble later»¹⁷². E tal como é referido, Gulbenkian teria a intenção, de facto, de alterar o testamento, porém considerou-o Azeredo Perdigão numa carta que escreve para o Presidente do Conselho de Estado, Oliveira Salazar, «(...) incapaz de manifestar uma vontade juridicamente eficaz»¹⁷³. E assim sendo, também não o contempla na Fundação. Apesar de tudo, não existiu um rompimento total, antes pelo contrário, com oitenta e três anos, a sua saúde encontrava-se em franco declínio. Era assistido por Nubar e pela nora, a terceira esposa, esta que era enfermeira. Salienta Francisco Corrêa Guedes que Calouste Gulbenkian teria a intenção de alterar o Testamento e iria incluí-lo no grupo dos “*trustees*”¹⁷⁴. Esse seu desejo não se realizou. Azeredo Perdigão aguardava as melhoras no seu estado de saúde para o completo esclarecimento e cumprimento das instruções dadas. Calouste Gulbenkian falece a 20 de Julho de 1955.

Azeredo Perdigão tinha sido incumbido de ler o testamento. No dia 21 de Julho, após a chegada dos seus filhos ao aeroporto, uma vez que estes foram autorizados a viajar pois o estado de saúde do seu pai era considerado estável. Foram levados directamente para a capela do Hotel Avis. Uma vez no Hotel, Azeredo Perdigão tentou reuni-los para a leitura do testamento, Kevork Essayan e Azeredo Perdigão tentaram convencer Nubar, mas não lhe parecia importante a leitura do testamento, ainda por cima de uma forma tão apressada. A prioridade nesse momento estava em cremar o corpo do pai, tal como constava nos seus desejos.

Só entendemos tanta urgência na atitude de Azeredo Perdigão, se a intenção deste ao ler o testamento fosse de encontrar os familiares absorvidos pela dor, em especial Nubar, e que não colocasse em causa o mesmo, doutra forma, não assimilamos a urgência. Até porque não existia nada escrito que assim o obrigasse. Os desejos de Calouste Gulbenkian no que respeita à imediata concretização após a sua morte, certamente, incluíam o tempo suficiente para o respectivo nojo familiar.

¹⁷² Cit por Nubar Gulbenkian, *An Autobiography Pantaraxia*, Hutchinson of London, 1965, p.259

¹⁷³ A N.T.T, *Carta de Azeredo Perdigão para o Presidente do Conselho de Estado Oliveira Salazar*, a 7 de Abril de 1955, AOS/CO/Pc-44c.

¹⁷⁴ Termo utilizado no Testamento para designar os fundadores. Optamos por esta escolha porque para além de respeitar os mesmos termos, a própria tradução *trust* se coaduna melhor do que a que seria utilizada em português – fundadores.

«I learned that Dr. Perdigão had summoned a press conference for the night before but, in view of my attitude, he had put it off until the next morning; he was not prepared to postpone it again.(...) the will was read and then Perdigão summarizes its contents to representatives of the world's Press assembled in the Aviz Hotel»¹⁷⁵.

O corpo foi trasladado para Zurique pois lá é que iria ser cremado, uma vez que segundo Nubar, Portugal não apresentava condições para cremar o corpo. As cinzas permaneceram em Zurique até saber qual o destino que lhe iria ser dado. Porém, Azeredo Perdigão «had his own ideas» e passados dois meses anuncia que as cinzas iriam ser trazidas e enterradas em Portugal, contudo permanecem em Zurique mais dez meses. Foram enterradas, a 20 de Julho de 1956 na igreja de s. Sarkis, em Londres. Em Portugal, um ano após a sua morte, na mesma altura, homenageava-se Gulbenkian.

¹⁷⁵ Nubar Gulbenkian, *An Autobiography Pantaraxia*, Hutchinson of London, 1965, p.261.

3.2.3 a)- Lord Cyril Radcliffe

«Leave it to Radcliffe! (...) Cyril Radcliffe will look after that»¹⁷⁶.

Lord Cyril Jonh Radcliffe era o advogado de Calouste Gulbenkian. Formou-se em Oxford tendo sido sempre um excelente aluno. Praticou advocacia a partir de 1924 e com a guerra enveredou na política e no serviço público.

Desempenhou entre outras funções o de Director Geral no Ministério da Informação e no final da guerra dedicou-se novamente à advocacia. Em 1949 passa para a Câmara dos Lordes e, em 1962, recebe o título de Visconde Radcliffe de Hampton Lucy. Era o homem de confiança de Calouste Gulbenkian, «he came into the Gulbenkian orbit when he was a young junior counsel and was called in to help to advise on one of the various facets of the Gulbenkian activities.¹⁷⁷» É



10 - Lord Cyril Radcliffe

responsável por lhe tratar de todos os assuntos: pela resolução dos problemas mais sensíveis e delicados, enquanto que Azeredo Perdigão tratava de outros problemas proeminentes. Para além de muitas batalhas representando o seu cliente, contribuiu para que a Inglaterra revisse e retirasse a condição de «enemy under the act»¹⁷⁸, o que, entre outros motivos, muito ofendera Calouste Gulbenkian.

Perante o desenrolar deste ponto iremos proceder à análise de diversos aspectos. Porém, parece-nos premente evidenciar e diríamos mesmo destacar, antes de enveredarmos por todo o processo, a seguinte linha de pensamento. Todo o problema surge devido ao facto de no Testamento constarem, somente, a criação da Fundação e mais alguns requisitos básicos, confiando essa missão aos Executores Testamentários, os “trustees”, que deveriam de «estabelecer a forma da constituição e escolher os membros do corpo

¹⁷⁶ *Idem, Ibidem*, p. 247.

¹⁷⁷ *Idem, Ibidem*, p.246.

¹⁷⁸ *Idem, Ibidem*, p.246.

administrativo»¹⁷⁹. Partimos do desígnio que Lord Radcliffe é um dos três “*trustees*” e o futuro dirigente da Fundação a ser criada. A função do presidente já estaria predestinada e supomos que à partida teria sido mesmo aceite. Não nos parece lógico que assim não fosse. Tanto que o Testamento refere que mal acabem as suas funções oficiais, deverá assumir o cargo e a direcção da administração da herança e da Fundação¹⁸⁰. É um dos únicos pontos fixos e mesmo bem claros. No entanto, e como vamos averiguar, as negociações enveredaram por outro rumo, resta-nos esclarecer o como e o porquê.

As relações entre ambos presumiam-se como as mais profissionais possíveis, e de Janeiro a Junho de 1956 foi trocada uma série de correspondência que reflecte as aversões que emergiram, mas, que apesar de tudo, reproduzem um enorme respeito recíproco, quer a nível profissional e, fundamentalmente a nível pessoal. Foi esta discussão que levou a que os Estatutos da Fundação fossem promulgados a 18 de Julho do mesmo ano.

a). 1 - A posição de Lord Radcliffe

A troca de correspondência deixa antever a posição de Lord Radcliffe. Baseava-se em dois pontos cruciais: **o primeiro aspecto:** contestava firmemente a «national majority» com um número nunca excedente de sete membros, dois reservados para os elementos da família Gulbenkian, dois para cidadãos portugueses e, se porventura, o número aumentasse, o número de portugueses deveria ser mantido «in a ratio of one for every three places filled»¹⁸¹ pois «objects to portuguese control»¹⁸². **O segundo ponto,** por sua vez, dizia respeito à aplicação do dinheiro em Portugal «minimum of 15 per cento of the yearly outlay of the Foundation to be spent in Portugal and its territories»¹⁸³. No entanto, apesar das suas prerrogativas parecia-lhe claro a necessidade de primeiramente «achieve a more precise understanding of how the Foundation would stand in relation to Portuguese law and of the attitude the Portuguese Government»¹⁸⁴. E enceta conversações com o Governo e com advogados portugueses.

¹⁷⁹ Cfr. com o anexo 4 – O Testamento de Calouste Gulbenkian.

¹⁸⁰ Cfr. com o anexo 4 – O Testamento de Calouste Gulbenkian.

¹⁸¹ Nubar Gulbenkian, *An Autobiography Pantaraxia*, Hutchinson of London, 1965, p.265.

¹⁸² A N.T.T, *Notícia do Daily telegraph and Morning Post, de 16 de Junho de 1956*, AOS/CO/Pc-44C, caixa 0121.

¹⁸³ Nubar Gulbenkian, *An Autobiography Pantaraxia*, Hutchinson of London, 1965, p.265.

¹⁸⁴ *Idem, Ibidem*, p.263.

Lord Radcliffe afirma, ao consultar o Presidente do Conselho, António Oliveira Salazar, que ainda não se decidiu entre a carreira de magistrado ou de “trustee” e que, era necessário analisar muito atentamente uma vez que, era um estrangeiro numa organização portuguesa e num cargo de chefia. O Presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar, afirma que não via razão para a não aceitação do cargo, sendo até motivo de desgosto se tal viesse a suceder. Atesta que a intervenção do Governo seria muito restrita, e que teria toda a independência para liderar o grupo de administradores. Enquanto que insiste que deveria existir um número maior de administradores. Para além desta consulta de opinião, Lord Radcliffe tinha pedido um parecer a dois professores da Universidade de Coimbra de forma a constatar se «as disposições testamentárias do Sr. Calouste Sarkis Gulbenkian, de alguma forma limitavam o poder discricionário da Fundação em quanto respeite à distribuição dos benefícios»¹⁸⁵. A resposta assegurava que nada impossibilita a Fundação de usar como lhe melhor aprover, mas que de facto, «Portugal tem um direito maior do que qualquer outro»¹⁸⁶. Tal como tinha entendido inicialmente Oliveira Salazar, «this point of view of the Portuguese authorities, to witch I join with all my heart»¹⁸⁷. enquanto que Lord Radcliffe refere que 15 a 20 % da fortuna aplicada em Portugal é suficiente. Contudo, para evitar usos abusivos referem, ou outro tipo de interesses, essa divisão ou plano de distribuição deveria constar nos próprios estatutos, os advogados.

Numa das reuniões entre Azeredo Perdigão e Lord Radcliffe, citado por este, refere que as reticências em aceitar o cargo também recaíam uma vez mais sobre a necessidade de abandonar a magistratura inglesa e da conseqüente perda da pensão que deveria auferir dentro de dois ou três anos. Esta preocupação considerada natural ao olhar de todos versava sobretudo devido ao avanço da idade, da falta de saúde da sua esposa e ausência de fortuna pessoal. Para tudo isto, assegurava Azeredo Perdigão encontrar uma solução fácil de forma a dar à Fundação a sua «valiosa colaboração»¹⁸⁸.

Com o evoluir das negociações e em toda a correspondência trocada, estes princípios foram sempre o cerne de toda a problemática. O envolvimento bipartido: o Dr. Azeredo Perdigão de um lado, auxiliado pelo Governo e pelos seus embaixadores na França e na

¹⁸⁵ *Idem, Ibidem*, p.263.

¹⁸⁶ *Idem, Ibidem*, p.263.

¹⁸⁷ Cit. por Lord Radcliffe numa carta escrita a Azeredo Perdigão. In Nubar Gulbenkian, *An Autobiography Pantaraxia*, Hutchinson of London, 1965, p.330.

¹⁸⁸ A.N.T.T. Citado por Pedro Teotónio Pereira numa carta para o *Presidente do Conselho de Estado, Oliveira Salazar*, 12 de Março de 1964, AOS/-CP-214.

Inglaterra e por outro Lord Radcliffe. Nubar chega a afirmar que: «(...) with Dr. Perdigão at one moment claiming to communicate the views of the Government (and the next denying they were any but his own)»¹⁸⁹.

Nas tentativas de acordo tentou-se por várias vezes chegar a um consenso nos dois aspectos base: uma igual representação de elementos portugueses e de outra nacionalidade, todavia, se optassem por esse princípio defende Azeredo Perdigão que o voto supremo ficava ao encargo do Presidente, neste caso Lord Radcliffe, e se este falecesse deveria ser substituído por um Presidente de nacionalidade obrigatória portuguesa. Lord Radcliffe discorda. E no que respeita ao outro ponto, este continua sem aceitar a aplicação da maioria do dinheiro em Portugal, ao contrário do que é defendido pelo Governo e por Azeredo Perdigão. E se, tal como afirma Azeredo Perdigão, essa quantia de dinheiro deve ficar em Portugal, Lord Radcliffe contrapõe, afirmando que ele viveu grande parte da sua vida em Inglaterra e França, e somente em 1942 é que chega a Portugal, também eles deveriam ser incluídos em grande parte do legado de Calouste Gulbenkian:

« In all my years during which he confided in me his ideas as to the eventual creation of a great public trust(..) I never heard him express an intention to favour specially any particularly country (...) he spoke always of humanity as his beneficiary»¹⁹⁰.

Salienta ainda: «I do not see how any executor or trustee could feel that he was carrying out the directions of the will, if he were to adopt such proposals»¹⁹¹. Tentava não fugir nunca da premissa fundamental: **O objetivo era criar uma Fundação Internacional.** Advoga Nubar:

«It had never been suggested that, in return for its exemption from taxes and death duties, there would be any requirements for a Portuguese majority on the Board of the Foundation, or that the bulk of the money should be spend in Portugal. Yet this is what has happened»¹⁹².

¹⁸⁹ Nubar Gulbenkian, *An Autobiography Pantaraxia*, Hutchinson of London, 1965, p.265.

¹⁹⁰ *Idem, Ibidem*, p.331.

¹⁹¹ *Idem, Ibidem*, p.337.

¹⁹² *Idem, Ibidem*, p.259.

Toda a discussão termina quando se parece caminhar para o interesse de ambos, e Lord Radcliffe assume não estar preparado. Evidencia Nubar que «he held no justification in Portuguese law but would amount to an arbitrary exercise of power by the Portuguese authorities»¹⁹³. E devido à demorada decisão colocava em risco os prazos legais da submissão do estatuto, é chamado para apresentar a sua decisão. Lord Radcliffe, entretanto, redige um comunicado, a 1 de Junho de 1956, numa carta escrita a Azeredo Perdigão em que abdica ocupando-se unicamente de tarefas em Inglaterra. O auto-afastamento do advogado levou à redacção dos artigos 10º e 11º:

«**Décimo:** uma Fundação, que deverá denominar-se “Fundação Calouste Gulbenkian”. As bases essenciais dessa Fundação são as seguintes:

- a) É portuguesa, perpétua, a sua sede é em Lisboa, podendo ter, em qualquer lugar do mundo civilizado, as dependências que forem julgadas necessárias;
- b) Os seus fins são de caridade, artísticos, educativos e científicos;
- c) A sua acção exercer-se-á, não só em Portugal, mas também em qualquer outro país onde os seus dirigentes o julguem convenientes;
- d) Será dirigida e administrada pelos “*trustees*” adiante designados e por outras pessoas por eles escolhidas ou como for estabelecido nos respectivos estatutos;
- e) Logo após a morte do testador, na hipótese de ele o não haver feito antes, os executores testamentários e “*trustees*” redigirão, e farão aprovar superiormente, os estatutos da mencionada Fundação, e praticarão todos os actos necessários, quer à legalização da Fundação criada por este testamento, ou à sua criação, caso se entenda que só pela aprovação dos estatutos ela pode considerar-se criada, quer à sua instalação e funcionamento.

§ 1.º - Se, para que a Fundação a que esta cláusula se reporta seja válida e juridicamente reconhecida em todos os países em que o testador possui bens, for necessário alargar ou reduzir, ou modificar de qualquer outra maneira, os fins indicados na alínea b), os “*trustees*” ficam desde já autorizados a fazer o necessário para que a Fundação tenha valor jurídico nesses países.

§ 2.º - O testador deseja e espera ter ocasião de criar, ele próprio, em sua vida, a mencionada Fundação. Nesse caso, todas as disposições deste

¹⁹³ *Idem, Ibidem*, p.266.

testamento feitas em favor da Fundação a criar pelos “*trustees*”, sob a denominação “Fundação Calouste Gulbenkian” e segundo as bases estabelecidas nas alíneas a), b), c), d) e) desta cláusula, considerar-se-ão feitas em favor da Fundação que tiver sido criada pelo testador, e os “*trustees*” ficam dispensados de criar qualquer outra.

Décima primeira: O património da “Fundação Calouste Gulbenkian” será constituído:

- a) Por todos os bens da herança do testador, seja qual for a sua natureza e lugar da sua situação, a que, por este testamento ou outro posterior, ele testador não der destino diverso;
- b) Por todos os bens e valores que constituem capital dos “*trustees*” já criados pelo testador, ou que venham a constituir capital dos “*trastes*” por ele instituídos neste testamento, ou que, de futuro, venha a instituir, em favor de quaisquer pessoas de sua família ou que não sejam de sua família, singulares ou colectivas, à medida que esses “*trastes*”, por qualquer motivo, terminem, designadamente por morte ou extinção dos respectivos beneficiários;
- c) Por todos os outros bens que o testador, durante a sua vida e por qualquer título, venha a destinar especialmente à Fundação a organizar pelos seus executores testamentários, ou que venha a doar à Fundação, se ele próprio a chegar a criar, em vida, como é seu desejo»¹⁹⁴.

a). 2 - A posição de Azeredo Perdigão

Assume-se como inexperiente na jornada, mas, parte da perspectiva em que:

«Não se pode conduzir a Fundação como se ela fosse uma continuação do Calouste Sarkis Gulbenkian, as suas atitudes pessoais, políticas ou situação. O testamento cria uma nova entidade, um *trust* público, o possuidor da sua riqueza e, ao fazê-lo, traz à situação uma mudança fundamental»¹⁹⁵.

¹⁹⁴ *No XX aniversário da Morte de Calouste Gulbenkian Breve história da sua vida e obra*; Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian, 1975 pp.23 – 29.

¹⁹⁵ A.N.T.T, *O problema da Fundação - tradução*, 9 de Janeiro de 1956, p.1. AOS/CO/PC – 44C.

Em todo este processo para além das referidas cartas, decorreram imensas reuniões e encetaram-se frequentes contactos. Aspecto a ter em conta é que Azeredo Perdigão assegura que era «muito difícil saber que atitude tomar em qualquer diligência junto do Governo...e conceber a satisfação do trabalho da fundação»¹⁹⁶, não toma nenhuma atitude sobre aspectos importantes sem a prévia consulta do Governo. E todas as diligências eram comunicadas ao Presidente do Conselho do Estado, ao Embaixador Pedro Teotónio Pereira e o Embaixador Marcello Mathias que estavam a par de todos os procedimentos e advertiam Azeredo Perdigão, visto que todos estavam empenhados para que os interesses de Portugal fossem salvaguardados:

«A minha grande preocupação vem daí - de não estar seguro de podermos manejar convenientemente o instrumento de valorização que o seu possuidor - Gulbenkian nos doou. Por ora o Azeredo Perdigão está entregue a si só»¹⁹⁷.

Segundo Azeredo Perdigão para a direcção, a Fundação para além dos “*trustees*” deveria estar associada a um número de pessoas de «indiscutível renome público»¹⁹⁸, afirmando que desta forma, se garantia que a Fundação estaria em «mãos seguras», pois apenas os “*trustees*” não seriam adequados para essa finalidade. Tinha como responsabilidade dar «ao público crítico, um relato satisfatório do seu trabalho e dos seus recursos»¹⁹⁹.

No que diz respeito aos pontos essenciais defende e concorda num número nunca inferior a sete pessoas para o Conselho de Administração inicial, seria constituído por:

1. O Presidente, que seria inglês - Lord Radcliffe;
2. Nubar Gulbenkian - o filho;²⁰⁰
3. Kevork Essayan - marido de Rita Gulbenkian;
4. José de Azeredo Perdigão;
5. Um Europeu, do qual não consta o nome, apenas o classifica como «altamente qualificado»²⁰¹;

¹⁹⁶ A.N.T.T, *Carta de Azeredo Perdigão para o Presidente do Conselho de Estado, Oliveira Salazar*, AOS/CO/PC-44C – caixa 0068.

¹⁹⁷ A.N.T.T, *Carta do Presidente do Conselho de Estado, Oliveira Salazar para Pedro Teotónio Pereira*, de 22 de Setembro de 1955, AOS/CO/PC-44C caixa 0044.

¹⁹⁸ A.N.T.T, *O problema da Fundação – tradução*, 9 de Janeiro de 1956, p.2. AOS/CO/PC – 44C.

¹⁹⁹ *Idem, Ibidem*.

²⁰⁰ Nubar Gulbenkian foi mais tarde convidado para fazer parte do grupo dos “*trustees*” por Azeredo Perdigão e Kevork. Atentar no ponto seguinte Nubar Sarkis Gulbenkian: 3.2.3 b).

6. Outro Administrador português;
7. Um outro administrador – Europeu com experiência internacional.

Ou seja, três estrangeiros todos eles com ligações a Calouste Gulbenkian; dois portugueses e mais dois europeus com experiência internacional, muito claramente esses europeus tinham de ser de nacionalidade portuguesa para se atingir a premissa fundamental, uma maioria portuguesa, pois «a Fundação é portuguesa e, portanto, as suas relações com Portugal têm que ser bastante diferentes das suas relações com qualquer outro país que não seja o seu país doméstica»²⁰². Outro dos aspectos defendidos, e para que a Fundação avançasse como uma instituição pública, não se deveria sobrecarregar em obrigações ou despesas que não digam respeito às suas finalidades, para que, eventualmente não sejam acusados de beneficiar a família do fundador. E culmina «entre alguns pontos a acertar, a aceitação destes pontos, faz com que exista harmonia necessária para conseguirmos levantar a fundação e fazê-la trabalhar, eficientemente»²⁰³.

A sua posição intransigente revela receios comprovados e num memorando datado de 26 de Setembro de 1955 sobre as reuniões dos “*trustees*” realizadas em Lisboa para além de levar a cabo a problemática circundante à criação da Fundação, como executor testamentário, confessa a morosidade e a dificuldade à interpretação e execução do testamento.

«Posição simpática adoptada pelo filho e o genro, visto que Lord Radcliffe insiste em obter compensações para Inglaterra, às quais Azeredo Perdigão se opõe. E é aí que confirma que, para assegurar a nacionalidade portuguesa, o Governo deve aprovar os respectivos estatutos e «exigir» que a maioria dos “*trustees*” sejam portugueses. Perante esta eventualidade, Lord Radcliffe não aceitaria o cargo inicialmente designado»²⁰⁴.

²⁰¹ A.N.T.T, *O problema da Fundação tradução*, 9 de Janeiro de 1956, p.3. AOS/CO/PC – 44C.

²⁰² *Idem, Ibidem*.

²⁰³ *Idem, Ibidem*, p.6.

²⁰⁴ A.N.T.T, *Carta do Presidente do Conselho de Estado, Oliveira Salazar*, para Armindo Monteiro p.87. AOS/CO/PC – 44C.

Todos estavam de acordo na defesa da maioria de administradores portugueses, opondo-se aos princípios e aos argumentos apresentados por Lord Radcliffe, e que a maioria do investimento deveria ser feito no país onde se instalaria:

«Não deveremos perder de vista que a Fundação é portuguesa por vontade do Fundador; que o acto da fundação e a sua nacionalidade são uma dádiva a Portugal do testador que assim confessava e proclamava a sua gratidão às instituições que em paz lhe permitiam viver e acumular uma imensa fortuna que doutra forma e noutros países podia, porventura, ter sido grandemente absorvida em impostos (...) não estaremos fora de verdade julgando que a maior parte dos valores devem ser para beneficiar Portugal»²⁰⁵.

O restante deveria ser aplicado na Arménia, em Inglaterra e na França.

Mas nem sempre a argumentação de Azeredo Perdigão terá sido a mais profícua. Afirma a Lord Radcliffe que a isenção do imposto sucessório à realização de uma despesa estava limitada pelo Governo português, o que contrariava a lei, e tal como confirmaram os pareceres dos professores contactados por Lord Radcliffe, Ferrer Correia e Rodrigues Queirós. Perde este ponto, mas administra «o mais delicado de todos - o da composição e maioria no Conselho de Administração a constituir»²⁰⁶.

No que concerne às obras de arte, todas elas deveriam ser confinadas num só espaço, um museu, tal como era vontade do fundador e que deveria ter sede em Lisboa. As colecções são transferidas para Portugal com o auxílio e brilhante interferência do embaixador em Paris, Marcello Mathias enquanto aguardavam a decisão de Lord Radcliffe. Este que concorda: «with the erection there of a noble gallery designated for their reception»²⁰⁷, aspecto a ser tratado posteriormente. A prioridade era chegar a um consenso para a criação do projecto essencial, a Fundação.

²⁰⁵ A.N.T.T, *Carta do Presidente do Conselho de Estado, Oliveira Salazar para o Embaixador Pedro Teotónio Pereira*. AOS/ CO/PC-44C.

²⁰⁶ Francisco Corrêa Guedes, *Calouste Gulbenkian Uma Reconstrução*; Lisboa, Gradiva; 1992.

²⁰⁷ Cit. por Lord Radcliffe numa carta escrita a Azeredo Perdigão in Nubar Gulbenkian, *An Autobiography Pantaraxia*, Hutchinson of London, 1965, p.326.

Resigna a presidência e como “*trustees*” ficam Azeredo Perdigão e Kevork Loris Essayan. Em relação à rejeição, Nubar Gulbenkian comenta: «I deeply regret this decision and I am worried about it because it would not be carrying out my father’s wishes. He was so anxious that Lord Radcliffe should have the direction of his foundation»²⁰⁸. A 5 de Julho de 1956, são aprovados os estatutos que se encontram apresentados no anexo 5. Para formar o Primeiro Conselho de Administradores além dos predestinados pelo Testamento, foram convidados os Senhores Duque de Palmela, Charles Percival Wishaw «the same whom my father had droped as an executor»²⁰⁹, o Embaixador Dr. Pedro Teotónio Pereira, e para presidir o mesmo Conselho José de Azeredo Perdigão²¹⁰.

Ao longo destes meses foram surgindo acusações para com Azeredo Perdigão. Temendo que o Presidente do Conselho de Estado e ao Ministro do Interior se deixem influenciar por tais infâmias, este acusa os herdeiros de António Couto²¹¹ de fazerem «uma campanha surda e anónima de injúrias e difamações»²¹². Transmite ao o seu estado de espírito nas negociações. Transcreveremos algumas das que chegaram até nós:

«José Azeredo Perdigão, advocate in Lisbon, is a dangerous gangster, a robber with toga (...) is the chief of a secret criminal organization»²¹³.

Entre outro tipo de comentários que circulavam, segundo João Silviro de Almeida, insurgiam-se acusando-o de que nada fez para beneficiar Nubar Gulbenkian, muito embora, reconhecesse a vontade de alterar o segundo testamento por parte de Calouste Gulbenkian. A verdadeira vontade refugiava-se no almejar que toda a fortuna permanecesse para a Fundação.

²⁰⁸ A.N.T.T, *Notícia do Daily telegraph and Morning Post, 16 de Junho de 1956*, AOS/CO/Pc-44C, caixa 0121.

²⁰⁹ Nubar Gulbenkian, *An Autobiography Pantaraxia*, Hutchinson of London, 1965, p.270.

²¹⁰ No decorrer do ano de 1958, tal como refere o embaixador Dr. Pedro Teotónio Pereira «servi dois anos no Conselho da Fundação como administrador residente em Londres (ramo inglês da fundação), in carta escrita a Oliveira Salazar ref-16 deixou, temporariamente o exercício das suas funções, e o Conselho elevou para seis o número dos Administradores, assumindo o seu cargo o Doutor António Arruda de Ferrer Correia.

²¹¹ Entrou em vários processos contra António Couto.

²¹² A.N.T.T, *Carta de Azeredo Perdigão para o Presidente do Conselho de Estado, Oliveira Salazar, 23 de Outubro de 1955*, AOS/ CO/PC – 44 Caixa 0147.

²¹³ A.N.T.T, *Carta de J. Martins de Seabra para Kevork Loris Essayan, a 22 de Setembro de 1955*.AOS/CO/ED-7 caixa 0001.

Recordemos que, enquanto legalizavam a criação da Fundação dedicavam-se de igual modo, à execução do Testamento. Um dos aspectos mais prementes nas relações entre Azeredo Perdigão como executor testamentário, e Nubar, o filho de Gulbenkian.

3.2.3 b) - Nubar Sarkis Gulbenkian

Nubar Gulbenkian filho primogénito de Calouste Gulbenkian. Considerado por muitos um dandy da sociedade, vivendo unicamente para festas, luxos e unicamente preocupado consigo próprio. Sobre Azeredo Perdigão tem opiniões muito concretas. Atesta que «was a man who had the interests of his country at heart and a highly-developed sense of self-interest.(...) It is sometimes said that I am an extrovert and that I court publicity; compared with Perdigão I am the shiest and most retiring of violets»²¹⁴. De igual modo, Azeredo Perdigão após um longo processo salienta: «et il est difficile de lui faire changer ses batteries»²¹⁵.

São várias as polémicas que os colocaram frente a frente. Possivelmente, podemos inferir que após diversas discussões acerca da sua posição, a 24 de Abril de 1956, Kevork Essayan e Azeredo Perdigão redigem uma carta oferecendo um acordo, mas como em Maio, segundo afirma, toma conhecimento da rejeição da presidência por parte de Lord Radcliffe postula «now that the first of my father's wishes for the Foundation - Radcliffe's supreme direction of it- could not be fulfilled, what was the proper thing for me to do»²¹⁶?

«Either I could accept a trustee-ship and try, from the inside, though almost certainly in a minority of one, to do something to see that the Foundation was run more as my father would have liked, or I could refuse to go in and leave myself free to criticize from the outside».

Aconselha-o Lord Radcliffe que seria melhor uma atitude vinda de dentro do que de fora. Azeredo Perdigão e Kevork Essayan voam até Londres para uma resolução, no entanto, a resposta só foi dada no dia seguinte, à qual lhe responde Azeredo Perdigão que o prazo era até à meia noite, e como tal, o tempo da resposta já tinha sido ultrapassado. Nada fica resolvido e reitera a sua posição.

O Testamento é tornado público e, nem a vigésima cláusula, o impede de contestar:

²¹⁴ Nubar Gulbenkian, *An Autobiography Pantaraxia*, Hutchinson of London, 1965, p.262.

²¹⁵ Arquivo da Fundação Calouste Gulbenkian, *Carta escrita por Azeredo Perdigão a Kevork Essayan*. Arquivo da Presidência; pasta 107.

²¹⁶ Nubar Gulbenkian, *An Autobiography Pantaraxia*, Hutchinson of London, 1965, p.268.

«Fica expressamente determinado, que no caso de qualquer dos beneficiários deste testamento, seja ele qual for, contestar a sua validade, impugnar a validade das suas disposições, embaraçar, por qualquer modo, a sua execução de harmonia com o seu texto e espírito, (...) perderá ipso juro, todo o benefício que do mesmo testamento lhe possa resultar»²¹⁷.

Pelo contrário a sua irmã, Rita Essayan, o seu marido Kevork Essayan e o seu filho Mikael Essayan «aceitaram espontânea e incondicionalmente os termos do Testamento»²¹⁸. Apesar de tudo afirma que: «my father's will provided very generously for myself, my sister and her husband and all the people and institutions to which he had been making allowance during his lifetime»²¹⁹. Mesmo assim, contesta-o. Nubar afirma que pretendia exercer outros direitos contra o testamento e se porventura, por via judicial os herdeiros pretendessem a aplicação da lei portuguesa da sucessão, o seu valor rondaria os 40% do património a seu favor. Assim sendo, Nubar é convidado para assumir o cargo de *trustee*.

Revela-nos Azeredo Perdigão:

«Havia, pois, um grave problema a resolver. Tentei, como executor testamentário, resolvê-lo por via da transacção. Houve várias sessões no meu escritório de advogado com os contestantes da validade do testamento, ou o principal contestante, e com os advogados estrangeiros que o acompanhavam. Chegámos uma tarde a um acordo e fiquei de redigir para o dia imediato os respectivos termos: quando, no dia seguinte, apresentei as bases do acordo, as exigências já eram outras. E isso aconteceu-me duas vezes; quando, pela terceira vez, ia dar-se o mesmo, toquei a campainha, chamei a minha secretária e disse-lhe: acompanhe estes senhores porque não tenho mais nada a tratar com eles»²²⁰.

Pararam as negociações. E como autora, a Fundação, coloca contra Nubar «uma acção de simples declaração, uma acção destinada a resolver por via judicial, as divergências que se

²¹⁷ *No XX aniversário da Morte de Calouste Gulbenkian – Breve história da sua vida e obra*; Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian, 1975 pp.23 – 29.

²¹⁸ José Azeredo Perdigão, *Relatório do Presidente 20 Julho de 1955-31 de Dezembro 1959*; Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. P. 17.

²¹⁹ Nubar Gulbenkian, *An Autobiography Pantaraxia*, Hutchinson of London, 1965, p.262.

²²⁰ A criação da Fundação definida pelo próprio, na festa de Comemoração dos seus 90 anos. in *Doutor José de Azeredo Perdigão no seu 90º Aniversário, 19 de Setembro de 1986*, Fundação Calouste Gulbenkian. s/p.

havam suscitado entre os Executores Testamentários e o referido Nubar Gulbenkian»²²¹ uma vez que esta era a única beneficiária da herança do fundador.

Devido à própria natureza do cidadão de origem arménia, nascido na Turquia, naturalizado inglês com residência em França e longa permanência em Portugal, os tribunais ingleses estavam impossibilitados de levar a cabo qualquer actuação, só em Portugal é que uma acção poderia ter sido accionada. Inicia-se uma batalha jurídica e Azeredo Perdigão como Executor Testamentário é responsável pela concretização do Testamento:

«Preparei eu próprio a petição da acção. Na verdade, não queria patrociná-la como advogado, mas tão simplesmente dar a orientação geral à petição inicial. Telefonei para Coimbra para o Doutor Ferrer Correia, e perguntei-lhe se ele poderia vir a Lisboa com urgência dado que precisava dele. Ferrer Correia respondeu-me imediatamente que sim: posso e vou. Veio. E foi ele que se encarregou de patrocinar esta acção juntamente com o meu filho mais velho, que exercia advocacia no meu escritório. Foi essa acção que na realidade nos permitiu depois fazer um acordo com o contestante da validade do testamento»²²².

Para a defesa da sua posição, em Portugal, Nubar escolhe como advogado Adelino da Palma Carlos. Os tribunais portugueses decidem que o facto de ter aceite inicialmente a quantia de 50 000 libras que o seu pai lhe tinha destinado, estaria aceitar o Testamento, e «nenhum outro direito pode exercer contra a herança»²²³. Apesar da decisão, Nubar Gulbenkian contesta-a. No decorrer do longo processo em que a acção acaba por não ir a julgamento, a 12 de Fevereiro de 1958 as negociações terminam com a «escritura de transacção»²²⁴. Mas, Nubar critica acerrimamente Azeredo Perdigão: «He loves (..)to stand up an among them, to make a speech and to be reported to the press- particularly in the Portuguese press, witch can be relied upon to quote him extensively and never criticise him»²²⁵.

²²¹ Ferrer Correia, *Contribuição para uma história da Fundação Calouste Gulbenkian*, in Revista de Legislação e Jurisprudência n.º 3927 e 3928. Coimbra, s/d.p.173.

²²² *Doutor José de Azeredo Perdigão no seu 90º Aniversário, 19 de Setembro de 1986*, Fundação Calouste Gulbenkian. s/p.

²²³ José Azeredo Perdigão, *Relatório do Presidente 20 Julho de 1955-31 de Dezembro 1959*; Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa; pp. 17,18.

²²⁴ *Idem, Ibidem*, p.19.

²²⁵ Nubar Gulbenkian, *An Autobiography Pantaraxia*, Hutchinson of London, 1965.

No entanto, estes não foram os únicos conflitos, numa quinta-feira do mês de Julho de 1959, Nubar dá uma entrevista ao programa televisivo Face to Face, com o intuito de esclarecer as orientações da Fundação Calouste Gulbenkian e clamar a atenção do mundo, segundo ele. As críticas proferidas diziam respeito, fundamentalmente a três aspectos que não estariam a ser respeitados:

1. Estaria a ser despendido em Portugal uma percentagem demasiado elevada da despesa da Fundação, tal como se pressupunha nas premissas de Lord Radcliffe;
2. A Fundação gastava muito menos do que deveria gastar em aplicações noutros países, centralizando-a demasiado em Portugal;
3. Os “*trustees*” faziam excessivo sigilo da fundação, como tal «não estaria a dar a expressão mais conveniente à vontade do testador, seu pai»²²⁶.

Em resposta, Azeredo Perdigão critica numa carta para o Kevork Essayan «il n’y a pas d’autorité pour se prononcer en matière réservée exclusivement á la compétence des *Trustees*»²²⁷. O objectivo final da intenção de Nubar era obrigar a Fundação a defender-se, digamos a pronunciar uma resposta. Mas, como sempre, a postura do Presidente acarretava uma posição sossegada e discreta, porque o nome da Fundação não deveria ser nunca usado em vão: «Com as coisas da Fundação Gulbenkian, a nossa atitude apenas pode ser uma: a de plena dedicação aos seus ideais»²²⁸.

No decorrer da entrevista, entre outras perguntas, é abordado sobre a questão polémica da sua acção em tribunal, devido à interpretação do Testamento, quando o objectivo era unicamente discutir a Fundação. No final, a entrevista acaba num processo bastante controverso, visto que, em busca da dita verdade que defendia, acabou por processar a BBC, por quebra de contrato, pois tal como estava previsto no acordo, não lhe foi fornecida a cópia da entrevista. Acaba por ganhar o processo, mas é-lhe bastante dispendioso, a nível financeiro e publicitário. Decide então recolher-se para escrever o livro que temos vindo a referenciar. E segundo escreve Francisco Corrêa Guedes devido à

²²⁶ Francisco Corrêa Guedes, *Calouste Gulbenkian Uma Reconstrução*; Lisboa, Gradiva; 1992

²²⁷ Arquivo da Fundação Calouste Gulbenkian, *Carta escrita por Azeredo Perdigão a Kevork Essayan*. Arquivo da Presidência pasta 107.

²²⁸ Cit. por Joaquim Veríssimo Serrão In Homenagem ao Doutor José de Azeredo Perdigão 1896-1993; Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2001.

«vulnerabilidade das críticas de vaidade e de vacuidade, levaram Perdigão a sancionar a manobra censória ao livro de Nubar (...) Perdigão, não falante de inglês, é exageradamente «patrioteiro» e cai frequentemente no ridículo, vítima da sua propensão para a pomposidade»²²⁹.

Porém, ao fim de um longo processo repleto de acções e contra acções por parte da Fundação e de Nubar, chegam a um acordo satisfatório para ambos. Nubar remata:

«So far as I am concerned the argument remains unresolved and it has been the main purpose of these later years of my life to demonstrate that, since his death, my father's fortune has not been used as he would have wished and his foundation has not taken the form he envisaged for it»²³⁰.

A título de exemplo, formula juízos de valor quando profere que tal como consta no Testamento a remuneração não deverá exceder quatro mil libras anuais, por parte dos “trustees”: Essayan e Wishaw, e eles auferem, na realidade dez mil libras anualmente. Muito acima do valor estipulado. De igual modo a quantia para o Presidente Lord Radcliffe seria de vinte mil libras quando assumisse o cargo, pelo contrário, como a presidência foi assumida por Azeredo Perdigão, afirma que «there is absolutely no suggestion in the will that, in the event of his not being able to accept the Office, a substitute should receive the same amount»²³¹. Claro que não nos podemos esquecer que Calouste Gulbenkian não poderia ter pensado noutra possibilidade. Aqui temos a prova irrefutável de que o cargo já estava destinado. Pressupõe a hipótese, que no final se verificou como efectiva, nunca fez parte dos planos de Calouste Gulbenkian, muita embora desta acusação possamos depreender uma acusação pouco sagaz. O cargo é o mesmo, apenas foi alterada a pessoa, devido a motivos alheios a Calouste Gulbenkian.

²²⁹ Francisco Corrêa Guedes, *Calouste Gulbenkian Uma Reconstrução*; Lisboa, Gradiva; 1992.

²³⁰ Nubar Gulbenkian, *An Autobiography Pantaraxia*, Hutchinson of London, 1965, p.247.

²³¹ *Idem, Ibidem*, p.277.

3.2.3 c) - Kevork Essayan

« (...) he was, indeed the guardian of the fort»²³².

Sobre a relação entre ambos não existe muito a apontar, ambos consideravam terem uma sólida amizade no fim de longas lutas pela criação e consolidação da Fundação, contudo o essencial é questionarmo-nos de como inicialmente, e tal como refere o Dr. Emílio Rui Vilar se encontrava do lado de Lord Radcliffe e, entretanto, apoia as decisões de Azeredo Perdigão.

Kvork or Kevik «as he was called»²³³ era familiar de Calouste Gulbenkian «which was the reason for his having married her»²³⁴. Calouste Gulbenkian e a esposa arranjaram este casamento favorecendo os interesses de ambos os lados. Ver a filha casada com alguém que conheciam, e ajudar a família, afinal, eles eram primos. Nubar refere que eram muito diferentes «Rita is very gregarious, enjoying people and parties, whereas he has no taste for social life»²³⁵. Era muito trabalhador, possuía contudo «(...)the gambling bug»²³⁶. e tinha como obrigação principal estar sempre disponível, quer para o Sr. Gulbenkian, como para Nubar «he was an ideal assistant and a conscientious one. He was not particularly brilliant and sometimes, as we all can, he made some silly mistakes»²³⁷. Cita Nubar, no seu livro, que ao contrário de outros, Azeredo Perdigão não tinha obrigação moral de respeitar os princípios dos desejos de seu pai, ao contrário de Kevork que segundo ele, acaba por beneficiar da sua posição : «some of the Foundation “trustees” have found a nice use for it as a luxurious retreat for themselves, their families and friends to enjoy Deauville»²³⁸ in the season; it is one of the perks my brother-in-law»²³⁹.



11 - Kevork Essayan

²³² Nubar Gulbenkian, *An Autobiography Pantaraxia*, Hutchinson of London, 1965, p.256.

²³³ *Idem, Ibidem*, p.253.

²³⁴ *Idem, Ibidem*, p.253.

²³⁵ *Idem, Ibidem*, p.255.

²³⁶ *Idem, Ibidem*, p.255.

²³⁷ *Idem, Ibidem*, p.256.

²³⁸ Casa em Deauville, ou conhecida como o refúgio *Los Enclos* que Gulbenkian comprou e que tal como todos os bens que não foram delegados ficaram ao encargo da Fundação Calouste Gulbenkian.

Porém, Rita, como filha de Gulbenkian e esposa de Kevork tinha direito ao usufruto dos seus legados.

Assume-se como um dos “*trustees*” e Executor Testamentário ao lado de Azeredo Perdigão e iniciam os trâmites necessários para criar a Fundação. Como foi supra mencionado muitos foram os obstáculos que tiveram de ultrapassar, e na correspondência trocada entre eles e que consta nos Arquivos da Fundação Calouste Gulbenkian deixa antever uma óptima relação que se foi desenvolvendo, quer a nível profissional tal como pessoal.

Kevork Essayan era o responsável pela administração de determinadas companhias petrolíferas, auxiliava em tudo o que lhe era possível as actuações de Azeredo Perdigão, que como advogado e português se encontrava numa posição favorável. Assumia que os seus movimentos estavam dependentes das atitudes efectuadas pelo advogado. Reitera que nunca foi consultado «nem sobre o seu testamento, nem sobre a Fundação», mas como vamos observar, a sua posição foi aos poucos sofrendo alterações, acatando as medidas e opiniões que Azeredo Perdigão pensa efectuar, em especial sobre os pontos fulcrais e motivos de polémica: A criação do conselho de “*trustees*”; a distribuição de rendimentos; e o destino a dar à colecção de arte do seu falecido sogro.

Acerca do primeiro ponto, assume estar ao lado de Lord Radcliffe o «nosso chairman» todavia, deixa sempre a sua postura em aberto: «se na prática for impossível seguir (...) voltar-me-ei para o lado primeiramente pensado pelo meu sogro, de haver quatro “*trustees*” (tendo sido o meu cunhado como se sabe convidado a fazer parte do Conselho) ou, em alternativa aumentando o número de “*trustees*” para sete, sendo três portugueses»²⁴⁰. Podemos depreender que a maioria não seria portuguesa, tal como defendia Lord Radcliffe.

Sobre o segundo ponto parece-lhe que essa decisão foi deixada no testamento ao encargo dos “*trustees*”, e como tal cabe-lhes a eles decidirem, no entanto, afirma que era mais vantajoso se essa decisão ficasse decidida nos estatutos tal como recomendam os

²³⁹ Nubar Gulbenkian, *An Autobiography Pantaraxia*, Hutchinson of London, 1965, p.220.

²⁴⁰ Arquivo da Fundação Calouste Gulbenkian, *Carta escrita de Kevork Essayan, para Azeredo Perdigão, a 21 de Janeiro de 1956*, Arquivo da Presidência, pasta 107.

advogados portugueses Dr. Ferrer Correia e Rodrigues Queirós. Contudo, deve aguardar-se até conhecer a atitude do Governo Português. Já se destaca alguma ponderação não só sobre o ponto de vista de Lord Radcliffe respeitar a opinião dos advogados, mas ainda a intenção de aguardar pela decisão do Governo. Não nos podemos esquecer que o Governo era um dos grandes interessados na permanência da Fundação em Portugal.

E por último, no que respeita à colecção, apenas tem conhecimento que o sogro a pretendia sob o mesmo tecto, mas como *trustee* «veria com prazer que elas fossem trazidas para Portugal»²⁴¹. Ao qual Azeredo Perdigão responde que esse aspecto: «serait absolument indiscutable»²⁴² e reafirma «j'estime que toute la collection devrait être réunie à Lisbonne et nous devons nous employer à cet effet»²⁴³. Opondo-se claramente, Nubar critica, uma vez mais; era gosto de seu pai que algumas das obras francesas fossem doadas a França como forma de agradecimento pela hospitalidade prestada, e não retiradas como que envolvidas num projecto de “secretismo”, que Azeredo Perdigão com o apoio do Governo estimulou, pois de outra forma e segundo ele, seria impossível cumprir o desejo do Fundador.

A relação entre ambos prospera e como únicos Executores Testamentários e “*trustees*” coube-lhes desenvolver todo o projecto até à consolidação da Fundação e «vous, mon cher ami, et moi, nous ne faisons rien d'autre qu'exécuter le testament dans la lettre et dans son esprit»²⁴⁴.

²⁴¹ Arquivo da Fundação Calouste Gulbenkian, *Carta escrita de Kevork Essayan para Azeredo Perdigão, a 21 de Janeiro de 1956*, Arquivo da Presidência, pasta 107.

²⁴² Arquivo da Fundação Calouste Gulbenkian, *Carta escrita de Kevork Essayan para Azeredo Perdigão, a 7 de Março 1956*, Arquivo da Presidência, pasta 107.

²⁴³ *Idem, Ibidem.*

²⁴⁴ *Idem, Ibidem.*

3.2.4- «Doutor Oliveira Salazar Presidente do Conselho»

«Temos todos o dever de ajudar a pôr de pé a Fundação»²⁴⁵.

Portugal estava separado do centro da Europa devido a uma política de isolamento vivida tantos anos aliada à periferia geográfica. O que representava também, uma periferia cultural e mental em que estavam submergidos os portugueses. Desde o início do regime até à sua queda, muitos acontecimentos varreram o mundo, a subida de Hitler ao poder, a 2ª Guerra Mundial em que Portugal não entrou, o pós-guerra e o plano Marshal, a divisão da Alemanha e a consolidação da União Soviética.

Com a Constituição de 1933 o regime é remodelado, auto denominando-se Estado Novo, de carácter corporativo e totalitário. Oliveira Salazar passou a controlar o país, não mais abandonando o poder até 1968, quando este lhe foi retirado por incapacidade, na sequência de uma queda em que sofreu lesões cerebrais. Foi substituído por Marcelo Caetano que dirigiu o país até ser deposto no 25 de Abril de 1974. O estado português tinha um regime colonialista, sendo as colónias, o meio de fomento do orgulho nacional, e estas deviam tutela à metrópole.

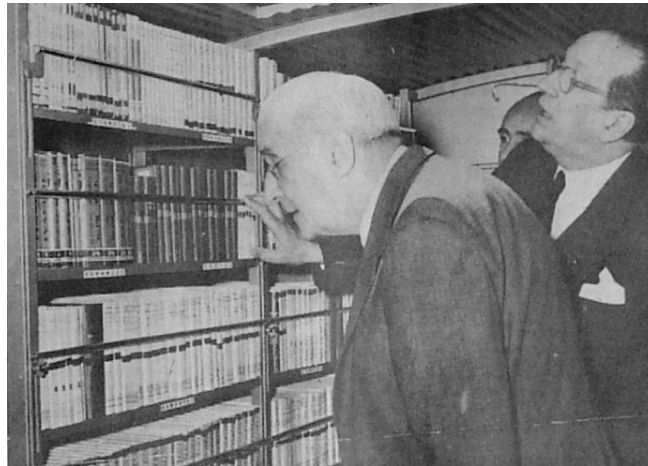
Depois de termos entrado um pouco em todo o envolvimento falta destacar a relação existente entre o Doutor Oliveira Salazar e Azeredo Perdigão. Foi-se desenvolvendo inicialmente a nível profissional e posteriormente a nível pessoal.

Devido aos acontecimentos, o convívio entre ambos foi sempre bastante cordial e respeitoso «são boas e confiantes mas bastante cerimoniosas»²⁴⁶. Ambos mantêm opiniões muito concretas acerca um do outro. Azeredo Perdigão definiu-se como um provinciano quando chegou a Lisboa, ou melhor, um provinciano de burguesia comercial, no perfil que dele traçou Maria José Mauperrin. Assume-se como não tendo sido nunca um partidário de Salazar, mas como tendo boas relações com ele e consideração, enquanto que para ele,

²⁴⁵ A N.T.T, *Carta do Presidente do Conselho de Estado, Oliveira Salazar para Armindo Monteiro*, a 25 de Agosto de 1955 p.5, AOS/CO/PC-44C, caixa 0026.

²⁴⁶ A N.T.T, *Carta do Presidente do Conselho de Estado, Oliveira Salazar para o Dr. Teotónio Pereira*, AOS/CO/PC-44c, caixa 0044.

Salazar «era um provinciano. Muito inteligente, mas pouco culto»²⁴⁷. Podemos depreender que se devia a todo um contexto cultural e social do qual manteve o país sempre alheado. Já Oliveira Salazar sabia que Azeredo Perdigão nunca iria fazer algo que «não fosse para o bem do país». Salazar confidência a um seu amigo talvez não fosse politicamente de fiar, mas era um grande patriota! E Azeredo Culmina «fora das obrigações e das devoções familiares, tenho uma única preocupação servir bem o meu país»²⁴⁸.



12- “O Presidente Azeredo Perdigão conduzindo Salazar numa visita guiada na Fundação.”

A finalidade e os objectivos eram os mesmos, servir o país, cada um à sua maneira, ambos tinham em comum «coincidências»²⁴⁹ até porque sem a intervenção do Governo, provavelmente a história da Fundação não seria aquela que conhecemos nos nossos dias. «Evidencia como se pode cooperar, por forma útil, quantas vezes é indispensável sem subserviências que aviltam, ou arrogâncias que impedem ulteriores harmonias»²⁵⁰. Porém, é necessário salientarmos o compromisso da não ingerência do Estado na Fundação, pois só assim se poderia concretizar o Testamento segundo as premissas de Azeredo Perdigão e para tal foi criado um decreto-lei número 40 690, nesse sentido.

«...A fundação necessitava de parecer independente e que, para o parecer, o melhor seria sê-lo. E, pressentiam, finalmente que Azeredo Perdigão era talvez o homem de que necessitava: além de capacidades pessoais, tinha pergaminhos de

²⁴⁷ “Penso ficar até estoirar – entrevista a José de Azeredo Perdigão” Paula Azevedo e Maria José Mauperrin, *Jornal Expresso*, Lisboa, 8 de Dezembro de 1989. p. 11.

²⁴⁸ A N.T.T, *Carta de Azeredo Perdigão para o Presidente do Conselho de Estado, Oliveira Salazar, 21.de Novembro de.1961*, AOS/CP-211, caixa 0008.

²⁴⁹ “Penso ficar até estoirar, entrevista a José de Azeredo Perdigão” Paula Azevedo e Maria José Mauperrin; *Jornal Expresso*, Lisboa, 8 de Dezembro de 1989.

²⁵⁰ Rui Chancerele de Manchete, *Sobre as Fundações e Azeredo Perdigão*, Lisboa; Fundação Luso-Americana para o desenvolvimento, 1994; p.30.

independência e boas relações com quase todas as figuras e meios políticos e intelectuais portugueses. Mesmo perante o estrangeiro, esse era o presidente que convinha ao Governo»²⁵¹.

No relacionamento coloca-se-nos diversas questões: De que forma e conhecendo a aversão às novas correntes culturais o regime não se “intrometeu” nas opções e escolhas culturais da Fundação?

As respostas apresentam-se como um rótulo na relação entre ambos e tudo foi feito para a auxiliar o cerne do envolvimento, o projecto embrionário: A Fundação. Oliveira Salazar teve a visão da importância que a Fundação viria a ter no país. Este sentir reflecte-se na correspondência trocada entre ambos, e mesmo com os embaixadores, tal como consta supra mencionado, e até na criação de um dossier com o nome de Fundação. O Senhor Doutor Oliveira Salazar estava a par de tudo o que passava na Fundação, sendo eficazmente informado por Azeredo Perdigão. Assumia uma posição interventiva e colocava questões sobre determinados acontecimentos, os quais eram normalmente objecto de uma atenciosa e pormenorizada resposta. Colocando-se, sempre Azeredo Perdigão ao seu dispor para o colocar a par de tudo, respectivamente.

Existiu sempre a divisão clara entre o Estado e a Fundação, houve apenas uma vez em que esta auxiliou o Estado, numa «situação difícil da tesouraria Portuguesa»²⁵². Daí não existir receio de uma possível intervenção actuante por parte do Estado. O Presidente do Conselho de Estado tinha confiança no advogado «vermelhusco». Consta no Diário de Salazar com a data de dois de Fevereiro de 1964, a seguinte nota: «sei bem que a ideia de me ajudar está distante dos projectos da Fundação. Sei também que faria o mesmo se o país seguisse uma orientação política diferente. Mas faz e isso basta»²⁵³.

Foi o Doutor António de Oliveira Salazar quem convenceu Azeredo Perdigão a assumir a presidência, inicialmente este tinha como objectivo continuar na advocacia e não aceitar o cargo, contudo, apesar de existirem várias pessoas capazes para o efeito, faltava-lhes a

²⁵¹ Cit. António Barreto, «A Fundação Gulbenkian e a Sociedade portuguesa» p.57, in António Barreto, *Fundação Calouste Gulbenkian Cinquenta anos 1956-2006*, Fundação Calouste Gulbenkian, volume I, Lisboa.

²⁵² “Penso ficar até estoirar, entrevista a José de Azeredo Perdigão” Paula Azevedo e Maria José Mauperrin; *Jornal Expresso*, Lisboa, 8 de Dezembro de 1989.

²⁵³ António Trabelo, *O Diário de Salazar*, parceria A. M. Pereira, 8.ª edição p.226.

«componente política». Ele não queria escolher, pois dependendo da escolha o rumo da Fundação teria possivelmente de ser alterado. Diz-lhe, recorda o neto «sacrifique-se!» «Para o servir o melhor possível na gerência da Fundação Calouste Gulbenkian abandonei, voluntariamente e sem desgosto, a administração das empresas comerciais e industriais e coagido e com grande pesar o exercício da advocacia»²⁵⁴.

O Presidente do Conselho de Estado numa carta ao Embaixador Teotónio Pereira afiança: «não estou seguro de que se salvem inteiramente algumas posições fundamentais e que para o país muito convinha que se garantissem. Receio uma dispersão e uma diluição em dádivas que diminuiriam o valor nacional da Fundação»²⁵⁵ e continua: «insinuei, entretanto que ele devia conduzir as coisas de modo a ter uma maioria portuguesa que o apoiasse e seria necessária na resolução dos conflitos que pudessem surgir»²⁵⁶.

«...o governo já se sabe que facilitará tudo o que esteja ao seu alcance, e mesmo quaisquer dificuldades relativas a impostos de transmissão se os houver se resolverão pelo melhor aqui em Portugal, não sei porém como correrão as coisas em França onde há muitos imóveis e colecções de arte, talvez passíveis de imposto»²⁵⁷.

Tal como era ideia de Azeredo:

«Quanto à orientação a seguir: o Testamento dá ideia da finalidade geral mas nada dá indicação nenhuma acerca da forma como se hão-de aplicar os rendimentos da Fundação. Por distribuição a instituições existentes? Pela criação de instituições novas?...Eu disse ao Dr. Azeredo Perdigão que seria talvez pena distribuir pelas numerosas instituições que hão-de apresentar pretensões e pedidos, somas que pouco adiantariam à vida dessas instituições. Parecia preferível tomar em mãos um problema –ou científico, ou artístico ou de assistência e saúde - e concentrar aí meios e atenções...O caso tem de ser estudado detidamente, e o Dr. Azeredo

²⁵⁴ *Idem, Ibidem.*

²⁵⁵ A N.T.T, *Carta do Presidente do Conselho de Estado, Oliveira para o Dr. Teotónio Pereira*, em 22 de Setembro de 1955, P.1-2. AOS/CO/Pc-44c, caixa 0044.

²⁵⁶ *Idem, Ibidem.*, pp.1-2.

²⁵⁷ A N.T.T, *Carta do Presidente do Conselho de Estado, Oliveira Salazar para Armindo Monteiro*, 25 de Agosto de 1955. p.5, AOS/CO/Pc-44c, caixa 0026.

Perdigão tem razão em não querer precipitar as coisas e estudar a sério todos os aspectos desta questão»²⁵⁸.

Os estatutos foram redigidos pelos “*trustees*” e somente depois submetidos à aprovação do Governo. Finalmente tinha conseguido que ficasse ao cuidado das mãos e dos interesses dos portugueses. Desde o início que o Governo e Azeredo Perdigão se mantiveram em contacto de forma a levar a bom porto o «que constituía um acontecimento de verdadeiro interesse nacional.²⁵⁹» Segundo Marcelo Matias numa carta a Salazar que apesar de nunca ter conhecido anteriormente Azeredo Perdigão, «mas tenho tido uma excelente impressão da sua tenacidade, competência profissional e patriotismo»²⁶⁰. Salazar mantinha um dossier no gabinete de trabalho relativo à Fundação²⁶¹. De salientar, e segundo diversas opiniões, Azeredo Perdigão sempre se manteve à parte de todo o contexto político, uma vez que não estava relacionado com qualquer movimento pró ou contra Oliveira Salazar. Contudo, não nos esqueçamos que sempre existiram elementos do regime, no Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian.

A nível pessoal como podemos verificar na correspondência, conservada no Arquivo Nacional, na Torre do Tombo, ambos estavam a par das vivências de cada um, demonstrando interesse e proferiam palavras de conforto, quando assim fosse necessário. Tomemos como exemplo a carta de 17 de Maio de 1962, manuscrita, tal como fazia habitualmente, por Azeredo Perdigão:

«...em três semanas sofri sucessivamente três grandes golpes, dois graças a Deus, resolvidos em bem, e um desgraçadamente sem solução. Minha mulher teve um parto em condições difíceis que poderiam ter sido trágicas. O filho nascido, alguns dias após o parto, esteve em risco de morrer devido a uma súbita hipercalcemia²⁶². Ambos estão já felizmente bem. Minha mãe, com 90 anos, após

²⁵⁸ *Idem, Ibidem.* p.3.

²⁵⁹ A N.T.T, *Carta de Azeredo Perdigão para o Presidente do Conselho de Estado Oliveira Salazar*, a 23 de Junho de 1953, AOS/CO/PC-44c, caixa 0004.

²⁶⁰ Marcello Matias, *Correspondência Marcello Mathias/ Salazar 1947/1968*, Difel; p.326.

²⁶¹ Franz Paul Almeida Langhans, *Um Homem Superior*, Fundação Oliveira Salazar www.geocities.com/capito/hill/lobby/6559/langhans.html.

²⁶² Hipercalcemia – Excesso de cálcio no sangue.

uma série de pequenas trombozes, está em coma desde sexta-feira...e esperamos a todo o momento um desenlace»²⁶³.

Com a Fundação criada e encontrando-se em progressivo crescimento, nas décadas seguintes e como consta na finalidade dos estatutos, a Fundação Calouste Gulbenkian presta apoio «em qualquer país onde os seus administradores julguem conveniente exercê-la»²⁶⁴. E entre 1953 e 1980 ajudou as colónias portuguesas com a finalidade de lhes proporcionar bens necessários ao seu crescimento e em alguns casos solucionar problemas. Azeredo Perdigão como Presidente do Conselho deslocou-se às antigas colónias de forma a verificar se os apoios estavam a ser bem aplicados. Esta postura do Presidente da Fundação acarretar-lhe-á algumas críticas:

«Com as vantagens e em contrapartida as obrigações políticas...designadamente em África, algumas vezes junto das nossas valorosas forças armadas, suportando incómodos e correndo riscos, por mero patriotismo e imperativo de consciência, tomando posições e fazendo declarações que tantos não compreenderam e muitos lhe censuraram»²⁶⁵.



13- Capitão Ogando a receber o Dr.AzeredoPerdigão

Defende que a questão ultramarina, para o momento actual está absolutamente certa e «que outra não pode ser adoptada por um governo responsável nem compreendida e aceite por um povo viril, consciente da sua missão histórica e da especialidade dos seus deveres morais e dos seus interesses materiais»²⁶⁶.

²⁶³ A. N.T.T, *Carta de Azeredo Perdigão para o Presidente do Conselho de Estado Oliveira Salazar*, AOS/CP-211, caixa 0016.

²⁶⁴ Cfr. Anexo 5, Os Estatutos da Fundação Calouste Gulbenkian.

²⁶⁵ A.N.T.T, *Carta de Azeredo Perdigão para o Presidente do Conselho de Estado Oliveira Salazar*, a 19 de Junho de 1968 p.1, AOS/CP-211, caixa 0043.

²⁶⁶ António Trabulo, *O Diário de Salazar*, parceria A. M. Pereira, 8.ª edição; p.707.

d) - A mágoa «o caso Bejart»²⁶⁷

Em 1968 Maurice Béjart, Director Artístico do Ballet du XXe Siècle²⁶⁸, tinha sido contratado pela Fundação Calouste Gulbenkian para o XII Festival de Música. Iria apresentar, no Porto e em Coimbra, assim como dois espectáculos na cidade de Lisboa o seu *O Bailado Romeu e Julieta*. Contudo este só pôde ser apresentado no Coliseu dos Recreios em Lisboa devido às infra-estruturas necessárias.

Tinha sido apresentado em várias partes do globo e sempre com um enorme sucesso. No ano anterior, Azeredo Perdigão com a sua comitiva²⁶⁹ assistiram ao espectáculo em Bruxelas e todos concordaram com a magnificência do mesmo. Para a autorização do espectáculo seguiram todos os trâmites legais obtendo autorização para a sua apresentação. No dia seis de Junho, após a exibição e quando aplaudido sobe ao palco e profere as segundas palavras:

«Robert Kennedy a été assassiné aujourd’hui, victime de la violence et du fascisme. Contre toutes formes de violence et de dictature, en sa mémoire, je vous demande une minute de silence»²⁷⁰.

Assim, o público cumpriu, e nessa noite a PIDE retirou Béjart do Hotel Borges, e deixou-o às três da manhã num posto fronteiriço espanhol, expulsando-o do nosso país. A justificação do Secretariado Nacional de Informação é peremptória: em defesa da integridade refere que não pode permitir exortações derrotistas estranhas ao espectáculo impedindo a permanência em território português do responsável.

Esta atitude é encarada por Azeredo Perdigão como «uma afronta à dignidade de Portugal e aos sentimentos patrióticos sempre revelados»²⁷¹.

²⁶⁷ *Idem, Ibidem.*

²⁶⁸ O “Ballet du XXe Siècle” um grupo de ballet da Ópera Nacional da Bélgica. Maurice Bejart era o seu coreografo há vários anos.

²⁶⁹ Entre outros, iam o Secretário Nacional da Informação Dr. César Moreira Baptista; e o próprio Chefe da secção de Exposições do S. N.I, o Dr. Francisco d’Avillez.

²⁷⁰ A.N.T.T, *Carta de Azeredo Perdigão para o Presidente do Conselho de Estado Oliveira Salazar*, p.8, AOS/CP-211, caixa 0027.

²⁷¹ *Idem, Ibidem.*

Segundo a nota do S. N.I. «foram dirigidas à juventude exortações derrotistas e tomadas atitudes de especulação política inteiramente estranhas ao próprio espectáculo²⁷²» E como entidade máxima do organismo que organiza o XII Festival de Música, expressamente revela que a Fundação nada teve a ver com a atitude imprevista do coreografo. Acima de tudo, as sanções tomadas não foram comunicadas oportunamente, para que se pudessem tomar as devidas providências. Justifica que o público só respeitou o minuto de silêncio em memória de Robert Kennedy pela «emoção do acontecimento que feriu profundamente a consciência da humanidade»²⁷³. E condena a atitude do S.N.I. visto que tiveram de cancelar todos os espectáculos seguintes, não podendo prevenir o público, tão lesado como a própria imagem da Fundação.

O desejo de Azeredo Perdigão, do Presidente do Conselho de Administração da Fundação, era ter-lhe sido permitido conciliar os interesses do público, da Fundação e da companhia. Afirma também que prefere acusações injustas do que especulações políticas. E para evitar todo o tipo de especulações constata também que o Presidente do Conselho de Ministros se encontra mal informado, uma vez que paralelamente às informações que lhe deram, algumas estavam erradas fazendo questão de as rectificar. Na carta de 19 de Junho de 1968: «as palavras que inspiraram os revoltosos - estudantes e operários nacionais e estrangeiros...não foram:

faites l'amour pas la guerre», mas outros estribilhos, outras máximas, não de paz e amor, mas de guerra total, proclamadas pelos corifeus do comunismo, como Che Guevara, Mão-tse Tung, Lenine e tantos outros»²⁷⁴, e continua, sabendo que Oliveira Salazar não esteve lá, foi apenas informado comenta que «os seus informadores o enganaram»²⁷⁵.

Só este engano o faz desculpar, pois só assim fica mais «tranquilo», apesar de não poder «autorizar que se pense que eu aceito a acusação»²⁷⁶. A acusação a que se reporta diz respeito à última cena, aos termos usados por Oliveira Salazar na carta que lhe dirige: «ter

²⁷² *Idem, Ibidem*, p.8.

²⁷³ *Idem, Ibidem*, p.9.

²⁷⁴ A. N.T.T, *Carta de Azeredo Perdigão para o Presidente do Conselho de Estado Oliveira Salazar*, a 19 de Junho de 1968 pp.6-7, AOS/CP-211, caixa 0043.

²⁷⁵ *Idem, Ibidem*, p.8.

²⁷⁶ *Idem, Ibidem*, p.8.

apresentado, no Coliseu, um bailado erótico ou com cenas eróticas»²⁷⁷. Azeredo Perdigão descontente com a afirmação, questiona: como explica esse carácter se a peça tinha sido classificada para maiores de doze anos, pelos mesmos serviços que a condenaram?

A energia e a dureza de Azeredo Perdigão nas relações com Oliveira Salazar e a sua postura receberam por parte do Governo: um pedido de desculpa à Fundação «e em especial ao seu ilustre Presidente»²⁷⁸. Afirmando que «todos conhecem neste país os altos serviços prestados por vossa excelência à frente da Fundação Gulbenkian em benefício da pátria comum»²⁷⁹ e Oliveira Salazar justificou a atitude pelo facto de estar habituado a ver os seus «actos classificados como de “violência”, “fascismo”, “ditadura”, e compreende a intenção com que se pretendeu, fazendo-lhes directa referência, coroar o bailado do Coliseu»²⁸⁰. No entanto, e devido a esta troca de correspondência e mal entendidos a partir desse momento as relações terminam: «houve uma tensão entre ambos. E foi Definitiva»²⁸¹. A partir deste momento o relacionamento foi o mais cordial possível, necessário a uma convivência saudável.

²⁷⁷ *Idem, Ibidem*, p.8.

²⁷⁸ A.N.T.T, *Carta do Presidente do Conselho de Estado Oliveira Salazar para Azeredo Perdigão*, p.2, AOS/CP-211, caixa 0039.

²⁷⁹ *Idem, Ibidem*, p.4.

²⁸⁰ *Idem, Ibidem*, p.4.

²⁸¹ Cit. António Barreto, «A Fundação Gulbenkian e a Sociedade portuguesa» p.59, in António Barreto *Fundação Calouste Gulbenkian Cinquenta anos 1956-2006*, Fundação Calouste Gulbenkian, volume I, Lisboa.

3.2.5- «Senhor Professor Doutor Marcelo Caetano»²⁸².

«Não pretendo que os meus pontos de vista sejam os únicos possíveis, mas inclino-me a dizer que eles representam a única base sobre a qual eu possa encarar o futuro da Fundação»²⁸³.

Marcelo Caetano foi chamado ao poder em Setembro de 1968, devido à incapacidade física do Presidente e instaurou-se o chamado «marcelismo» ou a «tentativa tardia e falhada de auto-reforma do regime»²⁸⁴. Entre 1955 a 1957, Marcelo Caetano era o responsável, para além da direcção política e intelectual da criação da televisão em Portugal, pela pasta da Fundação: «A RTP e a Fundação eram dois passos arriscados e inéditos para os hábitos do regime»²⁸⁵. Foi designado directamente por Oliveira Salazar «para colaborar estreitamente com Perdigão»²⁸⁶ para que ambos os advogados levassem a bom porto o objectivo final: A Fundação portuguesa, com direcção de portugueses, investindo em Portugal.

As relações entre ambos sempre foram controversas, isto porque Marcelo Caetano insistia que o Estado deveria intervir mais na Fundação, ao contrário dos desejos de Azeredo Perdigão. Defendia a ingerência administrativa do Estado na Fundação enquanto que Azeredo Perdigão advogava o oposto. Oliveira Salazar concordou com Azeredo Perdigão: «os senhores sabem que não sou jurista; sou um professor de Finanças. Veja lá Marcello, que estou convencido que as razões invocadas por Perdigão são as melhores. Devemos, evitar por todas as formas, que esta Fundação fique sujeita a qualquer intervenção do Estado»²⁸⁷.

Foi o co-redactor dos estatutos para a criação da Fundação, que foram publicados na antevéspera do dia do primeiro aniversário da morte de Calouste Gulbenkian: O diploma número 40690 de 18 de Julho de 1956.

²⁸² Era assim como era tratado, e como consta na correspondência trocada entre eles.

²⁸³ A.N.T.T. *Carta de Azeredo Perdigão para Lord Radcliffe*, p.6. AOS/CO/PC – 44C

²⁸⁴ Fernando Rosas; J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo vol. I A-L*; Círculo de Leitores, p.318.

²⁸⁵ Cit. António Barreto, *A Fundação Gulbenkian e a Sociedade portuguesa*, in António Barreto, *Fundação Calouste Gulbenkian Cinquenta anos 1956-2006*, Fundação Calouste Gulbenkian, volume I, Lisboa.

²⁸⁶ Idem.

²⁸⁷ “A segunda Vida de José Henrique” Maria José Mauperrin, *Jornal Expresso* de 18 de Setembro de 1993.

Apesar de tudo, soube gerir a sua difícil relação com o sucessor de Salazar. Uma ocasião em que ambos foram ao Brasil receber um doutoramento *honoris causa*, o Presidente do Conselho exigiu tratamento especial. Azeredo Perdigão não vergou: «Aqui somos dois doutorandos com a diferença que eu tenho a média de curso superior à do senhor»²⁸⁸.

²⁸⁸ “O Século de Azeredo Perdigão,” Luís Almeida Martins, Revista *Visão* de 16 de Setembro de 1993.

3.2.6- A Polícia Internacional e de Defesa do Estado

O Estado Novo possuía uma polícia política a PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado Novo), uma evolução da ex- PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado) e mais tarde DGS Direcção Geral de Segurança) que perseguia os opositores do regime.

José Azeredo Perdigão processo individual número 2651. Com apenas uma folha, consta do Arquivo da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, na subdelegação de Cabo-verde. Esse único registo, data de dezanove de Março de 1965. Uma carta enviada por Olga Barbosa Andrade Teixeira Barbosa, residente na cidade de Mindelo a Dr. José Azeredo Perdigão, Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian. Confiscada pelo chefe de brigada do Posto de Mindelo, António Manuel Marques. O conteúdo desta carta é desconhecido, mas podemos supor que não terá sido nada de extrema importância, uma vez que, tal como consta, deixaram-na «em condições da mesma poder seguir o seu destino,»²⁸⁹ após efectuar as averiguações necessárias, se assim o decidissem.

Neste aspecto, cabe ainda expor que devido ao carácter das suas obras, vocacionadas para mundo jurídico, e na grande maioria, casos pessoais que defendeu, estas não foram submetidos a nenhum objecto de controlo por parte da Polícia Internacional e de Defesa do Estado.

Contudo, enquanto Presidente do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian a PIDE condensa um grande arquivo, devido ao âmbito da sua interferência no panorama cultural português. Se bem que, a grande maioria das investigações levadas a cabo aborda indivíduos que trabalham para a Fundação, essencialmente nas bibliotecas itinerantes. Outros dizem respeito a alguns sujeitos já indiciados, e aos quais a Fundação atribuiu bolsas. Chegam mesmo a afirmar num documento secreto que a Fundação concentra em si um conjunto de bolseiros que fora de Portugal se apresentam como comunistas, ao que rapidamente, concluem «que ela representa ou vai representando o baluarte da oposição em Portugal»²⁹⁰. A atitude de determinados bolseiros, e mesmo de

²⁸⁹ A.N.N.T, *processo relativo a Azeredo Perdigão*, PIDE/DGS processo 2651/SR NT 5303, caixa 0002.

²⁹⁰ A.N.T.T, *processo da Fundação Calouste Gulbenkian na PIDE*, 1 de Dezembro de 1961, AOS/CO/ED-7, caixa 004.

elementos que trabalhavam para a Fundação ao serviço das Bibliotecas Itinerantes, foram objecto de relatórios internos:

«Olhavam com especial atenção para os encarregados das Bibliotecas Itinerantes, pois sabiam-nos próximos das populações e com eventuais influências nas leituras recomendadas (...) quanto aos dirigentes da Fundação, estavam atentos, mas não reagiam. Nem parece terem mudado os critérios na selecção dos seus bibliotecários. Verdade seja dita, que a escolha era, pelo que se pode analisar hoje, politicamente equilibrada: havia gente de todas as convicções»²⁹¹.

A respeito do Presidente do Conselho de Administração, tal como analisamos anteriormente, surgem queixas provenientes de cartas, algumas anónimas, outras identificadas, que em suma, acusam Azeredo Perdigão de «beneficiar de forma importante dos fundos da Fundação Gulbenkian»²⁹². No entanto, não parecem merecer destaque, até porque se o interesse fosse esse mesmo, os Relatórios do Presidente (que iremos observar posteriormente) não demonstrariam o crescimento avultar que esta Fundação veio a desenvolver.

²⁹¹ Citado por António Barreto, «A Fundação Gulbenkian e a Sociedade portuguesa» p.59, in António Barreto, *Fundação Calouste Gulbenkian Cinquenta anos 1956-2006*, Fundação Calouste Gulbenkian, volume I, Lisboa.p.59.

²⁹² A.N.T.T carta que consta no processo da Fundação Calouste Gulbenkian na PIDE, PIDE/DGS, proc.354 CI(2) NT 7275, caixa 0050.

3.3- A Fundação Calouste Gulbenkian

«A fundação foi feita à medida e ao figurino do Dr. Azeredo Perdigão»²⁹³.

Não pretende ser um ponto que aborde a estrutura da Fundação para tal, e para conhecer a Fundação nos últimos cinquenta anos, podemos recorrer aos dois volumes editados pela mesma, com a coordenação do Dr. António Barreto. Informa-nos detalhadamente sobre a Fundação, que assume aqui um papel subsidiário, digamos assim, pois a figura central é o homem por detrás do Presidente. De outra forma tudo isto implicaria discutir a Fundação. Este ponto é apenas um confluir desses dois volumes e de alguma informação pertinente referente a aspectos importantes durante o domínio de Azeredo Perdigão.



A imagem chave da Fundação que representa simbolicamente os quatro fins estatutários da Instituição: Caritativos, Artísticos, Educativos e Científicos.

Sob o ponto de vista de Azeredo Perdigão o conceito de Fundação tal como nos apresenta no curso de Juristas portugueses em Madrid foi-se desenvolvendo ao longo dos anos, e inicialmente, é o que mais se aproxima do que foi desempenhando pelas Misericórdias. Mais tarde, na Idade Média, desenvolve-se através do mecenato que visava a protecção e o auxílio dos artistas.

«En la base de la creación y desarrollo de las modernas fundaciones, está precisamente el deseo que dominó algunas personas poderosas y dirigentes de empresas prósperas, de contribuir con el exceso de sus rendimientos o de sus ganancias a obras de carácter social, educativo, artístico o científico»²⁹⁴.

²⁹³ Júlio Cruz in *Homenagem ao Doutor José de Azeredo Perdigão na Comemoração do primeiro centenário do seu nascimento*; Santa Casa da Misericórdia de Viseu, Provedoria.

²⁹⁴ José de Azeredo Perdigão, *Curso de juristas portugueses en Madrid 1971-72, Las fundaciones: su valor económico; algunos de los problemas jurídicos que suscitan*. Madrid, Real Academia de jurisprudencia y legislación.1971 p.26.

A este moderno mecenato chamamos hoje Fundação: «As fundações começaram a ser olhadas do lado do Estado como auxiliares preciosos que ocorrem a necessidades e suprem carências que os orçamentos públicos deficitários são incapazes de satisfazer»²⁹⁵.

« La F. C. G., es sin duda, aqueja que descuella entre todas, tanto por el valor de su patrimonio como por la variedad de sus fines y dimensión de la obra y realizada»²⁹⁶. E assim «se tornou o arquétipo da fundações portuguesas»²⁹⁷.

Tomemos, à guisa de exemplo um sucinto resumo dos acontecimentos mais importantes e que levou à promulgação dos Estatutos da Fundação como um exemplo pioneiro: Calouste Gulbenkian escreve o segundo testamento a 18 de Junho de 1953. Apesar de ter estabelecido os princípios fundamentais falece em 1955, no dia 20 de Julho. Lord Radcliffe redige o comunicado em que revela a sua postura e assume que mediante as condições impostas se nega a aceitar o cargo, ficando-se apenas pelo auxílio em algumas áreas específicas. A 18 de Julho do mesmo ano, são publicados os Estatutos da Fundação, o Decreto - Lei nº 40 690 permitindo que seja declarada «como instituição particular, mas de utilidade pública geral, perpétua e dotada de personalidade jurídica, isenta-a de contribuição predial»²⁹⁸. Unicamente a 18 de Fevereiro, após Nubar Gulbenkian ter chegado a acordo com a questão do Testamento, os “trustees” podem, finalmente desempenhar as funções unicamente ligadas à Fundação. Assim sendo, os três anos foram «essencialmente um período de organização da Fundação, embora as suas actividades tivessem sido iniciadas, pode dizer-se, no próprio dia em que a Instituição ficou juridicamente constituída»²⁹⁹.

Se durante este longo processo, todos os trâmites foram desenvolvidos através do escritório de Azeredo Perdigão, era necessário prover a sua instalação. Esta que deveria englobar «um grande museu, uma biblioteca de arte, um auditório com lotação para mil e quinhentas

²⁹⁵ Rui Chancerele de Manchete, *Sobre as Fundações e Azeredo Perdigão*, Lisboa; Fundação Luso-Americana para o desenvolvimento, 1994; p.16.

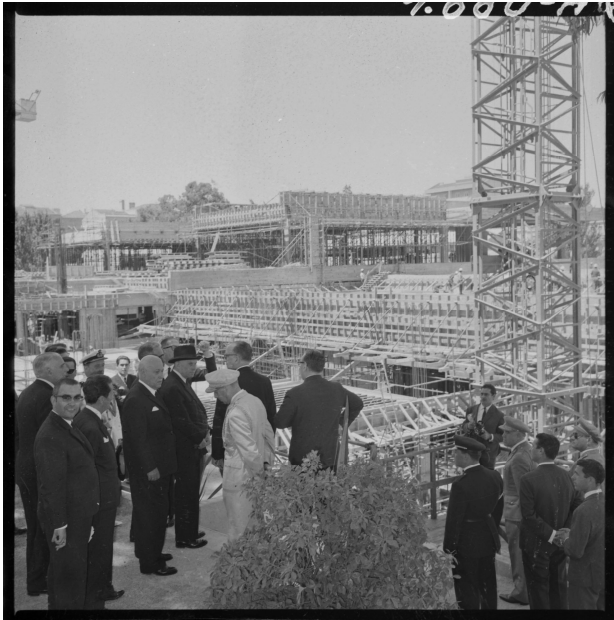
²⁹⁶ *Idem, Ibidem*, p.27.

²⁹⁷ *Idem, Ibidem*, p.18.

²⁹⁸ José Azeredo Perdigão, *II Relatório do Presidente 1 de Janeiro de 1960-31 de Dezembro 1962*; Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p. 13.

²⁹⁹ *Idem, Ibidem*.

peças, uma sala de conferências, e um teatro ao ar livre»³⁰⁰. e que reflecta imperiosamente «os traços fundamentais do carácter de Calouste Sarkis Gulbenkian: espiritualidade concentrada, força criadora e simplicidade de vida»³⁰¹. Tendo por «base os estatutos que a Fundação foi constituída, existe e tem de funcionar»³⁰².



14- “Visita às futuras instalações da Fundação no dia da Inauguração da estátua de Calouste Gulbenkian no Parque de Santa Gertrudes, em Palhavã, em comemoração do 10º aniversário da sua morte, com a presença de sua filha, dona Rita Gulbenkian Loris Essayan, do Presidente da República, almirante Américo Tomás, do presidente da Fundação, doutor José de Azeredo Perdigão e de outras individualidades.”

Situou-se no centro de Lisboa no Parque de Santa Gertrudes, a Palhavã. Foi inaugurada no ano de 1969.



15 –“Américo Tomás discursando na sessão solene comemorativa da Inauguração da actual sede da Fundação Gulbenkian. Na frente, entre outros, Marcello Caetano, Azeredo Prdigão e Franco Nogueira.”

³⁰⁰ Azeredo Perdigão, *I Relatório do Presidente 20 de Julho de 1955-31 de Dezembro 1959*,; Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. p. 194.

³⁰¹ *Idem, Ibidem*, p. 195.

³⁰² José Azeredo Perdigão, *VI Relatório do Presidente 1 de Janeiro 1972 – 31 de Dezembro de 1974*, Fundação Calouste Gulbenkian; p.24.

As actividades da Fundação expandem-se prodigiosamente nos anos sessenta. Contribuiu para que o rumo da arte e da cultura portuguesa fosse estimulado. Conceberam bolsas de estudo para estudantes em todos os centros artísticos do mundo, apoiou o Cinema Novo. Em 1960 nasce a Biblioteca da Fundação e quatro anos mais tarde a Biblioteca Internacional. Um dos marcos, sem dúvida que foi a proeminência das Bibliotecas Itinerantes que levaram um pouco de cultura a todos os cantos de Portugal, substituindo as funções de um Estado inócuo.

Na música foram desenvolvidos muitos projectos, o Serviço de Música levou a cabo iniciativas que permitiram estimular e desenvolver um público próprio. Os famosos Festivais de Música organizados pela Fundação que lhe vieram trazer um reconhecimento, que podemos afirmar, mundial. Em 1962 foi criada a Orquestra Gulbenkian ampliando a magnitude da divulgação musical, dois anos depois foi formado o Coro Gulbenkian. E o polémico Ballet Gulbenkian em 1965 com o nome de Grupo Gulbenkian de Bailado extinto em Julho de 2005 -a primeira formação portuguesa de moldes profissionais.

Em 1961 foi criado o Instituto Gulbenkian da Ciência. A criação do Centro de Arte Moderna José Azeredo Perdigão em 1983 e do serviço ACARTE Serviço de Animação, Criação Artística e Educação pela Arte, extinto em 2002. Representam os últimos acertos que Azeredo perdigão ofereceu à cultura portuguesa.

Foi «uma importante agência de redistribuição de bens e oportunidades aos intelectualmente dotados, mas desprovidos de património»³⁰³ que subsidiou escolas e Universidades, entre as quais a Universidade Católica, restaurou monumentos, criou museus e laboratórios de investigação, apoios a todas as modalidades de arte, equipamentos sofisticados e dispendiosos ao serviço da saúde, centros de investigação... Tudo o que contribuiu para o progresso da qualidade da sociedade portuguesa.

Todavia, esta perspectiva diacrónica apresenta apenas as iniciativas, os projectos e não as respectivas acções, tal como referimos, isso implicaria discutir a Fundação e não é esse o nosso propósito.

³⁰³ Rui Chancerle de Manchete, *Sobre as Fundações e Azeredo Perdigão*, Lisboa; Fundação Luso-Americana para o desenvolvimento, 1994; p.29.

Para finalizar, tal como salienta o Dr. Rui Vilar, este foi e é o papel desempenhado pela Fundação à qual o «Senhor Cinco por cento» deu vida e nome:

«Na vida da Fundação há, realmente, dois períodos. O do antigo regime, em que a Fundação teve um papel de modernização, em muitas áreas supletivo do Estado, não apenas na cultura, mas por exemplo, na saúde e na ciência. Hoje, vejo a Fundação como uma função que não é tanto de suprir as falhas ou carências da acção do Estado, mas de ir mais além e ter um papel inovador e, na medida do possível, abrir caminhos»³⁰⁴.



16- A Fundação Calouste Gulbenkian

³⁰⁴ Entrevista ao Dr. Rui Vilar, Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian sobre as Fundações Portuguesas: <http://www.inatel.pt/tempolivre/179/entrevista.html>.

3.3.1-O Presidente do Conselho de Administração

«A Fundação Gulbenkian converte-se no único pólo da sua vida pública»³⁰⁵.

Este ponto revelar-se á um dos mais complexos, contudo, parece ser a hipótese à nossa disposição para tentar entender o homem e o Presidente. Porém, a conclusão é clara, depois de 1956 não se pode falar do homem, sem falar do Presidente, **eram um só**.

Para melhor compreendermos, basearemos a nossa pesquisa nos relatórios trienais, os *Relatórios do Presidente*, que datam desde 20 de Julho de 1959 até 31 de Dezembro de 1974 e onde se apresenta «a oportunidade para expor, tratar com o merecido desenvolvimento alguns dos acontecimentos ocorridos nos períodos com maior interesse para a vida, corrente e futura, da Fundação,»³⁰⁶ Esses acontecimentos, aqui analisados terão como pedra basilar, as crises internas e externas mais substanciais: a Revolução de Abril, a construção do Museu/Centro de arte Moderna e por último a sua respectiva sucessão «Fico até estoirar!» A acção de Presidente foi sujeita a críticas, ajustes, perante as quais teve de alterar a sua postura e forma de acção. Os relatórios respeitam o artigo 23 do decreto-lei, o qual estipula a «elaboração de um rigoroso inventário...e um balanço de todas as suas receitas e despesas»³⁰⁷.



17- Doutor Azeredo Perdigão. Jurista eminente e Presidente do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian com sede em Lisboa.

³⁰⁵ Cit. Saudação do Prof. Doutor A. Ferrer Correia in *Doutor José de Azeredo Perdigão no seu 90º Aniversário, 19 de Setembro de 1986*, Fundação Calouste Gulbenkian.

³⁰⁶ José Azeredo Perdigão, *VI Relatório do Presidente 1 de Janeiro 1972 – 31 de Dezembro de 1974*, Fundação Calouste Gulbenkian; p.11.

³⁰⁷ Cfr com o anexo 4.

Para além da função de Presidente ficou a seu cargo o pelouro das Belas-Artes e da Administração «porque continuo a ser, como no princípio, o homem das finanças, até por vocação»³⁰⁸. Após um ano da criação da Fundação, «como Presidente do Conselho (...) recebi preciosos conselhos, generosa cooperação e apoio quando me iniciei nas complexas tarefas de dirigir uma instituição congénere, mas modesta»³⁰⁹.

Fez várias viagens entre meados em 1957 até 1989, segundo revelam os arquivos da Fundação. Viajou por todo o médio Oriente, de Timor a Macau, da Índia aos Estados Unidos, incluindo Portugal de lés a lés, em suma uma vida representativa muito intensa.



18- Dr. Perdigão, a Esposa, e o Dr. Pedro Tamen desembarcam em Macau a 14 de Fevereiro de 1979.

Contudo, também o definiram «como todos os autocratas, fechara-se sobre si mesmo, aprisionando o futuro dos outros à sua existência»³¹⁰.

O terceiro relatório, 1963-1965 revela-nos a comemoração dos Dez anos do falecimento do Sr. Calouste Gulbenkian, e para tal para além de algumas cerimónias religiosas foi inaugurada a estátua do Fundador da autoria do escultor Leopoldo de Almeida. E onde importa relevar as palavras proferidas por Azeredo Perdigão:

³⁰⁸ “Penso ficar até estoirar – entrevista a José de Azeredo Perdigão” Paula Azevedo e Maria José Mauperrin, *Jornal Expresso*, Lisboa, 8 de Dezembro de 1989.

³⁰⁹ Rui Chancerele de Manchete, *Sobre as Fundações e Azeredo Perdigão*, Lisboa; Fundação Luso-Americana para o desenvolvimento, 1994.p.27.

³¹⁰ “O maior Mecenas Português” *Revista Visão*, 12 de Setembro de 1996.



«Bem haja, Calouste Gulbenkian, por tudo o quanto fez por nós, e pela Humanidade, Bem haja por tudo quanto, com a ajuda de Deus, havemos de continuar a fazer, graças ao seu amor e à sua generosidade»³¹¹.

19- “Inauguração da estátua de Calouste Gulbenkian no Parque de Santa Gertrudes, em Palhavã, em comemoração do 10º aniversário da sua morte, com a presença de sua filha, dona Rita Gulbenkian Loris Essayan, do Presidente da República, almirante Américo Tomás, do presidente da Fundação, doutor José de Azeredo Perdigão e de outras individualidades.”

Mas, tal como nos refere o filho Pedro Paulo Azeredo Perdigão, seu pai era acusado de não ter um projecto para a Fundação, um rumo definido. Contudo a definição para esse rumo, é ainda possível verificar nas referências mais concretas das suas acções. A sua experiência, o seu saber, e claro, muito importante «a sua força de comando. Tinha poder, e exercia-o»³¹².



20- Obra de Homenagem a Azeredo Perdigão, de Pedro Cabrita Reis, instalada nos jardins da Fundação: “*Para uma ideia em permanente construção a ideia de uma casa em construção para sempre.*”

³¹¹ Azeredo Perdigão, *III Relatório do Presidente 1 de Janeiro de 1963-31 de Dezembro 1965*; Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. p 14.

³¹² Comentário do filho, na entrevista que amavelmente cedeu, Dr. Pedro Paulo Azeredo Perdigão.

3.3.2 - As Crises

«O bem supremo da Fundação foi sempre a máxima que me orientou em todos os momentos e durante todos estes anos em que tenho exercido o cargo de presidente»³¹³.

A Presidência da Fundação foi marcada por diversos momentos sobrevivendo a algumas crises internas e externas: «ultrapassou as crises do petróleo, das bolsas, da nacionalização dos recursos, da perturbação interna³¹⁴, da sucessão, do desequilíbrio financeiro e de excessos no emprego directo»³¹⁵. E em trinta e sete anos de liderança destacam-se as controvérsias que segundo Dr. Emílio Rui Vilar considerou mais relevantes: o 25 de Abril; a Construção do Centro de Arte Moderna e por último a polémica acerca da não resignação à Presidência com 97 anos.

e) - A Revolução de Abril

De uma forma muito sucinta Azeredo Perdigão, enquanto Presidente da Fundação foi acusado de nos últimos anos ter desempenhado uma «gestão fortemente autocrática»³¹⁶, transformando a Fundação «num sistema hierarquizado e pesadamente burocrático»³¹⁷. Com a revolução e a subsequente queda do regime, os trabalhadores contestam-na internamente. Defendiam que as decisões eram tomadas por administradores que não eram somente, mais do que meros trabalhadores como eles. Assim sendo, reivindicavam na sua luta: Exigências Salariais, Condições de Trabalho e o Saneamento da Administração, pois esta aglomerava muitos elementos do antigo regime. Vivia-se uma revolta contra o que fosse instituído. Essa luta termina com uma ocupação da Fundação no mês de Julho, e a

³¹³ “Penso ficar até estoirar – entrevista a José de Azeredo Perdigão” Paula Azevedo e Maria José Mauperrin, *Jornal Expresso*, Lisboa, 8 de Dezembro de 1989.

³¹⁴ São vários os momentos de crise, quando se aborda a questão. Contudo, apenas a título de exemplo, um momento da história que se revelou e trouxe consequências a nível interno e externo à posição da Fundação que em 1965, o administrador Pedro Teotónio Pereira exigiu que a Fundação emitisse um comunicado desvinculando-se do patrocínio do prémio de Literatura que fora atribuído e que resultara no encerramento da sociedade Portuguesa de Escritores, chegando a ameaçar com a sua saída visto que a Fundação estaria a apoiar escritores comunistas.

³¹⁵ Doutor António Barreto «Os 50 anos da Fundação Calouste Gulbenkian» in *Sessão Solene Comemorativa dos cinquenta anos da Fundação Calouste Gulbenkian 18 de Julho de 2006*, Fundação Calouste Gulbenkian.

³¹⁶ “Que Gulbenkian temos? Que Gulbenkian Queremos?” *Jornal Expresso* de 8 de Março de 1985.

³¹⁷ *Idem, Ibidem.*

administração cede mas, recusando sempre as tentativas de saneamento de administradores por parte dos trabalhadores. Criam-se duas comissões: uma Comissão de Relação de Trabalhadores e a Comissão de Reestruturação da qual Azeredo Perdigão faz parte. O octogenário tenta manter o silêncio, como afirma no sétimo e último relatório, pois acha que era a forma adequada de proceder. Tal como era do seu carácter, analisa primeiramente, reflecte e somente depois, age em consonância com os seus argumentos. Responde aos trabalhadores, que declaravam que também podiam e deviam ser sócios da Fundação:

«É da essência das fundações que as mesmas, não visam fins lucrativos...não terem sócios e serem criadas por um ou mais instituidores, mediante a afectação de um património inicial exclusivamente destinado à realização de determinados fins de interesse social»³¹⁸.

Esta reivindicação questiona e abala toda a Fundação, que agora atingia a maioria, com dezanove anos de trabalho. É certo que existia uma ligação ao regime por determinadas personalidades que desempenhavam altas funções, mas também, se destaca muito claramente, o esforço que a mesma demonstrava em não se comprometer de forma óbvia. A postura do Presidente Azeredo Perdigão, como sempre, pouco deixa antever, no artigo publicado pelo *Expresso* no dia 8 de Março de 1975, as respostas que clareavam as medidas que iriam ser levadas a cabo:

De José Azeredo Perdigão, presidente:

Que Gulbenkian Temos? A que consta nos relatórios

Que Gulbenkian queremos? A que consta do Testamento

Para além do inquérito enviado a responsáveis de diversos sectores da Fundação e a pessoas trabalhando nos mesmos sectores, no exterior, (cujo texto publicamos noutra local) enviamos ao dr. José de Azeredo Perdigão algumas perguntas a que pedimos que respondesse na sua qualidade de Presidente.

- *A nova situação política do país e as novas perspectivas avançada nesses últimos meses relativamente ao que é prioritário em Portugal, sugerem-lhe algumas alterações em relação à política cultural da fundação para o futuro?*
- *Qual a sua interpretação da contestação interna que surgiu dentro da fundação, nomeadamente no aspecto de exigências de saneamento. O que há de justificado e de injustificado, quanto a si, nas tomadas de posição dos trabalhadores.*

³¹⁸ José Azeredo Perdigão, *VI Relatório do Presidente 1 de Janeiro 1972 – 31 de Dezembro de 1974*, Fundação Calouste Gulbenkian; p.19.

- Segundo parece, o saneamento dos serviços ficou entregue aos trabalhadores que o compõem. Consta, no entanto, que num serviço que fazem parte diversos nomes conhecidos por ligações ao antigo regime que o saneamento exigido pelos trabalhadores não terá tido seguimento. Confirma-se tal informação? O que justifica?
- Sendo a finalidade da fundação apoiar iniciativas nos campos nomeadamente das artes, das ciências, como se explica que no seu Conselho de Administração que não era puramente administrativo mas influía na definição da política geral – não tivesse assento nenhum nome conhecido de qualquer desses sectores?

Eis a resposta que recebemos:

DEVERES profissionais extremamente absorventes só me permitiram responder hoje à carta de V.E.^a de 25 de Novembro próximo findo, carta em que V. E.^a alegando ter conhecimento que «começou a reunir na fundação Gulbenkian uma Comissão com vista à reestruturação da sua política cultural», me solicitou meu depoimento acerca de certos problemas directa ou indirectamente relacionados com essa reestruturação.

A referida Comissão é composta de seis membros - três administradores, um dos quais eu sou, e três representantes dos trabalhadores da Fundação.

Como V.E.^a na sua carta afirma e é exacto, a Comissão de reestruturação só agora começou a reunir.

Nestas circunstâncias não seria correcto tornar públicas opiniões pessoais antes mesmo de as expor aos meus colegas de Comissão e com eles as discutir.

Os resultados dos nossos trabalhos não deixarão de ser oportunamente publicados.

Pela minha parte e por agora limitar-me-ia a ouvir e a ler opiniões alheias - entre as quais terão a devida relevância as que forem recolhidas e publicadas por V. E.^a.

O inquérito promovido por V.E.^a desenvolve-se entre as duas seguintes perguntas: - **Que Gulbenkian temos?** E -

Que Gulbenkian queremos?

Creio, sem me contradizer com o que antes afirmo, poder dar, a cada uma dessas perguntas, uma resposta clara e precisa.

À primeira - **Que Gulbenkian temos?** - é aquela que clara e detalhadamente consta dos cinco «**Relatórios do Presidente**» (1359 páginas de texto instruídas com numerosos anexos), de 17 «**Relatórios da Comissão Revisora de Contas**», de 22 «**Resumos de actividades**» e do «**Catálogo de Edições - 1973**», de que por lapso, não foi oferecida a V.E.^a um exemplar, edições da Fundação que, além da série educativa – *Manuais Universitários*, «*Textos Clássicos*» e «*Cultura Portuguesa*» - compreendem muitas outras obras, tais como «*Portugaliae Musica*», consagrada a composições musicais portuguesas do século XVI até ao século XX, e respectivos discos, os documentos para a história da Arte em Portugal, o *Corpus da Azulejaria portuguesa* o «*Boletim Internacional de Bibliografia Luso- Brasileira*», as edições do Centro Cultural de Paris sobre a história da Literatura, as de natureza científica editadas pelos Centros de Investigação Gulbenkian de Ciências e as Revistas – *Colóquio/Letras* e *Colóquio/Artes*.

Á segunda pergunta - **Que Gulbenkian queremos?** - por mim respondo: - cumprir fielmente a vontade do Fundador, tal como está expressa no seu testamento, nos estatutos da Fundação e no decreto-lei que os aprovou tendo sempre em conta que a Fundação embora privada, é uma instituição de utilidade pública geral e como tal tem de actuar, empregando as palavras de V. Ex.^a, em conjugação com «a nova situação política e as novas perspectivas avançadas nestes últimos meses relativamente ao que é prioritário em Portugal» não só em matéria de cultura, mas ainda nas demais actividades da Fundação que caibam nos seus fins estatutários.

Jornal Expresso 8 de Março de 1975

De facto, na verdade as críticas mais fundamentalistas baseiam-se no envolvimento com pessoas do anterior regime. Finalmente, e depois de satisfeitas as exigências mais prementes, houve o saneamento desejado.

(...)

Assim vamos ver no Conselho de Administração Pedro Teotónio Pereira, um dos teóricos do fascismo, autor de um dos documentos mais repressivos do Estado Novo, o Estatuto do Trabalho Nacional, magna carta do corporativismo, e responsável por um a sufocante política cultural enquanto que o Ministro da Presidência; Francisco Pinto Leite, longos anos Ministro da Educação de Salazar e responsável pelo famigerado decreto 409; Marcelo Matias, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Embaixador em Paris de Salazar, com participação na primeira qualidade numa acção diplomática 0 que iniciou uma das fases mais sinistras de repressão estudantil do salazarismo tristemente ilustrada em casos como o do General Delgado, do Santa Maria, da eclosão da guerra colonial, etc. O Duque de Palmela, antigo embaixador em Londres e nome bem representativo da oligarquia portuguesa e Guimarões Lobato, vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa durante a corrupta administração de Salvação Barreto.

Não é necessário esmiuçar a biografia deste administradores para se compreender que nenhuma competência especial os qualificava para tais lugares, antes sendo evidente que a sua escolha obedeceu a um critério político de conluio efectivo com o regime deposto a 25 de Abril. Mesmo no caso de Victor Sá Machado, cujo ingresso é posterior, a sua ligação ao CDS, de que é fundador, demonstra bem claramente o quadrante ideológico em que se situa.

Parece inegável que o Conselho de Administração de uma instituição com a potencial vocação de independência e liberdade que devia assistir à Fundação Gulbenkian foi dominado pelas grandes figuras do fascismo, procurando na sua política que a Fundação nunca pudesse vir a pôr em causa a tal famosa «tranquilidade» e o tal famoso «equilíbrio social.»

*Tem-se dito, e o **Expresso** da última semana repete-o, que ao nível da direcção de Serviços já as coisas eram diferentes, registando-se um «significativo pluralismo». Salvo algumas (poucas) excepções a regra não sofreu, contudo desmentido nesse terreno. De facto, a maioria dos Directores foi escolhida, não em função da sua competência, mas da sua subserviência ^à onipotente Administração, muitos deles sendo igualmente personalidades claramente afectas ao antigo regime. Pluralismo houve sim na escolha dos Conselhos Consultivos que o Conselho de Administração agora tão gloriosamente exhibe (embora escamoteando um ou outro nome menos conveniente e atribuindo ainda a uma figura típica dos funcionalismo fascista como foi João de Almeida a qualidade de – profundo conhecedor das coisas de legislação universitária» - in depoimento do administrador Ferrer Correia).*

Internamente, esta situação traduziu-se, até ao 25 de Abril num sistema fortemente hierarquizado e fortemente burocratizado, impedindo o direito à crítica expressa e convidando a uma absoluta passividade. Tudo dependia da Administração, tudo pertencia à Administração. Traduziu-se no despedimento de trabalhadores, como foi o caso de Saul Nunes e João Figueiredo quando eram perseguidos pela PIDE, alegando-se numa acta vergonhosas que os actos de Saul Nunes criaram uma «incompatibilidade moral que excluía qualquer possibilidade de ulterior colaboração.»

Traduziu-se ainda. Ao que consta, em muitas recusas de admissões ao tempo em que Pedro Teotónio Pereira era Administrador do Serviço do Pessoal e estava bem «informado» do currículo político dos candidatos a funcionários da Fundação. Externamente esta situação traduziu-se no inegável compromisso da Administração com os governos salazarista e caetanista, notoriamente com a sua política colonial muitas vezes louvada publicamente pelos Administradores da Fundação.

...Se «será injusto» - como se escreve no primeiro Boletim Informativo dos Trabalhadores - «acusar a Fundação de haver constituído um mero instrumento do Estado fascista, não o será contudo afirmar-se que a política cultural por ela desenvolvida foi indubitavelmente uma política integrável – e facilmente integrada - no sistema de que o Estado fascista foi apenas uma forma».

Uma Fundação atenta, veneradora e obrigada ao estado fascista; uma Fundação que praticou uma política cultural inegavelmente classicista; uma Fundação internamente repressiva e centralizadora - era esta a Fundação que tínhamos antes do 25 de Abril.

Que Gulbenkian tínhamos

(...) Interessa-nos por agora salientar apenas que o Decreto-lei que a constituiu, com a data de 18 de Julho de 1956 e assinado pelo governo salazarista de então, afirma que as razões porque Calouste Gulbenkian escolheu Portugal para instalar a sede da Fundação não foram apenas de ordem sentimental, mas porque «bem sabia ele o valor da paz portuguesa e a garantia que ela representava para a obra que iria prolongar o seu pensamento. Sobejamente apreciava a tranquilidade que entre nós se desfruta e estima o que há de estável nas instituições e no equilíbrio social, que são o espelho da nossa personalidade, assim como conhecia o grau de respeito que em Portugal se professa, em casos desses, perla vontade dos instituidores. Por tudo isto a resolução que tomou foi, também uma cato de fé e de confiança.»

Assim desde o início, o estado fascista se procurou apropriar da Fundação Calouste Gulbenkian, interpretando a sua instalação em Portugal como uma cato de apreço pela «tranquilidade» e «equilíbrio social» que o Estado Novo se vangloriava de ter conseguido. É sintomático que esta apropriação ideológica tenha passado sem o mais pequeno reparo por parte dos - trustees - designados no testamento, embora o seja muito mais que, 18 anos depois, aquando a greve na Fundação do passado mês de Julho, o Conselho de Administração tenha invocado esse texto, aderindo explicitamente à convicção que ele traduzia a verdade e ignorando que a «tranquilidade» aludida só existia porque imposta por um brutal aparelho repressivo e que p «equilíbrio social» traduzia uma das mais violentas dominações de classe historicamente conhecidas. Ou seja, para o Conselho de Administração não parece ter havido alguma vez repugnância em aceitar como válida essa «tranquilidade» e esse «equilíbrio social».

Poder-se-ia ter suposto tratar-se de um compromisso e da necessidade táctica de não procurar conflitos logo à partida, mas a pratica seguinte viria desmentir tal ilusão. Com efeito, para uma fundação que tinha como finalidades a Saúde, a Assistência, a Arte, a Educação e a Ciência parece lógico que fossem escolhidos para os lugares de Administradores pessoas com reconhecida idoneidade e competência específica nesses sectores. Nada disso sucedeu. Os dois «trustees» que vieram a aceitar a missão que lhes fora confiada no testamento de Calouste Gulbenkian José de Azeredo Perdigão e Kevork Loris Essayan, genro de Calouste Gulbenkian optaram, para integra o Conselho de Administração por familiares do testador ou por técnicos juridicamente qualificados ou - em muito mais larga escala - por personalidades dominantes do regime fascista.

Jornal Expresso, 8 de Março de 1975

f) - A criação do Museu / Centro de Arte Moderna

De uma forma sucinta, apesar de afirmar que a Fundação deve proceder a uma contenção de gastos, pois as despesas são «cada vez mais elevadas»³¹⁹, a criação do Museu de arte Moderna era a seu ver, algo necessário, e como sempre, o que determina alcança.

Não sem contestação, muito prontamente os Administradores revelam-se contra, devido a vários factores, mas que se resumem ao factor contenção de despesas. A sua atitude, justifica-a asseverando que a colecção de arte do Sr. Calouste Gulbenkian confina-se apenas até aos princípios do século XX e «não havia de confinar a acção da fundação, no campo artístico, ao culto e divulgação da arte em qualquer época determinada»³²⁰. Segundo o seu filho, Dr. Pedro Paulo Azeredo Perdigão, a crítica apresentada revela «um falso problema». A questão essencial, reafirma, não eram as questões orçamentais, mas sim uma diferente visão daquela que era apadrinhada por seu pai - a visão interventiva. Reitera, de igual modo que o seu pai chega mesmo a ameaçar demitir-se, se o Conselho de Administração não ponderasse alterar a sua posição perante a construção do Museu. Acabam por aceitar, dirigindo-se pessoalmente a sua casa, onde permanecia Azeredo Perdigão. Todavia, seria construído, não como museu, mas como Centro. Em 1983 cria-se o Centro de Arte Moderna, que assume o nome de José Azeredo Perdigão, em homenagem ao primeiro e pioneiro, Presidente da Fundação.

«Arte Moderna porquê? Porque a Fundação, considera ele, com o aplauso dos demais colegas, não pode fechar-se às manifestações do pensamento actual e, pelo contrário, deve conceder-lhe amparo e estímulo. Uma instituição como a Fundação Gulbenkian não é apenas o lugar onde se guarde a memória da cultura do passado, mas é também (ou sobretudo) espaço e modo de reflexão sobre os temas da cultura do presente, da criação nas diversas áreas do pensamento; da arte, à educação e à ciência. Espaço de inovação, campo aberto à criatividade - e ao mesmo tempo

³¹⁹ José Azeredo Perdigão, *VII Relatório do Presidente 1 de Janeiro 1975 – 31 de Dezembro de 1978*, Fundação Calouste Gulbenkian; p.9.

³²⁰ Cit. prefácio de Azeredo Perdigão, *Centro de Arte Moderna*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

fórum para o livre circulação e o debate livre das ideias. ...Por tudo isto - vector de transformação social e de progresso»³²¹.

³²¹ Cit. Saudação do Prof. Doutor A. Ferrer Correia in *Doutor José de Azeredo Perdigão no seu 90º Aniversário, 19 de Setembro de 1986*, Fundação Calouste Gulbenkian. s/p.

g) - «Fico até estoirar»³²²

«A minha autoridade não está em jogo, continuo a ser o Presidente da Fundação e isso, ninguém discute»³²³.

Com trinta e dois anos de liderança assume «claro que estou cansado do trabalho que a Fundação me dá. Não do facto de ser seu presidente»³²⁴. e com estas palavras se inicia o último ponto que encerra este trabalho.

Não constam nos estatutos nenhuma referência à problemática da sucessão. Na verdade, nos últimos anos, Azeredo Perdigão devido a motivos de doença já tinha estado ausente, ora durante 6 meses, ora durante um ano, e como refere o Dr. Rui Vilar «muitas vezes ia um estafeta levar a casa os assuntos mais proeminentes e que necessitavam do parecer do Presidente, a idade já era muita». Existia, portanto, um vazio de poder na Presidência da Fundação, contudo, contra a opinião maioritária do Conselho de Administração «mantinha-se teimosamente à frente da Fundação»³²⁵.

O Conselho efectua a habitual reunião nas manhãs de terça-feira e para fazer parte da reunião de trabalhos, Azeredo Perdigão convoca uma reunião extraordinária para as 17 horas desse dia, 12 de Novembro. Entretanto as horas passam e Azeredo Perdigão não aparece. Recebem um telefone que sugere que iniciem os trabalhos sem ele, que aparece quando puder, mas se o motivo da reunião tinha sido agendada por este, a reunião extraordinária não se efectua. Informado disto afirmou «Então, como já terminaram, escuso de me deslocar até aí»³²⁶. Esta atitude foi objecto de crítica, ora porque não era normal marcar compromissos e depois faltar, o que reflecte um desgaste devido à idade, ora sob outro ponto de vista, para demonstrar que ainda era o Presidente: «Apesar de enfraquecido pela doença e pela idade, continua a ser muito sagaz»³²⁷.

³²² “Penso ficar até estoirar – entrevista a José de Azeredo Perdigão” Paula Azevedo e Maria José Mauperrin, *Jornal Expresso*, Lisboa, 8 de Dezembro de 1989.

³²³ “Meus Senhores desta vez venho para ficar” Maria José Mauperrin, *Jornal Expresso* 16 de Novembro de 1992.

³²⁴ “Penso ficar até estoirar – entrevista a José de Azeredo Perdigão” Paula Azevedo e Maria José Mauperrin, *Jornal Expresso*, Lisboa, 8 de Dezembro de 1989.

³²⁵ *Idem, Ibidem.*

³²⁶ “Meus Senhores, desta vez venho para ficar” Maria José Mauperrin, *Jornal Expresso* 16 de Novembro de 1992.

³²⁷ *Idem, Ibidem.*

No entanto, Azeredo Perdigão que tanto prezava a intimidade familiar, e o respeito sagrado por tudo o que implicasse a Fundação, esta acaba por ficar em segundo plano quando o que se discute é a sucessão. As relações familiares acabam por ser expostas através das posições assumidas pelos filhos. Atribuem-se divergências entre os irmãos, José Dantas Perdigão, apoiado pela sua irmã, Maria Alice, que o consideram inabilitado, e defendem o seu afastamento voluntário, afinal já tinha 96 anos: «eu sempre defendi que um homem com o prestígio do meu pai não deveria correr determinados riscos»³²⁸. Enquanto que, Pedro Paulo Azeredo Perdigão, filho do seu segundo casamento apoia as suas decisões: «ele deveria manter-se no cargo até ao final»³²⁹.

José Dantas Perdigão, que não desempenha qualquer cargo na Fundação e tinha mantido uma atitude reservada em relação às atitudes controversas de Pedro Paulo Azeredo Perdigão, aparece pela primeira vez a tomar uma posição, que desagrada muito a Azeredo Perdigão confirmada pela «não lhe dei nenhum mandato para o efeito»³³⁰. «Faz-se convidar»³³¹ para a reunião extraordinária do Conselho de Administração, na qual o seu pai não estaria presente. A finalidade era Colocar um ponto final nos rumores de que Azeredo Perdigão, sob a influência do seu filho mais novo, estaria por detrás de uma proposta de reestruturação apresentada por José Sasportes - director do Serviço ACARTE. «Deixou em polvorosa a própria comissão de reestruturação»³³² da Fundação.

A agudização da polémica faz mesmo Azeredo Perdigão deixa em aberto que se não se chegar a um consenso, o Estado pode mesmo intervir: «há um Conselho, se quiserem escolher eles próprios escolhem, e o Estado confirma»³³³. Esta polémica acaba por extravasar os meandros dos órgãos de cúpula, e afecta os trabalhadores e a imagem da Fundação para o exterior. Ainda mais, quando se adensa a polémica entre Azeredo Perdigão e Victor Sá Machado. Segundo um artigo publicado pelo *Expresso*, Pedro Paulo Azeredo Perdigão revela ter sido aliciado, com um cargo superior na Fundação, por um porta-voz de Ferrer Correia e Sá Machado, se este convencesse o seu pai a renunciar.

³²⁸ “Gulbenkian, a Família em questão” Maria José Mauperrin, *Jornal Expresso* de 31 de Outubro de 1992.

³²⁹ *Idem, Ibidem.*

³³⁰ “Azeredo Perdigão põem os pontos nos li” Maria José Mauperrin, *Jornal Expresso* de 7 de Novembro de 1992.

³³¹ “Filho de Azeredo rebela-se contra o pai” *Jornal Expresso*, 31 de Outubro de 1992.

³³² *Idem, Ibidem.*

³³³ “Meus Senhores, desta vez venho para ficar” Maria José Mauperrin, *Jornal Expresso* 16 de Novembro de 1992.

Desde a denúncia que houve uma «troca de cartas agressivas»³³⁴ e Pedro Paulo Azeredo Perdigão passa a ser considerado *persona non grata*. Esta quezília é objecto de um inquérito interno a todos os que foram vistos a ler, a copiar ou a entregar fotocópias dos documentos que foram publicados pela imprensa. O que criou um clima de mau estar entre os trabalhadores que revelam: «neste momento vive-se um verdadeiro clima de coacção» e «enquanto decorrer o inquérito não prestamos declarações»³³⁵.

Todavia, devido a toda esta problemática relacionada com a sucessão, foram criados novos critérios para a direcção da Fundação. Um dos mais relevantes, é a idade, e tal como refere o Dr. Pedro Paulo Azeredo Perdigão, ninguém com mais de 70 anos pode assumir a Presidência.

Perante este desenrolar de exposição publica nos jornais dos problemas internos, Azeredo Perdigão, à sua maneira, assume «Tudo isto se passou sem conflitos, porque não há conflitos na Fundação (...) Não existem dentro do Conselho de Administração da Gulbenkian, mal entendidos ou rivalidades...»³³⁶. É esta a mensagem que sempre tentou perpassar para fora dos portões forjados a ferro. E parafraseando-o «**Meus Senhores, desta vez venho para ficar**».

³³⁴ “Gulbenkian, a Família em questão” Maria José Mauperrin, *Jornal Expresso* de 31 de Outubro de 1992.

³³⁵ “Meus Senhores, desta vez venho para ficar” Maria José Mauperrin, *Jornal Expresso* 16 de Novembro de 1992.

³³⁶ “Penso ficar até estoirar – entrevista a José de Azeredo Perdigão” Paula Azevedo e Maria José Mauperrin, *Jornal Expresso*, Lisboa, 8 de Dezembro de 1989.

Conclusão

A realização deste trabalho acarretou uma investigação aprofundada e intensa. Toda a argumentação se baseia, como facilmente se verifica, nos pilares que o próprio autor defendeu. Ao definir esses princípios, esclareceu como seria elaborada uma obra, que segundo o seu ponto de vista seria a mais proveitosa. Um dos primeiros objectivos era elaborar um trabalho que reflectisse o que foi e o que almejava.

A investigação desenvolveu-se sobre a análise dos seguintes paradigmas: o homem e a alma; e do homem e a obra. Contudo, devido à ausência de âncoras que auxiliassem este objectivo, as suas obras, os jornais, as entrevistas foram sempre o ponto de partida. A falta de veracidade de algumas informações também intensificou a confrontação de muita investigação paralela.

O produto final aqui apresentado, permitiu-nos um sem fim de aprendizagens efectuadas. Os progressos aferidos desde que este se encontrava ainda em estado embrionário foram-se tornando notórios, algo que ocorreu também ao nível do processo de escrita, uma vez que o apurar do texto, de forma a fornecer-lhe um cariz mais científico, foi, apesar de trabalhoso, bastante compensatório.

Ainda no que toca às dificuldades encontradas, poderemos referir que apesar da disponibilidade dos arquivos, nem sempre conseguimos aceder a todos eles. Alguns eram de carácter confidencial. De facto, a investigação efectuada decorreu de forma algo incerta, uma vez que os estudos sobre Azeredo Perdigão são escassos; esse factor implicou que o produto final agora apresentado não tenha resultado, exclusivamente, da abordagem e análise dos livros, foi também necessário levar a cabo investigação em arquivos, entrevistas, a recolha de todo o tipo de informação plausível que permitisse confrontar a informação. Para além desta abordagem, o trabalho também envolveu alguns contactos com instituições associadas às suas vivências e relações.

Assim sendo, esta busca surge como um enriquecimento pessoal, e intelectual. Os diferentes pontos burilaram-se de forma a apresentar os diversos reflexos de uma vida. Os

dois lados do campo de acção; a intimidade e o trabalho; as posturas e as críticas. Ao longo do processo fomos-nos aventurando por uma panóplia de registos de atitudes que marcaram indubitavelmente o crescimento do país. A Fundação é um dos marcos do país e trinta e sete anos de governação representam uma capacidade de liderança e de intervenção na comunidade. Afinal, a sua longa vivência representa não mais do que quase um século de história...enfim um século de experiências.

Bibliografia

✧ Activa

- ✧ PERDIGÃO, José de Azeredo MISCELÂNEA DE LITÍGIOS- *Uma Cláusula Inédita*, Biblioteca Municipal do Porto.
- ✧ PERDIGÃO, José de Azeredo MISCELÂNEA DE LITÍGIOS *Autos de Agravo de Injusta Pronuncia* - Minuta de Recurso. Processo n.º 21.827. Sociedade Nacional de Tipografia Lisboa, 1924 Biblioteca Municipal do Porto.
- ✧ PERDIGÃO, José de Azeredo MISCELÂNEA DE LITÍGIOS – *Das Servidões por destinação do pai de família - seus requisitos e modo de constituição* - Minuta de Apelação. Lisboa 1940 B.M.P.
- ✧ PERDIGÃO, José de Azeredo MISCELÂNEA DE LITÍGIOS – *Covões no Pretório - De esbulhador a litigante de má fé e, No «Caso do Coliseu»- Contra Minuta de Revista*. Lisboa.
- ✧ PERDIGÃO, José de Azeredo MISCELÂNEA DE LITÍGIOS – *Ainda as acções de Investigação de Paternidade Ilegítima com os fundamentos do Concubinato de More Uxorio e da Posse do Estado ou o Problema da Quadratura do Círculo* - Minutas. Lisboa 1942.
- ✧ PERDIGÃO, José de Azeredo MISCELÂNEA DE LITÍGIOS – *Uma Cláusula Inédita de Convenção Antenupcial* - Minuta de Apelação. Lisboa 1939 B.M.P.
- ✧ PERDIGÃO, José de Azeredo MISCELÂNEA DE LITÍGIOS – *Da não retro-actividade da Lei Administrativa Aplicação do principio ao regime do condicionamento das Indústrias* - Contra-minuta da Recorrida. Lisboa 1940 B.M.P.
- ✧ PERDIGÃO, José de Azeredo MISCELÂNEA DE LITÍGIOS- *Da Natureza Jurídica do Contrato de Gerência Comercial* – Minuta de Revista. B.M. P.
- ✧ PERDIGÃO, José de Azeredo MISCELÂNEA DE LITÍGIOS – *Locação, Cessação do Direito de Exploração, Concessão ou Contrato de Prestação de Serviços? Posse Manutenível ou Detenção Precária?* – Acto de Contrição e Minuta de Recurso. Lisboa 1937.
- ✧ PERDIGÃO, José de Azeredo MISCELÂNEA DE LITÍGIOS *Dos fundamentos do recurso de revista à face do novo Código de Processo; Da Competência da Relação para alterar as decisões do Tribunal Colectivo; Da União ou acessão de*

posses na prescrição aquisitiva; Da Força probatória dos documentos autênticos e das inscrições de transmissão - Minuta de Revista. Lisboa 1940.

- ✧ PERDIGÃO, José de Azeredo MISCELÂNEA DE LITÍGIOS – *Subsídios para o Estudo do Problema do Pagamento e Remição dos Foros de Ouro*. Lisboa 1946.
- ✧ PERDIGÃO, José de Azeredo MISCELÂNEA DE LITÍGIOS – *Um caso de Falência Moral* - Minuta de Revista. Lisboa 1937.
- ✧ PERDIGÃO, José de Azeredo MISCELÂNEA DE LITÍGIOS – *O Principio da Autonomia da Vontade e as Clausulas Limitativas da Responsabilidade Civil* - Noções Gerais. Lisboa 1947.
- ✧ PERDIGÃO, José de Azeredo - *Antestreia de filmes portugueses. Introdução de Azeredo Perdigão*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ✧ PERDIGÃO, José de Azeredo – *A história e o Contemporâneo*. Academia Portuguesa da História - Comunicação feita a 5 de Janeiro de 1979. Separata dos «Anais». II série. Volume 27.
- ✧ PERDIGÃO, José de Azeredo – *Calouste Gulbenkian na história Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, MCMLXXXII Separata dos «Anais». II série. Volume 28.
- ✧ PERDIGÃO, José de Azeredo - *Calouste Gulbenkian : collector*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969.
- ✧ PERDIGÃO, José de Azeredo - *Calouste Sarkis Gulbenkian : O homem e a sua obra: por ocasião do 130º aniversário do seu nascimento, 1869-1999*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ✧ PERDIGÃO, José de Azeredo - *I Relatório do Presidente :20 de Julho de 1955-31 de Dezembro de 1959*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1961.
- ✧ PERDIGÃO, José de Azeredo - *II Relatório do Presidente :1 de Janeiro de 1960 - 31 de Dezembro de 1962*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.
- ✧ PERDIGÃO, José de Azeredo - *III Relatório do Presidente :1 de Janeiro de 1963 - 31 de Dezembro de 1965*.Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1967.
- ✧ PERDIGÃO, José de Azeredo - *V Relatório do Presidente:1 de Janeiro de 1969 - 31 de Dezembro de 1971*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1973.
- ✧ PERDIGÃO, José de Azeredo - *No XX aniversário da morte de Calouste Gulbenkian*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1975
- ✧ PERDIGÃO, José de Azeredo - *Está reaberta a audiência*. Lisboa, 1952

- ✧ PERDIGÃO, José de Azeredo - *Bibliografia económica*. Lisboa: Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1917. Ano 1, Vol. 1, nºs 1-2.
- ✧ PERDIGÃO, José de Azeredo - *A indústria em Portugal: notas para um inquérito*. Lisboa: Arquivos da Universidade de Lisboa, 1916. Vol.3.
- ✧ PERDIGÃO, José de Azeredo - *Las fundaciones: su valor socio-económico: algunos de los problemas jurídicos que suscitan*. Madrid: Real Academia de Jurisprudencia y Legislación, Curso Juristas Portugueses en Madrid, 1971-1972.
- ✧ PERDIGÃO, José de Azeredo; CARVALHO, Fernando Martins; MISCELÂNEA DE LITÍGIOS - *Das Excepções Pessoais ou Relativas e das Excepções Reais ou Absolutas nas Letras de Câmbio; Da Inoponibilidade das Excepções Pessoais ao Portador de Boa - Fé* – Minuta de Revista.
- ✧ PERDIGÃO José de Azeredo; MADUREIRA, Frederico Mittermaywer MISCELÂNEA DE LITÍGIOS – *Tribunais e... Tribunecas* – Minuta de Recurso. Lisboa 1937.
- ✧ PERDIGÃO, José Azeredo; SOUTO, Alberto; SILVA, Duarte;– *O Banco Regional de Aveiro e o pedido de licença para a sua constituição definitiva*. Imprensa Nacional. Lisboa.1920.

- ✧ AGRADECIMENTO DO SÓCIO HONORÁRIO José Henrique de Azeredo Perdigão. Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa MCMLXVI
- ✧ CONGRESSO HISTÓRICO DE GUMARÃES E SUA COLEGIADA, Guimarães, 1980. Discurso do Dr. José de Azeredo Perdigão.
- ✧ CONFERÊNCIA DO DOUTOR JOSE DE AZEREDO PERDIGÃO PROFERIDA NA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PORTO- *Reflexões sobre cultura - uma politica cultural*. Separata da revista etnografia n.º 31 Museu de Etnografia e História: Junta Distrital do Porto.
- ✧ CONFERÊNCIA PROFERIDA NO VASCO DA GAMA SOB OS AUSPICIOS DA DELEGAÇÃO DA INDIA DOS AMIGOS DA COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA. Doutor Azeredo Perdigão - *A Índia Portuguesa na Comunidade Luso - Brasileira*. Edição do Centro de Informação e Turismo do Estado da Índia: Coleção de Divulgação e Cultura n.º 32.
- ✧ DEPOIMENTO PROFERIDO NA SOCIEDADE PORTUGUESA DE CONTABILIDADE - *Vantagens para a contabilidade da Regulamentação dos*

Técnicos de Contas. Separata da «Revista de Contabilidade e Comércio». Porto 1950.

- ✧ DOUTOR JOSÉ DE AZEREDO PERDIGÃO NO SEU 90º ANIVERSÁRIO. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa: Editora Blanco, 1986.
- ✧ DOUTORAMENTO HONORIS CAUSA de José de Azeredo Perdigão. Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade, 1962.
- ✧ ELOGIO FEITO NA SESSÃO INAUGURAL DO INSTITUTO DA CONFERÊNCIA EM LISBOA DA ORDEM DOS ADVOGADOS EM 21 DE MARÇO DE 1957 – *O Conselheiro Martins de Carvalho*. Separata da «Revista da Ordem dos Advogados». Lisboa 1958.
- ✧ HOMENAGEM DA FIGUEIRA DA FOZ À FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN-1970, Câmara Municipal da Figueira da Foz.
- ✧ HOMENAGEM DO PORTO AO DOUTOR JOSÉ DE AZEREDO PERDIGÃO - 1984, Câmara Municipal do Porto.
- ✧ HOMENAGEM AO DOUTOR JOSÉ DE AZEREDO PERDIGÃO - 1896-1993 Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2001.
- ✧ INAUGURAÇÃO DO MONUMENTO EM MEMÓRIA DP DOUTOR JOSÉ DE AZEREDO PERDIGÃO sob a Presidência de Sua Exelência o Presidente da República Dr. Jorge Sampaio. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Julho de 1997.
- ✧ SESSÃO COMEMORATIVA DOS CINQUENTA ANOS DA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, 18 de Julho de 2006, Fundação Calouste Gulbenkian.

CARTAS, OFÍCIOS E CIRCULARES:

Arquivo de Oliveira Salazar [Arquivo Nacional, Lisboa]

- ✧ AOS/CP- 214
- ✧ AOS/CP- 211
- ✧ AOS/CO/PC- 47
- ✧ AOS/CO/PC-65
- ✧ AOS/CO/PC- 77
- ✧ AOS/CO/PC- 59
- ✧ AOS/CO/ PC- 47

- ✧ AOS/CO/ED-7
- ✧ AOS/CO/PE-44B
- ✧ AOS/CO/PL-44 C

Arquivo da P.I.D.E. [Arquivo Nacional, Lisboa]

- ✧ PIDE/DGS, processo 354 CI(2) NT 7275: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ✧ PIDE/DGS, processo 2651 NT 5303: José de Azeredo Perdigão.

- ✧ Ministério do Interior, DGAPC, 1º Incorporação NT 708
- ✧ Ministério das Finanças, cx 226, Processo H1

Arquivo da Presidência da Fundação Calouste Gulbenkian (material não tratado)

- ✧ Fernando Fonseca - 1956-59; 1960-61
- ✧ Madalena Perdigão - carta de 21 de Maio de 1958 de Azeredo Perdigão para Pedro Teotónio Pereira.
- ✧ António Ferro - Press 104
- ✧ Revista Seara Nova - Press 225
- ✧ D. Manuel Gonçalves Cerejeira - Press 232; 234; 229;103; 123
- ✧ Kevork Essayan – Press 107

Arquivo Mário Soares

- ✧ Pasta 00533.003 - Correspondência Antes 25 de Abril, imagem 67/ 68/ 69
- ✧ Pasta 0539.061 - Correspondência Após 25 de Abril de 1974.

Jornais e revistas

- ✧ Revista *Seara Nova* do número I ao XII, Outubro de 1921 a Abril de 1922
- ✧ Revista *Seara Nova*, número 5, 1921;
- ✧ Revista *Seara Nova*, número 9, 1922.
- ✧ Revista *Visão* - 16 de Setembro de 1993, “O Século de Azeredo Perdigão” -Luís Almeida Martins
- ✧ Jornal *A BEIRA*, José Perdigão e Ricardo Gomes 27 de Abril de 1907. Biblioteca Municipal do Porto.
- ✧ Jornal *Expresso*, 8 de Março de 1975 -“ Que Gulbenkian temos? Que Gulbenkian Queremos?”

- ✧ Jornal *Expresso*, 22 de Março de 1975- “ Que Gulbenkian temos? Que Gulbenkian Queremos?”
- ✧ Jornal *Expresso*, sexta – feira, 8 de Dezembro de 1989- “«Penso ficar até estoirar»
“Azeredo Perdigão - Paula Azevedo e Maria José Mauperrin
- ✧ Jornal *Expresso*, sábado, 1 de Maio de 1993- “A Primeira Vida de José Henrique” -
Maria José Mauperrin
- ✧ Jornal *Expresso* - Sábado, 16 de Setembro de 1993- “A segunda vida de Azeredo
Perdigão” - José Maria Mauperrin.
- ✧ Jornal *Expresso*, sábado 11 de Setembro de 1993- “Perdigão quis toga para o
adeus.”
- ✧ Jornal *Expresso*, sábado 16 de Novembro de 1992- “«Meus senhores desta vez
venho para ficar».” Maria José Mauperrin.
- ✧ Jornal *Expresso*, sábado 7 de Novembro de 1992- “Azeredo Perdigão põe os pontos
nos ‘ii’. “Maria José Mauperrin.
- ✧ Jornal *Expresso*, sábado 31 de Outubro de 1992- “Filho e Azeredo Rebela-se contra
o pai.”
- ✧ Jornal *Republica* de 11 de Fevereiro de 1962- “Homenagem dos Estudantes de
Direito ao dr. Azeredo Perdigão.”

Legendas das Imagens

- Fotografia 1** “Imagem cedida pelo AN/ TT”: PT/ TT/ DME/ PO/P-*/ 003
- Fotografia 2** “Imagem cedida pelo AN/ TT”: PT/ TT/ DCS/ RP/ 02-85/ 0730- C
- Fotografia 3** “Imagem cedida pelo AN/ TT”: PT/ TT/ FLA/ PO/P-*/ 005
- Fotografia 4** “Imagem cedida pelo AN/ TT”: PT/ TT/ DME/ PO/P-*/ 003
- Fotografia 5** “Imagem cedida pelo AN/ TT”: PT/ TT/ DCS/ RP/ 02-87 / 1845
- Fotografia 6** “Imagem cedida pelo AN/ TT”: PT/ TT/ DME/ PO/P-*/ 002
- Fotografia 7** www.arscives.com/25anos/quinzenamacau.htm
- Fotografia 8** “Imagem cedida pelo AN/ TT”: PT/ TT/ DME/ PO/P-*/ 001
- Fotografia 9** www.gulbenkian.org.uk/about-us/the-founder
- Fotografia 10** en.wikipedia.org/wiki/Cyril_Radcliffe
- Fotografia 11** www.gulbenkian.pt/index.php?section=24&artId=558
- Fotografia 12** Jornal *Expresso* de 22 de Março de 1975
- Fotografia 13** http://ultramar.terraweb.biz/Imagens/mocambique_ilidiocosta_CCACMocimboadaPraia.htm: Fotografia de Ilídio Costa em Mocímboa da Praia
- Fotografia 14** “Imagem cedida pelo AN/ TT”: PT/ TT/ EPJS/ SF/ 001-0165/ 1880- AQ
- Fotografia 15** Jornal *Expresso* 8 de Março de 1975.
- Fotografia 16** Fotografia do Autor: 12 de Maio de 2008
- Fotografia 17** “Imagem cedida pelo AN/ TT”: PT/ TT/ SNI/ DO/ 02-03/ 18521
- Fotografia 18** www.arscives.com/25anos/quinzenamacau.htm
- Fotografia 19** “Imagem cedida pelo AN/ TT”: PT/ TT/ EPJS/ SF/ 001-0165/ 1879- AQ
- Fotografia 20** Fotografia do autor: 12 de Maio de 2008.

✧ Passiva

- ✧ AMARAL, Diogo Freitas do - *Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas* (1941- 1975). Bertrand, 1995.
- ✧ ANTUNES, José Freire Antunes - *Salazar e Caetano Cartas Secretas 1932- 1968*. Lisboa: Difusão Cultural, 1994
- ✧ ANTUNES, José Freire Antunes - *Cartas Particulares a Marcello Caetano*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1985. 2º Volume.
- ✧ ARANTES, Tito – *O Inquilinato e as Acções Possessórias ou Dias Fastos e Nefastos*. Miscelânea de Litígios, Edições Maranus. Biblioteca Municipal do Porto.
- ✧ BARRETO, António (coordenação) - *Fundação Calouste Gulbenkian Cinquenta anos 1956-2006*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, Volume I e II.
- ✧ BRITO, J. M. Brandão de, e ROSAS, F. - *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Circulo de Leitores, 1996.2 Volumes.
- ✧ CAETANO, Marcello - *As minhas memórias de Salazar*. Lisboa, Verbo 1985.
- ✧ CALDAS, Aníbal - *25 anos depois*. Lisboa: Boletim Cultural, VI série: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- ✧ CORREIA, António Ferrer - *Educação, arte e cultura : 40 anos da Fundação Calouste Gulbenkian no desenvolvimento estético infanto-juvenil* . Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- ✧ CORREIA, António Ferrer - *Contribuição para uma história da Fundação Calouste Gulbenkian*, in Revista de Legislação e Jurisprudência nº. 3927 e 3928. Coimbra, s/d.
- ✧ CORREIA, Eduardo - *Doutor José de Azeredo Perdigão*. Separata do Boletim da Faculdade de Direito, volume XXXVIII: Coimbra, 1963.
- ✧ CUCHE, Denys - *La notion de culture dans las sciences sociales*. Paris Editions La Découverte.1996.
- ✧ DIÁRIO DA REPÚBLICA, I série número 150 de 18 de Julho de 1956 pp.1098-1100
- ✧ DUARTE, Teófilo de Castro – *O Abuso do Direito e as Deliberações sociais* (ensaio Jurídico). Coimbra Editora, Limitada 1955.

- ✧ ECO, Umberto - *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*. Lisboa: Presença, 1982; 2ª edição.
- ✧ ESTATUTOS DA FUNDAÇÃO CALOSTE GULBENKIAN. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- ✧ FERRO, António – *Salazar o homem e a sua obra*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- ✧ FERREIRA, José Medeiros - *Estudos de Estratégia e Relações Internacionais*. Lisboa.
- ✧ FONSECA, Fernando - *Memória de um médico Ilustre*. Lisboa : Âncora Editora, 2004.
- ✧ FRANÇA, José Augusto - *Azeredo Perdigão e as artes visuais*. Lisboa: Colóquio Artes, Dezembro, 1993
- ✧ FRAGA, Luís M. Alves de - *Portugal e os conflitos do século XIX problemática de uma neutralidade*. Lisboa, Separata do III Colóquio Portugal e a Europa Século XVII.
- ✧ GALEGO, Maria Emília; SILVA, Carlos Baptista da - *Fundação Calouste Gulbenkian*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ✧ GASPAR, José Martinho Serras – *Os discursos e o discurso de Salazar*. Lisboa: Prefácio Editora, 2001.
- ✧ GUEDES, Francisco Correia - *Calouste Gulbenkian : uma reconstituição*. 1992
- ✧ GULBENKIAN, Nubar; *Autobiography Pantaraxia*. London ,Hutchinson, 1965.
- ✧ HESPANHA, António Manuel – *História de Portugal Moderno político e Institucional*. Universidade Aberta. Lisboa 1995.
- ✧ HESPANHA, António Manuel – *História das Instituições - época medieval e moderna*. Livraria Almedina. Coimbra 1982.
- ✧ HESPANHA, António Manuel – *Poder e Instituições no Antigo Regime*. Cadernos Penélope. Edições Cosmos. Lisboa 1992.
- ✧ LEÇA, Carlos de Pontes - *Azeredo Perdigão: a música e a dança*. Lisboa: Colóquio Artes, 1987.
- ✧ LIMA, Maria Clementina Pires de - *Visita do Doutor José de Azeredo Perdigão ao Museu de Etnografia e História do Porto*. Revista de Etnografia: Junta Distrital do Porto, 1964
- ✧ MACHETE, Rui Chancerelle – *Sobre as Fundações e Azeredo Perdigão*. Fundação Luso - Americana para o Desenvolvimento, Novembro de 1993.

- ✧ MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal, vol. III*; Editorial Presença, Lisboa, 1998.
- ✧ MARQUES, Bernardo - *Centenário do nascimento, 1898-1998*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian -Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão.
- ✧ MATHIAS, Marcello - *Correspondência Marcello Mathias/ Salazar 1947/1968*. Lisboa: Difel Difusão Editorial Lda.
- ✧ MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal, vol. 6 – a segunda fundação*; Editorial Estampa, Lisboa, 1994.
- ✧ MARQUES, A. H. de Oliveira - *História de Portugal*. 3ª Edição Lisboa: Palas, 1976.
- ✧ MATEUS, Abel - *Economia Portuguesa. Crescimento no Contexto Internacional (1910-1998)*. Lisboa: Verbo, 1998.
- ✧ MAXWELL, Kenneth - *A Construção da Democracia em Portugal*, Lisboa: Presença, 1999.
- ✧ MELO, Daniel - *As bibliotecas da Fundação Gulbenkian e a leitura pública em Portugal 1957-1987*. Fundação Calouste Gulbenkian, 2005
- ✧ NOGUEIRA, Franco - *Diálogos Interditos. A Política Externa Portuguesa e a Guerra de África*. Lisboa: Ed. Intervenção, 1979.
- ✧ NOGUEIRA, Franco - *Salazar, Vol. I, II, III, IV, V, VI. Civilização*, 1985.
- ✧ PIMENTEL, Irene - *O cardeal Cerejeira. Fotobiografias do século XX Lisboa*. Círculo de Leitores, 2002.
- ✧ PORTELA, Artur – *Salazarismo e Artes Plásticas*. Lisboa: Biblioteca Breve, Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, 1987. 2ª Edição.
- ✧ SILVA, Vítor da – *Fundação Calouste Gulbenkian: Inauguração do museu, biblioteca e demais instalações culturais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969
- ✧ TORRADO, António – *O mundo dá muita volta - Calouste Gulbenkian e Azeredo Perdigão - um encontro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- ✧ WIEACKER, Franz; tradução de A. M. Botelho Hespanha – *História do Direito Privado Moderno*. Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª edição. Lisboa 1967.

Agradecimentos

Principio por agradecer toda a disponibilidade e empenho demonstrado pelo meu orientador, que apesar de condicionado pelas minhas limitações, me orientou, esclareceu e apoiou, estimulando o desafio. Em seguida, muito obviamente um agradecimento recai sobre aquelas pessoas que viabilizaram o meu projecto e, fundamentalmente, adequaram os seus horários à minha disponibilidade: o neto, Dr. Miguel Azeredo Perdigão; ao Dr. Rui Vilar, Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian; ao filho Dr. Pedro Paulo Azeredo Perdigão, e respectivas secretárias. Aos intermediários das Fundações a que recorri, e às diversas paciências que corrompi! Não foi simplesmente um mestrado, mas sim ultrapassar uma fase de uma vida. Muito obrigada!

Muitas foram as vezes em que a alma corrompida pelo desfalecer do corpo teimou em desistir, no entanto foi com a presença, o calor, as lágrimas dessas pessoas especiais que faço questão de nomear, que atingi esta meta. E apanhando todas as pedras do meu castelo agradeço o abraço quente e reconfortante, quando as forças desfaleciam e a vontade não resistia a mais uma sessão de quimioterapia. Às frases de apoio e outras de desalento que possibilitaram e me deram força para encarar e levar avante este projecto. Este simples gesto, não chega a atingir a magnitude do que vocês representaram, isto reflecte uma grama da gratidão do que sinto por todos vocês: meus queridos Pais, Cristina, Sérgio, a Grande princesa Joana, a madrinha pelas notícias frescas diárias e pelos mimos especiais: Rita; André; Lili; Cíntia; o Diogo; Andreia; Joca; Sérgio; Miguel e claro as enfermeiras, médicas e auxiliares do IPO, que anonimamente me acalmaram a dor e me animaram a alma. E a todos aqueles que permaneceram na escuridão, mas que torciam a meu favor. Por tudo, por estas duas jornadas terem terminado **MUITO OBRIGADA!** É a forma pública que encontro para agradecer a força, o estímulo, o encorajamento deste período de aprendizagem e de crescimento.

Benditos sejam!

Anexos

Anexo 1

Dadas as coordenadas biográficas, optaremos por apresentar os livros que publicou pela ordem cronológica de edição:

1915	<ul style="list-style-type: none"> • <i>A Indústria em Portugal</i> (notas para um inquérito)
1916	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Lições de Economia Social, Lições de Direito Internacional Público</i> (publicados em simultâneo)
1920	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Concurso para a Adjudicação da exploração das águas sulfúreas do Arsenal da Marinha</i> (Contra -minuta) • <i>O seu a seu dono</i> (Alegações finais) • <i>O Banco Regional de Aveiro e o pedido de licença para a sua constituição definitiva. Em conjunto com os Advogados de Aveiro Alberto souto e Duarte silva.</i> (requerimentos, relatórios e pareceres, projectos de estatutos e documentos, extraídos do respectivo processo.)
1924	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Autos de Agravo de Injusta Pronuncia</i> (Minuta de Recurso)
1929	<ul style="list-style-type: none"> • <i>O Direito de Opção nos Trespases de Estabelecimentos Comerciais</i> (Articulados, Sentença, Minutas de Recurso e Acórdão dos Tribunais Superiores)
1931	<ul style="list-style-type: none"> • <i>A Falência da Sociedade Tordales, Limitada</i>
1937	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Locação, cessação do direito de Exploração, Concessão ou Contrato de Prestação de Serviços? - Posse Manutenível ou Detenção precária?</i> (Acto de Contrição e Minuta de Recurso) • <i>Um caso de Falência ...Moral</i> (Minuta de Revista) • <i>Tribunais e... Tribunécias. Em conjunto com o advogado Frederico Mittermayer Madureira</i> (Minuta de Recurso)
1939	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Uma cláusula inédita de convenção antenupcial</i> (Minuta de Apelação)
1940	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Das servidões por destinação do pai de família</i> (Minuta de Apelação) • <i>Da não retro-actividade da Lei Administrativa</i> (Contra - minuta da recorrida) • <i>Dos fundamentos do recurso de revista à face do novo Código do Processo; - da Competência da Relação para alterar as decisões do Tribunal Colectivo; - Da união ou acessão das posses na prescrição aquisitiva; - da força probatória dos documentos autênticos e das inscrições de transmissão.</i>(Minuta de Revista)
1941	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Das Excepções Pessoais ou Relativas e das Excepções Reais ou absolutas nas Letras de Cambio; Da Inoponibilidade das Excepções Pessoais ao Portador de Boa-Fé</i> .Em conjunto com o advogado Fernando Martins de Carvalho. (minuta de revista)

1942	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Ainda as acções de Investigação de Paternidade Ilegítima com os fundamentos do concubinato de more uxorio e da Posse do Estado ou o Problema da Quadratura do círculo (Minutas)</i>
1945	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Da natureza jurídica do contrato de gerência comercial (Minuta de Revista)</i> • <i>A justiça no ocaso? Não. Simplesmente um eclipse parcial (Minuta de apelação)</i>
1946	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Política e justiça</i> • <i>Subsídios para o Estudo do Problema do Pagamento e Remição dos Foros em Ouro</i>
1947	<ul style="list-style-type: none"> • <i>O principio da Autonomia da Vontade e as Cláusulas limitativas da responsabilidade civil (noções gerais)</i> • <i>Comunicação ao Instituto de Conferência da Ordem dos Advogados</i>
s/ d/	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Covões no Pretório De esbulhador a litigante de má-fé. (Contra – Minuta de Revista)</i>
1952	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Está Reaberta a Audiência</i>
1955 a 1978	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Sete Relatórios do Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian (Tendo sido mais tarde, anuais e vigiados pelo Dr. Azeredo. Denominados de Relatórios de Actividades da Fundação Calouste Gulbenkian. O último foi editado em 1992)</i>
1969	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Calouste Gulbenkian :Collector.</i>

Anexo 2

1937	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Em louvor da Universidade de Coimbra e dos seus Mestres</i> - Comemorações do IV Centenário da transferência definitiva da Universidade para Coimbra; ▪ Parecer sobre o <i>Inquilinato e as Acções Possessórias ou Dias Fastos e Nefastos</i> pelo advogado Tito Arantes
1946	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Subsídios para o estudo do problema do pagamento e remição dos Foros de Ouro</i> - Memorial Dirigido à Câmara Corporativa e à Assembleia Nacional
1947	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>O principio da autonomia da vontades e as cláusulas limitativas da responsabilidade civil</i> (noções gerais) - Comunicação ao Instituto de Conferência da Ordem dos Advogados
1950	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Vantagens para a contabilidade da regulamentação dos Técnicos de Contas</i> -Discurso proferido na Sociedade Portuguesa de Contabilidade
1955	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prefácio do <i>Abuso Do Direito e As Deliberações Sociais</i> do advogado Teófilo de Castro Duarte
1958	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>O Conselheiro Martins de Carvalho</i> - Elogio feito na sessão Inaugural do Instituto da Conferência de Lisboa da Ordem dos Advogados
1959	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>A Índia Portuguesa Na Comunidade Luso – Brasileira</i> - Conferencia proferida no Instituto do Vasco da gama sob os auspícios da Delegação da Índia dos Amigos da Comunidades Luso - Brasileira
1962	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Foi relator geral do tema jurídico do XIX Congresso da União Internacional dos Advogados ▪ <i>Doutoramento HONORIS CAUSA</i> de José de Azeredo Perdigão.. ▪ Discurso proferido na Inauguração da Escola de enfermagem Calouste Gulbenkian;
1964 e 1971	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>A protecção das minorias nas sociedades</i> proferiu estas lições numa série de cursos de Verão da “Faculte Internationale pour l’Enseignement du Droit Compare” realizados em Lisboa e foi-lhe concedido o título de Professor da mesma.

<p>1970</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ HOMENAGEM DA FIGUEIRA DA FOZ À FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN-1970?
<p>1971-72</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Las fundaciones: su valor socio-económico; algunos de los problemas jurídicos que suscitan.</i> Conferencia proferida no curso de Juristas Portugueses en Madrid;
<p>1972</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prefacio do Livro <i>Cinema Português</i> ▪ Conferência na Associação Comercial do Porto: <i>Reflexões sobre Cultura - Uma politica Cultural</i>
<p>1979</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conferência proferida na Assembleia Geral Extraordinária na Academia Portuguesa de História: <i>A História e o Contemporâneo.</i>
<p>1980</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Discurso do Doutor José Azeredo Perdigão no Congresso Histórico de Guimarães e a sua Colegiada; ▪ Discurso do Doutor José de Azeredo Perdigão no seu 90º aniversário;
<p>1986</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prefácio do Livro <i>Ideias e Edifícios 1933-86</i> ▪ Discurso proferido no seu 90º aniversário: <i>Doutor José de Azeredo Perdigão no seu 90º Aniversário.</i>

Anexo 3

Distinções:

- Chanceler das Ordens do Mérito Civil, 1987
 - Sócio de Mérito da Academia Nacional de Belas Artes - Lisboa
 - Sócio de Mérito da Academia Portuguesa de História - Lisboa
 - Sócio Honorário da Sociedade de Geografia - Lisboa
 - Académico de número da Academia Internacional da Cultura Portuguesa de Lisboa
 - Académico de Mérito da Academia Portuguesa de História
 - Membro correspondente da Secção de Letras da Academia das Ciências de Lisboa
 - Membro da “Academie Européenne des Sciences, des Arts et des Lettres- Paris
 - Membro de Honra « Association Ethique et Politique »
 - Governador da « Fondation Européenne de la Culture »- Amsterdão
 - Grande Benemérito da Casa de Portugal do Rio de Janeiro
 - Irmão e Benfeitor da Santa Casa da Misericórdia de Viseu
 - Sócio de várias associações culturais e do Instituto Português de Arqueologia História e Etnografia.
 - Recebe por esse motivo o título de “advogado honorário”, concedido pela Ordem dos Advogados.
-
- Grã-cruz da ordem Militar de Santiago de Espada Portugal, 1959
 - Grande Oficialato da Ordem “Al Merito della Republica _Italiana”, 1962
 - Comendador da Ordem Nacional do Cedro do Líbano.1963
 - Grã-cruz da ordem de”del Mérito Civil, Espanha 1963
 - Grande Oficialato da ordem de Mérito da República Federal da Alemanha, 1963
 - Comendador da Ordem do Império Britânico, 1964
 - Honor Al Mérito Bernardo O’Higgins, Chile, 1964
 - Ordem do Santo Sepulcro, Jordânia 1964
 - Ordem Estrela da Jordânia 1964
 - Grande Oficialato da Ordem “ Al Mérito Por Serviços Distinguidos, Peru, 1965
 - Grã-cruz da ordem do Cruzeiro do Sul, Brasil 1966
 - Grã-cruz da ordem de Rio Branco, Brasil 1966

- Comendador da Legião de Honra França, 1966
- Grã-cruz da ordem de Rafidain, Iraque 1966
- Grande Oficialato da Ordem de Leopoldo, Bélgica 1967
- Comendador com placa de S. Gregório Magno concedida por Paulo VI, em 1968
- Grã-cruz da ordem de Estácio de Sá, Brasil 1971
- Grande colar do Instituto Histórico do Brasil
- Medalha de Ouro da Societé d'Encouragement au Progrés e a Medalha da Cidade de Tours 1978
- Medalha de Ouro dos Municípios de Viseu, Braga e Lisboa
- Medalha de Ouro Goethe, pela Fundação FVS, Hamburgo em 1981.
- Benemérito da pátria pelas contribuições que o património científico, cultural e artístico português lhe ficou a dever.1993
- Atribuição do Viriato de Ouro pela Câmara Municipal de Viseu e da Assembleia Municipal de Viseu.

Títulos *Doutor Honoris Causa*

- Título de *Doutor Honoris Causa* em Direito pela Faculdade da Universidade de Coimbra-21.12.1962;
- Título de *Doutor Honoris Causa* na Universidade de Baía, Rio de Janeiro
- Título de *Doutor Honoris Causa* em São Paulo no Brasil;
- Académico “honoris causa” da Academia Brasileira de Belas - Artes.
- Título de *Doutor Honoris Causa* em Letras na Universidade de Lisboa
- Título de *Doutor Honores Causa* em Artes pelo Royal College of Arts de Londres,
- Título de *Doutor Honoris Causa* em Ciências Humanas pela Southeastern Massachusetts University nos Estados Unidos da América,
- Título de *Doutor Honoris Causa* em Humanidades pela Universidade de Sophia - Japão
- Título de *Doutor Honoris Causa* em Arquitectura pela Universidade Técnica de Lisboa,
- Título de *Doutor Honoris Causa* na Universidade do Porto

Anexo 4

CLÁUSULAS DO TESTAMENTO DE CALOUSTE GULBENKIAN RELATIVAS À CRIAÇÃO DA FUNDAÇÃO³³⁷

No ano de mil novecentos e cinquenta e três, aos dezoito de Junho, em Lisboa e Rua Latino Coelho, número três, aonde vim especialmente chamado para este acto, eu, o notário do concelho, Fernando Tavares de Carvalho, com cartório na Rua da Conceição, número cento e trinta e um, primeiro andar, perante mim, o sobredito notário e as duas testemunhas idóneas, ao diante nomeadas e assinadas, compareceu: Calouste Sarkis Gulbenkian, nascido em Scutari, Istambul, actualmente súbdito britânico, filho de Sarkis Gulbenkian e de Dirouhi Gulbenkian, viúvo, proprietário e domiciliado em Lisboa, nesta casa, pessoa do meu conhecimento e cuja identidade certifico.

E por ele, Calouste Sarkis Gulbenkian, em presença das mesmas testemunhas, foi dito:

Que faz o seu testamento e dispõe dos seus bens pela forma seguintes:

Que se casou em doze de Junho de mil oitocentos e noventa e dois, sem qualquer convenção antenupcial, em Londres, Hotel Metrópole, com a senhora Nevarte Gulbenkian, falecida no dia um de Junho de mil novecentos e cinquenta e dois;

Que, deste casamento, nasceram e existem dois filhos, um, de nome Nubar Sarkis Gulbenkian, nascido em Kadi Koy, perto de Istambul, a dois de Junho de mil oitocentos e noventa e seis, e baptizado na Igreja Sourp Takavor, e outro, Rita Gulbenkian, nascida em Londres, a dois de Julho de mil novecentos, e como tal os reconhece para todos os efeitos de direito;

Que, sendo súbdito britânico, tem o direito de dispor por testamento, livremente, sem qualquer restrição, de todos os seus bens;

Que, para todos os efeitos, expressamente declara que deseja que a sua sucessão seja regulada, unicamente, pela lei inglesa, que é lei nacional, com prejuízo da aplicação de toda e qualquer lei, quer pelo que respeita aos bens situados em Inglaterra, quer pelo que respeita aos bens situados em qualquer outro país.

³³⁷ *No XX aniversário da Morte de Calouste Gulbenkian – Breve história da sua vida e obra*; Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian, 1975 pp.23 – 29.

Que, igualmente, pretende que a sua lei nacional, a lei inglesa, seja integralmente observada, qualquer que seja a nacionalidade, originária ou adquirida, que seus filhos possam invocar;

Que, todavia, no que respeita à Fundação a que mais tarde fará referência, pretende que a sua criação, assim como o seu funcionamento sejam regulados, exclusivamente, pela lei portuguesa, uma vez que é nos termos desta lei que ele deseja instituí-la e que a mesma seja mantida;

Que, exercendo, como exerce, o referido direito de dispor de todos os seus bens, faz o seu testamento e disposição de última vontade, nos termos das cláusulas seguintes:

DÉCIMA

Pelo presente testamento é criada, nos termos da lei portuguesa, uma Fundação, que deverá denominar-se “Fundação Calouste Gulbenkian”. **As bases essenciais dessa Fundação são as seguintes:**

- f) é portuguesa, perpétua, a sua sede é em Lisboa, podendo ter, em qualquer lugar do mundo civilizado, as dependências que forem julgadas necessárias;
- g) os seus fins são de caridade, artísticos, educativos e científicos;
- h) a sua acção exercer-se-á, não só em Portugal, mas também em qualquer outro país onde os seus dirigentes o julguem convenientes;
- i) será dirigida e administrada pelos “trustees” adiante designados e por outras pessoas por eles escolhidas ou como for estabelecido nos respectivos estatutos;
- j) logo após a morte do testador, na hipótese de ele o não haver feito antes, os executores testamentários e “trustees” redigirão, e farão aprovar superiormente, os estatutos da mencionada Fundação, e praticarão todos os actos necessários, quer à legalização da Fundação criada por este testamento, ou à sua criação, caso se entenda que só pela aprovação dos estatutos ela pode considerar-se criada, quer à sua instalação e funcionamento.

§ 1.º - Se, para que a Fundação a que esta cláusula se reporta seja válida e juridicamente reconhecida em todos os países em que o testador possui bens, for necessário alargar ou reduzir, ou modificar de qualquer outra maneira, os fins indicados na alínea b), os “trustees” ficam desde já autorizados a fazer o necessário para que a Fundação tenha valor jurídico nesses países.

§ 2.º- O testador deseja e espera ter ocasião de criar, ele próprio, em sua vida, a mencionada Fundação. Nesse caso, todas as disposições deste testamento feitas em favor da Fundação a criar pelos “trustes”, sob a denominação “Fundação Calouste Gulbenkian” e segundo as bases estabelecidas nas alíneas a), b), c), d) e) desta cláusula, considerar-se-ão feitas em favor da Fundação que tiver sido criada pelo testador, e os “trustes” ficam dispensados de criar qualquer outra.

DÉCIMA PRIMEIRA

O património da “Fundação Calouste Gulbenkian” será constituído:

- a) Por todos os bens da herança do testador, seja qual for a sua natureza e lugar da sua situação, a que, por este testamento ou outro posterior, ele testador não der destino diverso;
- b) Por todos os bens e valores que constituem capital dos “trustees” já criados pelo testador, ou que venham a constituir capital dos “trustes” por ele instituídos neste testamento, ou que, de futuro, venha a instituir, em favor de quaisquer pessoas de sua família ou que não sejam de sua família, singulares ou colectivas, à medida que esses “trustes”, por qualquer motivo, terminem, designadamente por morte ou extinção dos respectivos beneficiários; e
- c) por todos os outros bens que o testador, durante a sua vida e por qualquer título, venha a destinar especialmente à Fundação a organizar pelos seus executores testamentários, ou que venha a doar à Fundação, se ele próprio a chegar a criar, em vida, como é seu desejo.

DÉCIMA SEGUNDA

A “Fundação Calouste Gulbenkian”, além dos fins gerais referidos na cláusula décima, terá mais os seguintes fins especiais:

- a) manter e pagar todos os subsídios, certos e determinados, que o testador, a quando da sua morte, esteja a pagar, de maneira regular, a pessoas

- físicas, a quaisquer instituições de caridade, artísticas, religiosas ou científicas, seja qual for o lugar da sua sede ou onde exerçam a sua actividade, mas todas as dúvidas que, a este respeito, possam surgir serão resolvidas pelos seus executores testamentários e “*trustees*”;
- b) manter e pagar os subsídios com que o testador, presentemente, contribuiu para o Hospital de Yedi-Kule, em Istambul, e para a Biblioteca Gulbenkian, em Jerusalém
 - c) pagar as rendas vitalícias e as pensões de reforma estabelecidas, respectivamente, nas cláusulas terceira e quinta e todos os demais encargos deste testamento que não sejam liquidados pelos seus executores testamentários e “*trustees*” durante o exercício das suas funções.

DÉCIMA QUARTA

A administração de todos os bens da herança do testador, seja qual for a sua natureza e lugar da sua situação, excluídos os bens certos especialmente legados, será exercida pelos “*trustees*” designados na cláusula seguinte, pela forma que julgarem mais conveniente, mas, em todo o caso, com observância, tanto quanto possível, das seguintes regras:

- a) a sede da administração deverá ser em Lisboa, podendo, todavia, os “*trustees*” criar as delegações que se mostrarem inspensáveis à eficiência dos serviços;
- b) os “*trustees*” deverão, enquanto ela se mostrar eficaz, utilizar a colaboração efectiva das seguintes pessoas: Senhor Avetoom Pesak Hacobian, Senhor Ekserdjian, Senhor Charles P. L. Wishaw, Senhor Roberto Gulbenkian, Senhor L. G. Denton; e bem assim da firma inglesa de “*chartered accountants*” Messrs. Thomson McLintock & Co.; e
- c) para a solução dos problemas financeiros de maior importância deverão consultar um banco americano de primeira categoria, como, por exemplo, a Chase National Bank.

DÉCIMA QUINTA

O estado nomeia seus “*trustees*” as seguintes pessoas:

- a) Lord Radcliffe of Wermeth – P. C. G. B. T.- domiciliado em Squire’s Mount Hampstead, Londres, N. W. três;
- b) o Doutor José de Azeredo Perdigão, advogado, com escritório em Lisboa, na Rua de São Nicolau, vinte e três, segundo andar;
- c) o Senhor Kevork Loris Essayan, domiciliado na Avenida de Iéna, cinquenta e um, Paris – dezasseis. Se algum dos referidos “*trustees*” não sobreviver ao testador, a respectiva função será exercida pelos sobreviventes. De momento, Lord Radcliffe, em virtude das suas funções oficiais, não pode aceitar o exercício do cargo. Mas, logo que o impedimento cesse, ele deverá assumir o exercício das funções de “*trustee*” e a direcção superior da administração da herança e da Fundação.

DÉCIMA SEXTA

Os “*trustees*” designados serão, ao mesmo tempo, executores testamentários e o testador, para o exercício da sua dupla função, concede-lhes os mais amplos poderes admitidos pelo direito inglês.

DÉCIMA SÉTIMA

O testador autoriza, especialmente, os seus executores testamentários e “*trustees*” a tomarem posse de todos os bens da herança, qualquer que seja o lugar onde se encontrem, com dispensa de caução e sem necessidade de inventário, e a disporem, livremente, de todos os mesmos bens, em ordem à plena execução das disposições do testamento.

VIGÉSIMA QUINTA

Este testamento anula qualquer outra de data anterior, e, nomeadamente, o testamento feito em seis de Maio de mil novecentos e cinquenta neste Cartório Notarial.

Assim o disse, do que dou fé, em presença das testemunhas, cuja idoneidade verifiquei, o Doutor Manuel Antunes Ribeiro, solteiro, maior, advogado, morador nesta cidade, na Rua Escola do Exército, número trinta e oito, primeiro andar, e o Doutor Ernesto Pereira de Almeida, casado, advogado, morador nesta cidade, na Calçada Marquês de Abrantes, número cento e onze, terceiro andar. Porque o testador, embora compreendendo a língua portuguesa não a domina perfeitamente, foi este acto traduzido e lido em francês, que o mesmo testador muito bem conhece, pelo Doutor Pedro Batalha Reis, casado, membro da academia Portuguesa de História, morador nesta cidade, na Rua Xavier Cordeiro, número vinte e quatro, intérprete escolhido por ele testador, e que, revestido de tal qualidade, sob a sua palavra de honra me deu a conhecer a vontade do mesmo testador.

Lido também este acto por mim, em língua portuguesa e em voz alta, na presença simultânea do testador, da testemunhas e do intérprete, todos o assinaram comigo

O testador vai apor a sua impressão digital.

C. S. Gulbenkian

Manuel Antunes Ribeiro

Ernesto Pereira de Almeida

Pedro Batalha Reis

Fernando Tavares de Carvalho, notário

Anexo 5

Estatutos da Fundação Calouste Gulbenkian³³⁸

CAPÍTULO I

Natureza, nacionalidade, duração e sede da instituição

Artigo 1.º A fundação Calouste Gulbenkian, criada por Calouste Sarkis Gulbenkian, no seu testamento de 18 de Junho de 1953, com que faleceu em 20 de Julho de 1955, é uma instituição particular de utilidade pública geral, dotada de personalidade jurídica, que se regerá pelos presentes estatutos e, em tudo o que neles for omissos, pelas leis portuguesas aplicáveis.

Art.2.º A instituição é portuguesa e perpétua.

Art.3.º A sua sede é em Lisboa, podendo, contudo, criar dependência onde for julgado necessário ou conveniente.

CAPÍTULO II

Fins e lugares de exercício da actividade da Fundação

Art.4.º Os fins da Fundação são caritativos, artísticos, educativos e científicos.

Art.5.º A acção da Fundação exercer-se-á, não só em Portugal, mas também em qualquer outro país onde os seus administradores julguem conveniente exercê-la.

Art.6.º Pertence à administração da Fundação escolher, de entre os fins da instituição, não só aquele ou aqueles que em cada lugar devem ser especialmente realizados, mas também a forma e o processo dessa realização.

Art.7.º Além dos fins gerais mencionados no artigo 4.º, a Fundação tem, nos termos expressos do testamento do instituidor, mais os seguintes fins especiais:

³³⁸ Diário da República, I série número 150 de 18 de Julho de 1956 pp.1098-1100.

- a) Satisfazer todos os subsídios, certos e determinados, que o testador, à data da sua morte, vinha dando, de uma maneira regular, a quaisquer pessoas singulares ou a instituições de caridade, artísticas, religiosas ou científicas, seja qual for o lugar da sua sede ou onde exerçam a sua actividade;
- b) Satisfazer os subsídios que à data da feitura do testamento o testador concedia ao Hospital de Yedi-Kule, em Istambul, e à Biblioteca Gulbenkian, de Jerusalém;
- c) Satisfazer as rendas vitalícias e pensões de reforma instituídas no testamento;
- d) Satisfazer todos os demais encargos e dar execução a todas as determinações do testamento que os executores, por qualquer circunstância, não tenham podido efectivar, designadamente a estipulada na respectiva cláusula 24.^a

§ único. Todas as dúvidas que possam suscitar-se a propósito da execução do fim especial referido na alínea a) do proémio deste artigo serão resolvidas livremente pelos administradores da Fundação.

CAPÍTULO III

Art.8.º O património da Fundação Calouste Gulbenkian é constituído:

1.º Por todos os bens da herança do testador, seja qual for a sua natureza e lugar da sua situação, a que no testamento do instituidor não haja sido dado destino diverso;

2.º Por todos os bens que constituem o capital dos *trusts* criados pelo testador, em vida ou no seu testamento, em favor de terceiros, à medida que esses *trusts*, por qualquer motivo, se extingam, sempre que, pelo título de constituição dos mesmos *trusts*, outro destino não deva ser dado aos respectivos bens;

3.º Pelos bens que a Fundação adquirir com os rendimentos disponíveis do seu património;

4.º Pelos subsídios, eventuais ou permanentes, que porventura lhe venham a ser concedidos por quaisquer pessoas de direito público; e ainda,

5.º Por todos os demais bens que à Fundação advierem por qualquer outro título gratuito.

Art.9.º A Fundação poderá:

- a) Adquirir bens imobiliários, não só os necessários á instalação da sua sede, dependências e instituições de caridade, artísticas, educativas ou científicas, por ela criadas ou mantidas, mas também os que a sua administração julgue conveniente adquirir com o fim de realizar uma aplicação mais produtiva, ou menos aleatórios dos valores do seu património;
- b) Aceitar doações e legados puros e, bem assim, doações e legados condicionais ou onerosos, desde que nestes últimos casos a condição ou o encargo não contrarie os fins da instituição.

CAPÍTULO IV

Administração

Art.10.º A administração da Fundação compete a um conselho, composto de três a nove membros, dos quais um será o presidente.

Art.11.º em razão de a Fundação ser portuguesa a dever funcionar sob a égide das leis do País, a maioria dos membros do conselho deverá ter nacionalidade portuguesa.

Art.12.º Enquanto existirem descendentes em linha recta do fundador, um dos lugares do conselho de administração será, de preferência. Preenchido por um desses descendentes, quando, em relação ao mesmo, se verificarem as circunstâncias previstas na parte final da primeira regra da cláusula 18.ª do testamento do fundador.

Art.13.º o conselho de administração, em homenagem à memória do fundador, poderá criar o título de presidente honorário da Fundação, para o efeito de o atribuir, quando entender, a um descendente em linha recta do fundador.

O presidente honorário da Fundação não terá funções próprias, e, portanto, somente poderá exercer aquelas que lhe resultarem do cargo de vogal do conselho de administração, quando, eventualmente, também fizer parte do mesmo conselho.

Art.14.º ao conselho de administração pertencem, como no testamento do fundador se estipula, os mais amplos poderes de representação da Fundação, de livre gerência e disposição do respectivo património e de realização dos fins para que a mesma foi instituída.

Art.15.º O conselho de administração poderá criar fora de Portugal, nos outros países onde a Fundação venha a exercer, acidental ou permanentemente, a sua actividade, qualquer espécie de representação e organizá-la pela forma que julgar mais eficaz.

Art.16.º Para execução do estipulado no artigo anterior, e ainda para o efeito de com ele cooperar no desempenho das suas funções, o conselho de administração poderá especialmente:

- a) Criar órgãos, permanentes ou não, de consulta e informação em cada um dos ramos das actividades que constituem o objectivo ou fim da Fundação, estabelecer os regulamentos a que o seu funcionamento deva ficar sujeito a preencher os respectivos cargos,
- b) Criar, não só os *trusts* previstos no testamento, mas também quaisquer outros que se mostrem necessários e convenientes à boa e mais económica gerência do património da Fundação e transferir para os mesmos o domínio, posse e administração, ou somente a administração, de quaisquer bens que sejam parte do referido património;
- c) Delegar, por tempo determinado ou indeterminado, em qualquer ou quaisquer dos seus membros ou em pessoas, singulares ou colectivas, estranhas ao conselho a representação do mesmo e o exercício de alguma ou algumas das suas atribuições;
- d) Encarregar quaisquer pessoas idóneas de, sob a designação de secretário-geral e de secretários adjuntos, proverem ao expediente ordinário dos serviços da Fundação e de darem execução às deliberações do conselho ou às determinações dos seus membros com fundações delegadas;
- e) Constituir quaisquer-mandatários.

§ único. Os títulos de delegação e as procurações especificarão os poderes delegados ou conferidos e o condicionalismo a que fica sujeito o seu exercício.

Art.17.º A Fundação Calouste Gulbenkian obriga-se:

- a) Pela assinatura de quaisquer dois membros do seu conselho de administração;
- b) Pela assinatura individual ou conjunta de um ou mais delegados ou de um ou mais procuradores do conselho de administração, como nos respectivos títulos de delegação ou de mandato se estipular.

Art.18.º As funções dos vogais do conselho de administração escolhidos pelo fundador no testamento em criou a Fundação, e nele denominados “*trustees*” são como no mesmo testamento se estipula, vitalícias.

São igualmente vitalícias as funções do vogal do conselho de administração quando desempenhadas por qualquer dos actuais descendentes em linha recta do fundador.

As funções dos outros vogais do conselho de administração são temporárias e renováveis, como no artigo 20.º se determina.

Art.19.º As vagas actualmente existentes no conselho de administração e as que porventura ocorrerem até terem sido escolhidos, em primeira designação, todos os vogais previstos no artigo 10.º serão preenchidos exclusivamente por escolha dos vogais vitalícios designados no testamento e em exercício. As vagas que ocorrerem posteriormente ao completo preenchimento dos lugares do conselho serão providas por deliberação de todos os respectivos vogais e o mesmo se observará quando já não houver vogais vitalícios e, nos termos da regra anterior, o provimento fosse exclusivamente da sua competência.

Art.20.º as funções dos vogais temporários do conselho durarão por períodos de cinco anos e serão sempre renováveis, como no artigo seguinte se estipula.

Art.21.º Noventa dias antes, pelo menos, do termo de cada período de duração das funções dos vogais temporários o conselho deliberará, por escrutínio secreto, se deve ou não haver renovação. No caso de ser deliberado que se proceda à renovação, esta recairá sobre os dois vogais do conselho mais antigos, e, no caso de a antiguidade será a mesma, recairá sobre os dois mais velhos.

Art.22.º Os vogais do conselho de administração serão remunerados como no testamento se estipula.

CAPÍTULO V

Fiscalização

Art.23.º o conselho de administração procederá todos os anos a um rigoroso inventário do património da Fundação e a um balanço de todas as suas receitas e despesas.

Para esse efeito deverá organizar e manter sempre em dia a respectiva contabilidade, sob a fiscalização permanente, como no testamento se determina, de uma acreditada firma de *chartered accountants*.

Art.24.º Haverá ainda uma comissão revisora de contas, composta pelo director-geral da Contabilidade Pública, pelo director-geral da Assistência e por mais três vogais, um designado pelo Academia das Ciências de Lisboa, outro pela Academia Nacional de Belas-Artes e outro pelo Grémio Nacional dos Baços e Casas Bancárias.

§ único. As funções dos três referidos vogais durarão pelo período de cinco anos e serão sempre renováveis.

Art.25.º À comissão revisora de contas pertence:

1.º Examinar, até 30 de Junho de cada ano, o inventário do património da Fundação e o balanço das receitas e despesas do ano anterior, tomando por base os relatórios dos *chartered accountants* e documentos que os instruem;

2.º Verificar se a aplicação dos rendimentos do património da Fundação se realizou de harmonia com os seus fins estatutários.

Art.26.º Anualmente a comissão revisora de contas elaborará o seu parecer, que será obrigatoriamente publicado a expensas da Fundação.

Art.27.º A comissão revisora de contas perceberá a remuneração que, antes de entrar no exercício das suas funções, lhe for fixada pelo conselho de administração.

Essa remuneração poderá ser alterada no fim de cada triénio.

CAPÍTULO VI

Disposições transitórias

Art.28.º Os vogais vitalícios de conselho de administração, após a aprovação destes estatutos, procederão, nos termos de respectivo artigo 19.º e da cláusula 18.^a do testamento, e à medida que o julgarem necessário, ao provimento, total ou parcial, das vagas existentes no mesmo conselho.

Art.29.º A primeira comissão revisora de contas deverá estar definitivamente constituída dentro do prazo de sessenta dias, a contar da data da aprovação dos presentes estatutos.

Art.30.º O primeiro inventário, balanço e contas da Fundação será encerrados em 31 de Dezembro de 1957.

Lisboa, 5 de Julho de 1956. - *Kevork Loris Essayan* – *José de Azeredo Perdigão*.